

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

Claudete Gomes Soares

**Raça, classe e cidadania: a trajetória do debate racial no
Partido dos Trabalhadores (1980-2003)**

**Campinas
Junho de 2009**

CLAUDETE GOMES SOARES

**Raça, classe e cidadania: a trajetória do debate racial no
Partido dos Trabalhadores (1980-2002)**

Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Área de concentração: Teoria sociológica e pensamento social

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Siqueira Ridenti

Campinas

Junho de 2009

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

So11r **Soares, Claudete Gomes**
 Raça, classe e cidadania: a trajetória do debate racial no
 Partido dos Trabalhadores (1980-2003) / Claudete Gomes Soares.
 -- Campinas, SP : [s. n.], 2009.

Orientador: Marcelo Siqueira Ridenti.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Partido dos Trabalhadores (Brasil) . 2. Raças. 3. Classes
sociais. 4. Cidadania. 5. Movimentos sociais. 6. Relações raciais.
7. Democracia. 8. Socialismo. I. Ridenti, Marcelo Siqueira, 1959-
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

(cn/ifch)

Título em inglês: Race, social class and citizenship: the trajectory of
the racial debate in the Worker's Party of Brazil
(1980-2003)

Palavras chaves em inglês (keywords) :

- Worker's Party (Brazil)**
- Race**
- Social classes**
- Citizenship**
- Social movements**
- Relations race**
- Democracy**
- Socialism**

Área de Concentração: Teoria Sociológica e Pensamento Social

Titulação: Doutor ado em Sociologia

Banca examinadora: Marcelo Siqueira Ridenti, Antônio Sérgio Alfredo
Guimarães, Maria Nilza da Silva, Omar Ribeiro Thomaz,
Valter Roberto Silvério

Data da defesa: 18-06-2009

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

CLAUDETE GOMES SOARES

“Raça, classe e cidadania: a trajetória do debate racial no Partido dos Trabalhadores (1980-2002)”

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento
de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de Campinas
sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo Siqueira
Ridenti.

Este exemplar corresponde à
redação final da Tese defendida
e aprovada pela Comissão
Julgadora em 18/06/2009

BANCA

Prof. Dr. Marcelo Siqueira Ridenti (orientador)

Prof. Dr. Antônio Sérgio Alfredo Guimarães

Profa. Dra. Maria Nilza da Silva

Prof. Dr. Valter Roberto Silvério

Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz

SUPLENTE:

Prof. Dr. Osmundo Araújo Pinho

Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca

Prof. Dr. Fernando Lourenço

junho / 2009

200918504

RESUMO

Esta tese examina a incorporação e politização da questão racial pelo e no Partido dos Trabalhadores desde a sua fundação em 1980 até 2003, quando o PT ascende ao poder federal. A análise se desenvolve considerando dois processos, um interno ao partido: as modificações no projeto partidário da década de 1980 para a década 1990 e os avanços no debate sobre as relações raciais na sociedade brasileira a partir do Centenário da Abolição em 1988, da Marcha à Brasília em 1995 e da Conferência de Durban em 2001. Utilizamos como material de análise os documentos oficiais do partido e documentos específicos do setorial de combate ao racismo do PT, assim como entrevistas com militantes negros do partido. Constatamos que o partido pouco avançou em relação ao tema na década de 1980 e 1990 e que a construção de espaços no governo Lula para a questão racial é resultado da visibilidade que ela ganhou na sociedade a partir da Conferência de Durban.

ABSTRACT

This thesis examines the racial matter incorporation and politicization by and in Partido dos Trabalhadores since its foundation in 1980 until 2003, when PT rises to federal government. The analysis develops itself regarding two processes, one of them is internal to the party: the modifications on the party project from 1980 to 1990 decades and the advances in the debate regarding the racial relations in Brazilian society after the Abolition Centenary in 1988, the march to Brasília in 1995 and the Durban Conference in 2001. We have used, as analysis material, the party official documents and specific documents from PT racism combat sector, as well as interviews with party (PT) black militants. We have verified the party made only a few advances regarding the subject in 1980 and 1990 decades and the construction of spaces for the racial matter, in Lula's government, results from the visibility this subject have gained in society with Durban Conference.

Ao meu pai, Corsino, *in memoriam*.

A Marcelo “Sonho”, amigo querido, *in memoriam*.

Agradecimentos

Aproveito esse momento para agradecer a todos que contribuíram para a realização e finalização desse trabalho de formas tão diversas e tão necessárias.

Ao meu orientador, Marcelo Siqueira Ridenti, pela seriedade e profissionalismo com que conduziu essa orientação e, sobretudo, por sua abertura intelectual, ao aceitar me auxiliar com esse tema de estudo, ainda pouco explorado pela sociologia da Unicamp.

À professora Evelina Dagnino e ao professor Omar Ribeiro Thomaz pelo interessante debate e pelas sugestões no momento da qualificação.

Ao professor Michael Löwy por ter garantido a viabilidade institucional do estágio de doutorado na EHESS (l'École des Hautes Études en Sciences Sociales) em Paris, no ano letivo de 2006-2007.

A Christina, secretária do programa de doutorado em sociologia, pelo auxílio com a burocracia acadêmica.

A Carlos Henrique Menegozzo, técnico de arquivo do Centro de Memória Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo e a Cleudenice Machado Pólvoa, da sede Nacional do PT em São Paulo, por me auxiliarem na busca dos documentos.

Aos meus entrevistados, cuja lista encontra-se no final da tese, pela disponibilidade e generosidade com que me receberam e compartilharam registros, documentos e acima de tudo suas experiências.

Aos amigos Ana Cláudia Pacheco, Isabel Ferreira dos Reis, Júlio Costa, Itamarati Lima, Osmundo Araújo Pinho, Robson Luís Machado Martins, por terem, cada um a sua maneira, me levado ao encontro com esse tema e com as questões que o tangenciam.

As minhas queridas amigas Ana Maria Alves Carneiro e Samira El Saifi, por tantas coisas, pelo afeto, carinho e solidariedade que caracterizam as grandes amizades.

A Giuliana Franco Leal pela leitura e comentários da versão do texto para o exame de qualificação e também pela prontidão com que me ajudou no processo preparatório para a solicitação da bolsa sanduíche.

A Geraldo Augusto Pinto pelo apoio e colaboração no momento da viagem à França.

A Danilo Martuscelli, que faltou ao encontro da leitura do texto da qualificação, mas que deu boas sugestões de leituras nas nossas conversas informais.

A Tatiana Fonseca por sua amizade e por compartilhar as dificuldades, incertezas e expectativas nessa nossa longa fase do doutorado.

Aos meus colegas de doutorado-sanduíche, Regina Marques de Souza e Reinaldo José de Oliveira e ao professor da UFRGS José Carlos Gomes dos Anjos, pelas dicas e valiosas sugestões.

Por fim, agradeço à Capes, pela bolsa de doutorado-sanduíche.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	- 15 -
-------------------	---------------

I	- 31 -
----------	---------------

RAÇA, GÊNERO E CLASSE: A POLITIZAÇÃO DA QUESTÃO RACIAL NO PARTIDO DOS TRABALHADORES NA DÉCADA DE 1980

1 Raça, gênero e classe no processo de abertura política e no PT da década de 1980	- 32 -
1.1 A novidade do PT e os novos movimentos sociais	- 32 -
1.2 O cultural e o econômico nos processos de subordinação com base em gênero e raça	- 36 -
1.3 Mulheres e negros em movimento no processo de abertura política	- 42 -
2 Diálogos entre o movimento negro e a esquerda: a disputa por significados	- 50 -
2.1 A esquerda e o MNU	- 50 -
2.2 A militância negra e o Partido dos Trabalhadores: a construção de espaços específicos	- 53 -
2.3 Outros espaços de institucionalização da questão racial: o PMDB e o PDT	- 64 -
3 Os reflexos do Centenário da Abolição para o debate racial no PT	- 67 -
3.1 1988: A visibilidade da raça na contramão do mito	- 67 -
3.2 Raça e classe no PT: a articulação que não se completa	- 72 -
3.3 A dupla militância e suas tensões: o partido e o movimento	- 78 -
3.4 O desencontro entre raça e classe: aspectos explicativos	- 81 -

II	- 89 -
-----------	---------------

RAÇA, CLASSE E CIDADANIA: RADICALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA E O RECONHECIMENTO DA DIFERENÇA

1 Novos cenários, novos temas: a radicalização da democracia como projeto político	- 90 -
1.1 Os deslocamentos de significado no projeto político petista da década de 1990	- 90 -
1.2 Os novos significados da igualdade no campo da esquerda: exclusão e cidadania	- 98 -
1.3 As demandas específicas e o Partido dos Trabalhadores: gênero e raça	- 106 -
2 Nova fase do movimento negro: da política identitária à demanda por políticas públicas	- 113 -
2.1 A Marcha a Brasília: a introdução das ações afirmativas na agenda política	- 113 -
2.2 As respostas do governo FHC: a perspectiva multicultural em questão	- 119 -
2.3 Enquanto isso no PT... os impactos da Marcha para a militância negra petista	- 125 -
2.4 A militância negra petista frente às ações afirmativas	- 133 -

III	- 143 -
------------	----------------

OS IMPACTOS DA CONFERÊNCIA DE DURBAN (2001) NA POLÍTICA NACIONAL: A CONVERSÃO DA MILITÂNCIA NEGRA PETISTA ÀS AÇÕES AFIRMATIVAS

1 A Conferência Mundial de Combate ao Racismo e a política nacional	- 144 -
--	----------------

1.1 A questão racial nas eleições de 2002	- 144 -
1. 2 As ações no campo do combate ao racismo: a dimensão econômica e a dimensão cultural	- 153 -
2 Do universalismo guiado às ações afirmativas: a conversão de militantes negros no campo da esquerda às políticas específicas para a população negra	- 160 -
2.1 A política de cotas em questão	- 160 -
2.2 A conversão às políticas de ação afirmativa: o enfrentamento de um dilema	- 165 -
CONSIDERAÇÕES FINAIS	- 185 -
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	- 201 -
ENTREVISTAS POR ORDEM ALFABÉTICA	- 213 -
DOCUMENTOS POR ORDEM CRONOLÓGICA	- 214 -
ANEXO I: APRESENTAÇÃO DOS ENTREVISTADOS	- 217 -
ANEXO II: LISTA DE ARTIGOS SOBRE RAÇA E GÊNERO/REVISTA <i>TEORIA E DEBATE</i>	- 221 -
ANEXO III: O PT E AS TENDÊNCIAS EM 2002	- 225 -

Introdução

Por que estudar o PT e a questão racial?

A ideia de fazer uma tese sobre o Partido dos Trabalhadores e a questão racial ganhou forma a partir de 2002 com o crescimento do debate público nacional suscitado pela participação brasileira na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata realizada de 31 de agosto a 7 de setembro de 2001, em Durban, África do Sul. À particularidade do debate nacional acrescentou-se uma curiosidade teórica pelo campo da esquerda, que vinha pontuando a minha recém formação nas ciências sociais e o interesse ainda mais recente (desde 1999) pelos temas relativos às relações raciais no Brasil. A definição deste tema de estudo parecia possibilitar a junção de novas problemáticas àquelas que já despertavam a minha curiosidade intelectual.

Levando em conta esses aspectos, a escolha do PT como *locus* de investigação justifica-se pelo seu significado na cultura política brasileira, surgiu como um espaço de representação política da classe trabalhadora e com fortes vínculos com os movimentos sociais. O PT e os novos movimentos sociais emergiram em uma conjuntura política muito particular: crise da esquerda mundial, constituição de um novo padrão de organização do trabalho, pluralismo político, fortalecimento de demandas que não, obrigatoriamente, estavam inscritas em uma perspectiva classista.

Justifica-se também pelo fato de a re-emergência do movimento social negro ter ocorrido no mesmo ambiente político-cultural que deu origem ao Partido dos Trabalhadores. Essa característica criou um campo de atração que promoveu afinidades e encontros entre os processos

de surgimento do partido e aqueles que motivaram o ressurgimento do movimento social negro. Ambos apresentaram-se, nesse contexto, como organizações comprometidas com as classes e grupos dominados. O movimento negro preocupado em desvelar o mito da democracia racial e enfatizar a condição do negro na sociedade brasileira e o PT em promover a participação política da classe trabalhadora, apresentando-se na arena política como um veículo de expressão dos interesses dessa classe.

Embora haja nas Ciências Sociais brasileiras uma tradição em investigar as temáticas relativas à questão racial ou à população negra, que podemos encontrar em temas como cultura, religião, identidade, ou mesmos as suas mobilizações políticas, é possível afirmar que ainda são poucos os estudos brasileiros sobre a forma como a questão racial se faz presente na política ou em organizações políticas que não têm como base uma identificação racial. As relações do movimento negro ou da militância negra com outras organizações políticas ou vice-versa ainda aguardam investigações mais profundas. A problematização presente nessa tese insere-se nesse campo: observar a presença e politização da questão racial em um espaço que não se caracteriza como sendo do movimento negro.

Além de todas essas questões, ocorreu o fato político de o PT ter sido o partido que ascendeu ao poder federal em 2002, na efervescência do debate pós-Durban, e ter concretizado algumas políticas específicas para a população negra: a exemplo da lei 10.639 que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas de ensino médio e fundamental de todo o país, sancionada pelo presidente Lula em janeiro de 2003. O governo petista criou também um órgão com status de ministério com o objetivo de fomentar nas várias esferas do governo políticas públicas para a população negra. Embora a tese seja sobre o partido

e não sobre o governo, foi difícil escapar a essa realidade do partido em estudo ser o partido no governo.

O recorte temporal, o problema e os objetivos

O fato de a população negra pertencer em sua maioria à classe trabalhadora levou nos a problematizar o comportamento político do Partido dos Trabalhadores diante de aspectos não economicamente determinados – como raça e gênero – porém, diferenciadores da inserção dos indivíduos na ordem econômica, social e cultural. Ao elaborarmos o problema dessa forma, fomos imediatamente levados a outras questões intrinsecamente ligadas a esta: o tipo de relação entre o movimento social negro e o partido; e as estratégias e concepções políticas-ideológicas que guiavam a militância negra em sua interlocução com o partido, visando a fazer dele um espaço de politização de seus interesses específicos.

Considerando-se esses dois aspectos, definiu-se como objetivo do trabalho de tese: analisar o comportamento do PT em relação à questão racial e as ações e procedimentos da militância negra petista — organizada no âmbito partidário — para fazer dele um espaço de representação de seus interesses, desde a fundação do partido na década de 1980 até 2003, quando o partido assume o governo federal. O recorte temporal vai até 2003, por entendermos que a partir daí o mais interessante passa a ser o estudo de como governo petista tem lidado com essa problemática e o tipo de relação que tem estabelecido com o movimento social negro.

O mesmo rigor temporal não foi seguido no que se refere ao tratamento das concepções políticas e ideológicas da militância negra que tem ou teve vínculos políticos com o partido. Não conseguimos nos furtar a uma análise da posição dessa militância diante da atual fase de

politização da questão racial no Brasil, tendo como contrapondo as orientações políticas que guiaram a sua relação com o partido nas décadas de 1980 e 1990.

Para alcançarmos os objetivos estabelecidos algumas questões precisavam ser respondidas: Como essa problemática tem sido desenvolvida pelo e no Partido? Qual é o espaço dedicado a ela? Quais setores do movimento negro se fazem presentes nele? O Partido tem procurando se aproximar desse movimento? A militância negra petista tem conseguido ampliar e aprofundar esse debate no interior do PT? Quais recursos o partido disponibiliza para essa militância? Quais os focos de tensão entre a militância negra e o Partido? Como se desenvolve a reflexão e atuação do Partido em torno da temática raça, classe e desigualdade social? E de que forma a questão racial se coaduna com as táticas e estratégias do Partido?

Tendo em vista essas questões, os procedimentos de pesquisa adotados procuraram abranger duas dimensões: uma voltada para o Partido, na qualidade de organização nacional e a outra voltada para a militância negra petista em sua organização e atuação nos espaços específicos à questão racial.

Em razão do caráter histórico da primeira dimensão, foi feito um mapeamento da forma como a questão se insere e é abordada nos documentos e publicações nacionais do PT, desde 1980 até 2002, que concernem às resoluções dos encontros nacionais e dos I e II Congresso Nacional do Partido, 1991 e 1999, respectivamente, bem como aos programas de governo para as eleições presidenciais de 1989, 1994, 1998, 2002. A maior parte desses documentos encontra-se disponível on-line no site da Fundação Perseu Abramo ou foi publicada pela editora da mesma fundação. Outras fontes de pesquisa foram os jornais do partido: *Boletim Nacional* e *Brasil Agora* e a Revista *Teoria e Debate*.

O segundo aspecto da pesquisa – a organização e a atuação da militância negra – foi abordado por meio da análise de materiais específicos, elaborados e produzidos por ela, e de entrevistas, realizadas com alguns militantes do campo do combate ao racismo que atuam ou atuaram no partido. Os documentos específicos são os produtos dos encontros setoriais de negros e negras do PT; das propostas e avaliações da militância nos momentos de definição das orientações partidárias (encontros nacionais e congressos); de suas propostas para os programas de governo do partido.

Os encontros nacionais de negras e negros do PT iniciaram-se em 1986, com o primeiro encontro nacional: O PT e a Questão racial, realizado em Brasília. Esses espaços contam com a participação de delegados negros petistas oriundos de vários estados do país e funcionam como foros de debates e reflexões da militância negra petista sobre o partido e sobre os desdobramentos políticos da questão racial no Brasil, que são registrados em relatórios e documentos dos encontros.

A partir da criação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT em 1995, os encontros passaram a ter maior regularidade, de dois em dois anos, mediante a necessidade de eleger o secretário e o coletivo dirigente da Secretaria.

Algumas informações sobre o campo de investigação

Quando afirmamos que vamos tratar nessa tese sobre o PT e a questão racial, é necessário definir sobre qual PT estamos falando e por que preferimos esse caminho a outro, para que o leitor possa pensar outras possibilidades para uma pesquisa com esse objetivo. O tema da questão racial será analisado no PT do Diretório e da Executiva Nacional, pois a opção pelos

documentos nacionais como uma fonte de investigação definiu também o enfoque da pesquisa. Esse caminho justifica-se em razão dos objetivos que a pesquisa pretende alcançar, que é relacionar as alterações conjunturais no debate sobre a questão racial à politização e à incorporação do tema aos projetos políticos partidários petistas – que são definidos e reorientados nas instâncias nacionais.

No entanto, a politização ou não da questão racial pelo partido não é um processo determinado apenas pelo estágio do debate, ela está relacionada à ação e ao tipo de inserção dos militantes negros petistas no campo do combate ao racismo; à organização do movimento negro e o seu grau de influência política; à relação entre o partido e o movimento social negro (as representações que o partido tem do movimento, bem como o movimento tem do partido); e aos aspectos que definem os objetivos e o papel político do partido na sociedade: as disputas internas ao partido.

E o que estamos chamando de movimento social negro? O termo movimento negro, movimento negro contemporâneo ou movimento social negro, no decorrer do texto, diz respeito a um campo político-cultural contestatório, referenciado ao combate ao racismo e às desigualdades raciais, caracterizado pela presença de organizações e entidades negras diversas em sua origem, estrutura organizacional, projetos de politização da questão racial no Brasil, definição de aliados e inimigos e na forma como produzem e se posicionam diante das oportunidades abertas para a contestação do racismo e para a promoção da igualdade racial na sociedade brasileira.

O fato de o PT ter sido um partido com vínculos com os movimentos sociais e portador de uma proposta política que contemplava praticamente todos os excluídos da arena política possibilitou que ele exercesse um forte poder de atração também sobre as entidades e militantes

que constituíam o campo do movimento social negro no final da década de 1970 e começo da década de 1980.

Esse quadro, mais o conhecimento da existência de setoriais para a militância negra no partido, assim como a existência de espaços para outros temas específicos, nos levou a formular o projeto de tese, a partir do pressuposto de que eles eram dotados de pujança política e que eram capazes de influenciar o direcionamento do debate racial no partido. Cabe explicar que os espaços partidários dedicados às temáticas específicas são denominados, na linguagem partidária, de setoriais: instâncias partidárias criadas para abrigar os filiados que atuam em áreas específicas. Para o PT, eles funcionam com uma forma de intervenção partidária junto aos movimentos sociais organizados. Atualmente a estrutura partidária abriga cinco setoriais organizados em secretaria, podendo ser de âmbito municipal, estadual, ou nacional, mediante a autorização das instâncias de direção: Combate ao Racismo, Mulheres, Juventude, Agrária, Sindical, Meio Ambiente e Desenvolvimento. Outros setoriais, como, por exemplo, Portadores(as) de Deficiência, Gays e Lésbicas, Criança e Adolescente, estão vinculados à Secretaria de Movimentos Populares (Partido dos Trabalhadores, 2001).

No decorrer da investigação, o contato com a militância e com os seus documentos e publicações específicas apontou para uma organização com menos força do que se imaginara. O setorial de Negros e Negras do PT, que com o avanço do debate sobre a questão racial no Brasil, se transformou no setorial de Combate ao Racismo, é caracterizado pela fragilidade e esvaziamento político, por uma descontinuidade em suas atividades e pela divergência entre a militância negra petista que reflete a fragmentação que corta o campo político do movimento social negro e a dinâmica das disputas intrapartido.

Por isso, reformulamos a questão central da tese em outros termos. Por que o PT, apesar das modificações em seu projeto político e dos avanços no debate sobre as relações raciais no Brasil, manteve as dificuldades no tratamento e politização da questão racial? As alterações no projeto político partidário dizem respeito ao recuo da crítica radical à ordem, que era alimentada pela centralidade da luta de classes, em favor de um novo projeto político ancorado na cidadania e na radicalização da democracia, no contexto de disputa com o projeto neoliberal.

Procurando evidenciar a particularidade da politização da questão racial, comparamos sua incorporação nos projetos político-partidário com a questão de gênero. Apesar da especificidade que também caracteriza a subordinação com base em gênero, ela encontrou maior receptividade nos projetos petistas. O que reforçou a necessidade de buscar elementos explicativos para o fato deles se manterem tão refratários à questão racial.

Formular a questão pela negativa indica a fluidez e fragmentação do objeto de estudo e as dificuldades encontradas em lhe conferir forma. Por isso, o uso dos documentos, dos registros na imprensa partidária, ou dos boletins ou veículos de imprensa específicos ao setorial de combate ao racismo tornaram-se tão importantes. O respaldo desses instrumentos conferiu maior segurança ao trabalho de pesquisa e também à sua exposição.

Sobre os entrevistados

Conseguimos realizar onze entrevistas que foram fundamentais para a orientação do trabalho, com elas, além das experiências dos entrevistados, obtivemos dicas, materiais e sugestões. O critério adotado para seleção foi a intensidade do engajamento com a questão racial: a participação na construção dos espaços específicos no PT, a filiação ao partido e a atuação no

movimento social ou uma atuação parlamentar orientada por essas questões. Os próprios entrevistados contribuíram para essa seleção ao mencionarem alguns nomes que consideravam importantes para essa temática no partido. Os registros nos documentos também foram um critério utilizado para a escolha dos depoentes.

É preciso ressaltar que, apesar da pretensão de lidar com o tema em uma perspectiva nacional, os entrevistados, em sua maioria, desenvolvem suas atividades na cidade de São Paulo. Infelizmente, algumas limitações impostas ao desenvolvimento do trabalho ocorreram em função da falta de financiamento, seja na qualidade de bolsa de estudo ou de outra ordem. Por razões econômicas e pela impossibilidade de uma dedicação integral à pesquisa, os contatos foram estabelecidos também pela comodidade da proximidade geográfica. Contudo, quero acreditar que, em virtude dos vínculos do PT Nacional com a cidade de São Paulo, a origem paulista ou paulistana dos entrevistados não chegou a prejudicar a perspectiva adotada. Certamente negligenciou experiências e olhares que poderiam dar novos significados às questões apresentadas. Foi possível realizar duas entrevistas fora da cidade de São Paulo, uma por telefone e outra no V Copene (Congresso Nacional de Pesquisadores Negros) em Goiânia em 2008. Recorri também a entrevistas de militantes negros registradas pela imprensa em geral ou nos veículos de divulgação das entidades do movimento negro ou do partido.

Na fase final da pesquisa, tive contato com os depoimentos de uma parcela bastante significativa da militância negra presentes no livro organizado por Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira, *Histórias do Movimento Negro no Brasil*: depoimento ao CPDOC (2007), que foi “ ‘escrito’ a partir de vozes gravadas, como se fosse um documentário em papel”, como o apresentam os organizadores. O acesso aos depoimentos de um número maior de militantes, por

meio do livro, inseridos em várias entidades do movimento negro por todo o Brasil, permitiu que eu tivesse, minimamente, uma visão de conjunto das trajetórias militantes que contribuíram para a construção do movimento negro. Espera-se que ele tenha possibilitado ampliar o meu foco para além da inserção geográfica dos meus entrevistados; por isso, esses relatos são também bastante utilizados.

A organização e o roteiro das entrevistas tinham como objetivos cruzar a trajetória militante do entrevistado com a presença e avanço ou não da politização da questão racial no partido. As questões foram organizadas por quatro grandes temas: 1) histórico da militância: com a pretensão de captar os significados e as concepções ideológicas que estiverem presentes na trajetória do entrevistado; as motivações que o levaram ao campo do movimento social negro e ao partido; 2) o tipo de participação política no partido: lugar ocupado nos agrupamentos partidários, relação com o movimento negro; 3) avaliação do partido enquanto espaço de representação dos interesses específicos da população negra e das experiências direcionadas à politização do tema; 4) a posição diante do atual estágio de debate da questão racial no Brasil: as ações afirmativas e a política de cotas.

Gostaria de chamar a atenção para o corte geracional que marca o perfil dos entrevistados para a minha pesquisa, mas que está presente também nos depoimentos coletados por Verena Alberti e Almicar Araújo Pereira (2007). Uma parte significativa dos entrevistados iniciou suas atividades militantes no contexto do processo de redemocratização brasileira, por meio de experiências com organizações políticas de esquerda, no ambiente universitário ou no movimento sindical. Embora eles sejam muitos diversos em suas experiências e pelo contato com diferentes organizações e entidades, essa característica geracional moldou expectativas e também

desencantos em relação ao potencial político do partido e aos vínculos que ele poderia manter com o movimento negro.

No final do texto, apresento um anexo com alguns dados biográficos sobre os meus entrevistados, com o objetivo de permitir que o leitor tenha acesso a algumas informações sobre eles (ver anexo I). As demais vozes que emergem no texto, às quais eu tive acesso de uma maneira indireta, são apresentadas no decorrer da exposição, seja no corpo do trabalho ou em notas.

Os capítulos e os seus cenários

O texto se desenvolve dialogando com três cenários considerados chaves para o debate nacional sobre as relações raciais no Brasil. Esses cenários foram importantes pela visibilidade pública que conferiram ao tema, pela capacidade de mobilização que geraram nas organizações do movimento social negro e por forcarem respostas tanto da sociedade civil quanto do Estado às demandas do movimento negro em um sentido contrário à concepção hegemônica das relações raciais respaldada na ideologia da democracia racial. O acúmulo político promovido por esses três momentos resultou em um novo consenso sobre as relações raciais no Brasil que vem remodelando o campo do movimento social negro e as formas de interação dele com o Estado e as demais organizações políticas.

1) 1988: O Centenário da Abolição

O Centenário da Abolição em 1988 é o primeiro desses cenários e a sua importância para a politização da questão racial advém do fato de ter possibilitado o primeiro embate nacional das

organizações e entidades do movimento negro contra o mito da democracia racial, que tinha como corolário a invisibilidade da raça como fonte de desigualdades e hierarquias sociais.

Essa concepção somada à transformação do negro em nacional, por meio da ideologia da mestiçagem, inviabilizou a construção de projetos políticos a partir de uma consciência racial. Obstaculizou também o reconhecimento pela sociedade civil, mesmo pelos seus setores mais progressistas, da existência de uma questão racial entre nós, o que isolava e enfraquecia as tentativas de questionamento da política racial brasileira pelo movimento negro.

Ao colocar à mostra a existência de discriminações e desigualdades raciais, o tom assumido nos eventos do Centenário dava margem ao questionamento da concepção dominante, o que legitimava as organizações do movimento negro já existentes e motivava novas formas de organização. O Centenário foi o primeiro grande movimento a tirar a questão racial de seu isolamento político.

2) 1995: A Marcha a Brasília

Outro marco para o desenvolvimento político do tema da questão racial aconteceu em 1995, ano do tricentenário de morte do líder negro Zumbi de Palmares. Nesse ano, Zumbi foi elevado ao status de herói nacional. O movimento negro desde o seu ressurgimento na década de 1970 tem explorado simbolicamente a imagem do líder negro, contestador da ordem dominante, em uma contraposição à representação de docilidade dos negros escravizados que emana de outros símbolos usados politicamente a favor da ideologia da democracia racial. Por essa razão, o ano do tricentenário da morte de Zumbi transformou-se em um momento de reivindicações do movimento negro perante o Estado.

No ano de 1995, as pressões exercidas pelo movimento negro sobre o Estado levaram à introdução das ações afirmativas na agenda política nacional. A posição do movimento extrapolou a dimensão de denúncia e de demanda por reconhecimento da existência de discriminações e desigualdades raciais, adentrando no campo das políticas públicas.

Essas pressões ganharam maior visibilidade ao encontrar no governo Fernando Henrique Cardoso uma sinalização favorável às ações afirmativas. Contudo, em uma sociedade caracterizada pela representação da harmonia racial, era necessário definir em quais termos se daria a elaboração dessas políticas, quais sentidos lhes seriam atribuídos e seus impactos para as relações sociais. É assim que podemos caracterizar esse período como tímido no que concerne à concretização de políticas públicas para a população negra, mas bastante profícuo para o debate acadêmico sobre as relações raciais.

Iniciou-se a partir de então uma disputa política e teórica em torno da noção de raça, seus usos e significados políticos, que veio acompanhada da profusão de outros termos, conceitos e

noções (etnia, etno-racial, multiculturalismo etc) que situaram a proposição de políticas específicas para a população negra em um campo de tensões e conflitos.

3) 2001: A III Conferência Mundial de Combate ao racismo

A participação brasileira na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada de 31 de agosto a 7 de setembro de 2001 compõe o último cenário sobre o qual se desenvolvem as questões da tese. A organização necessária para a participação brasileira na Conferência propiciou um maior contato e formas mais produtivas de articulação entre as várias organizações do movimento social negro, processo no qual se sobressaíram as ONG's negras, além de forçar um comprometimento do Estado com essa problemática diante de organismos internacionais.

A Conferência de Durban repercutiu no contexto nacional popularizando o tema das ações afirmativas, que passou a ser identificado, a partir de então, como política de cotas para negros. Esse passo em direção à política de cotas, como instrumento de promoção de igualdade racial, forçava agora uma tomada de posição. As disputas políticas e teóricas, antes restritas a algumas esferas do poder estatal e ao debate acadêmico, ganharam também a sociedade. No bojo da polêmica em torno da política de cotas, produziu-se um quadro no qual foram se definindo e redefinindo os aliados e os adversários desse encaminhamento político, o que forçou também uma re-elaboração do discurso e das práticas políticas da militância negra e de suas relações com o poder institucional.

Nesse cenário, tem havido uma tendência a reduzir políticas de ações afirmativas à política de cotas, o que é um prejuízo político para o movimento social negro. As políticas de

ações afirmativas dizem respeito a um conjunto muito mais abrangente de práticas de promoção de igualdade racial que incluem, certamente, políticas de cotas, mas não se esgotam nelas.

O nosso desafio foi pensar a politização da questão racial pelo e no PT dialogando com esses três cenários nacionais, que marcaram o debate contemporâneo sobre as relações raciais na sociedade brasileira. Por isso, a organização dos capítulos segue uma ordem cronológica. No primeiro capítulo examinamos os elementos que guiaram a compreensão do partido sobre a temática racial na década de 1980, questionando se a centralidade da luta de classes no projeto político partidário teria sido um óbice à politização da temática racial. Abordamos também os princípios que guiaram a sua definição enquanto força política na sociedade e a sua interlocução com os movimentos sociais em geral e com o movimento negro e de mulheres/feministas em particular. Para tanto, se fizeram necessárias algumas considerações sobre a configuração desses movimentos no processo de abertura política. O capítulo termina com uma discussão sobre o Centenário da Abolição, seus significados e impactos para a abordagem da questão racial no Brasil e para a organização da militância negra petista.

O capítulo dois situa o desenvolvimento da temática racial no PT a partir das alterações efetuadas no projeto político partidário na década de 1990 e do avanço organizativo do movimento negro em prol de políticas específicas para a população negra. Examinamos se esses dois novos contextos foram capazes de potencializar o debate sobre discriminações e desigualdades raciais pelo e no partido e a proposição de políticas nessa direção. Por isso, iniciamos o capítulo tratando dos deslocamentos de significados nos projetos políticos partidários da década de 1980 para a década de 1990 e suas consequências para uma maior receptividade partidária às demandas específicas, especificamente, à questão racial. Em virtude de esses

deslocamentos estarem ancorados em uma redefinição da cidadania na dinâmica política contemporânea, fazemos uma reflexão sobre os significados desse conceito para o campo da esquerda e finalizamos com o debate sobre os impactos da Marcha a Brasília e das propostas de ações afirmativas para a organização da militância negra petista.

O terceiro capítulo aborda os novos significados atribuídos à politização da questão racial no Brasil, a partir da realização da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo (2001): a popularização do tema das ações afirmativas via política de cotas. Analisamos sua inserção na campanha eleitoral de 2002 e fazemos uma análise da posição da militância negra petista, identificada politicamente com o campo da esquerda, diante dessas políticas. A nova fase de politização da questão racial no Brasil, que tem início em 1995 e se consolida com a realização e repercussão da III Conferência de Durban (2001), se desenvolve em uma direção contrária à que era defendida pela militância negra petista na década de 1980 e 1990. Nesse sentido, nos preocupamos em captar os impactos dessa nova fase sobre essa militância, formada no campo da esquerda.

Raça, gênero e classe: a politização da questão racial no Partido dos Trabalhadores na década de 1980

O processo de abertura democrática foi um momento de grande vitalidade para a organização política da sociedade civil. O período final da ditadura militar favoreceu a entrada na arena política de temas e atores antes considerados estranhos ao espaço da política. É nesse contexto que ocorreram o surgimento do PT e a emergência de movimentos sociais considerados novos, não só pelas demandas que portavam, mas por questionarem as concepções dominantes sobre a participação popular na política. Entre esses movimentos estão o movimento negro e o movimento de mulheres/feminista, ambos implicados na análise que se segue.

Esse capítulo explorará o surgimento de uma consciência política referenciada à raça que resultou na criação de novas entidades e organizações no campo do movimento social negro; os encontros e desencontros entre essas entidades e organizações com o campo da esquerda, por meio das experiências da militância; a constituição de espaços específicos à questão racial no PT e os desafios da militância negra em sua relação política com o partido.

Com o objetivo de evidenciar as particularidades inerentes à compreensão das relações raciais no Brasil e sua politização, fazemos uma comparação entre a recepção encontrada tanto pela raça quanto pelo gênero no projeto político petista da década de 1980. Com isso, esperamos, além de mapear os elementos que atuam na resistência à politização da raça pela cultura política de esquerda, ressaltar as diferenças de percepções, dos dois movimentos implicados com esses temas, do partido enquanto espaço de representação de interesses específicos.

1 Raça, gênero e classe no processo de abertura política e no PT da década de 1980

1.1 A novidade do PT e os novos movimentos sociais

A década de 1980 trouxe, com a abertura política e o envolvimento da sociedade civil no processo de redemocratização, grandes expectativas em relação às potencialidades dos movimentos sociais e das novas forças políticas que estavam se desenvolvendo naquela conjuntura. Apesar de os movimentos sociais e o próprio PT terem surgido como sujeitos alternativos àqueles presentes na esquerda tradicional, boa parte desses movimentos, comprometidos com a democracia, herdou dos grupos de esquerda e da influência do marxismo ocidental a utopia socialista. Havia, contudo, a preocupação em demarcar um certo distanciamento em relação às experiências socialistas realmente existentes e à história da esquerda brasileira, ao defenderem que o socialismo deveria ser uma construção dos próprios trabalhadores. A negação do marxismo de Estado e a crença na construção de um socialismo particular à realidade da América Latina estiveram presentes nas várias matrizes discursivas que influenciaram os movimentos sociais nesse período e a formação do PT: o novo sindicalismo, a teologia da libertação, o neomarxismo.

O fato de o PT, na qualidade de um partido com fortes vínculos com o setor operário, ter se formado no mesmo contexto de fortalecimento dos movimentos sociais, singulariza sua relação com esses movimentos. Na Europa os partidos socialistas ou social-democratas que se abriram às demandas dos movimentos sociais já eram organizações consolidadas com forte tradição política. No caso brasileiro, a formação do PT foi resultado de uma conjunção histórica

particular que possibilitou que o Partido dos Trabalhadores emergisse ao lado dos movimentos sociais, promovendo o que Keck (1991) denominou de aliança dos excluídos.

O debate em torno da criação do PT foi resultado do acúmulo político das lutas sindicais contra o governo militar. No entanto, o objetivo não era fazê-lo um partido dos sindicatos, mas dos trabalhadores, entendidos como os assalariados e os pobres em geral (Meneguello, 1989; Keck, 1991). Apesar da influência do discurso de autonomia do novo sindicalismo - que tinha um sujeito definido, a classe trabalhadora - o classismo petista é marcado pela ambiguidade: “ora define-se pelo recorte estreito do operariado industrial, ora define-se pelos amplos segmentos assalariados do país, confundindo o conceito de trabalhador com o de massa popular” (Meneguello, 1989, p.106). Em sua análise, a autora caracteriza o PT como o primeiro partido de massas criado no Brasil, que, comparado a outros partidos, priorizaria mais os movimentos sociais e menos a atividade eleitoral parlamentar.

O PT contou em sua formação com a experiência do novo sindicalismo, setores da igreja progressista, expoentes da intelectualidade, políticos de oposição e alguns agrupamentos de esquerda. Sua orientação ideológica teria sido traçada pela demanda de “inserção no sistema político brasileiro de setores até então marginalizados” pelo regime autoritário (idem, p.41). Entre os aspectos diferenciadores do PT, no quadro partidário de 1979, destaca-se uma proposta de governo popular e um projeto bastante difuso de sociedade socialista e democrática.

O entusiasmo que havia contagiado os analistas em relação ao potencial inovador dos movimentos sociais (Evers, 1984, Sader, 1988,) se estendeu também para o PT. No momento de sua fundação, ele foi visto como uma organização política partidária original por priorizar em sua interlocução a sociedade e menos o Estado, contrastando, dessa forma, com a tradição partidária

dominante na cultura política brasileira. Por esse motivo e pelo poder de atração que exerceu sobre os vários movimentos sociais, a sua existência era concebida sob o signo da novidade e do ineditismo. Keck (1991) chega a qualificar o seu livro como o estudo de uma anomalia. A diferença do PT, em relação aos outros partidos criados na década de 1980, era a sua origem com base no movimento sindical e nos movimentos sociais: “O PT e a central sindical com a qual está organicamente (embora não institucional ou juridicamente) vinculado, a CUT, constituem os novos, coerentes e institucionalizados atores políticos que surgiram durante a transição brasileira” (1991, p.13). Para Chauí (1986) a novidade do PT estaria em seu caráter democrático contrário ao “clientelismo, ao populismo, ao basismo, e ao vanguardismo do ‘centralismo democrático’”. Ressalta ainda, o partido, como o espaço que “os trabalhadores podem reconhecer como seu e constituí-lo a partir de suas próprias perspectivas sociais e políticas, afirmando uma diferença interna à sociedade e exprimindo-a politicamente”(idem, p.58).

A inclinação do partido para a sociedade civil se expressa em sua declaração política de 1979:

A idéia do Partido dos Trabalhadores surgiu com o avanço e o fortalecimento desse novo e amplo movimento social que, hoje, se estende das fábricas aos bairros, dos sindicatos às comunidades eclesiais de base: dos Movimentos contra a Carestia às associações de moradores; do Movimento Estudantil e de intelectuais às associações profissionais; do movimento dos negros ao movimento de mulheres, e ainda outros, como os que lutam pelos direitos das populações indígenas (Diretório Nacional do PT, 1998, p.55).

Apesar do amplo leque de movimentos acima referido, foi com o movimento sindical que o partido manteve uma relação de maior intimidade. O movimento sindical tornou-se um interlocutor privilegiado em consequência de sua força política no processo de abertura e pela sustentação que deu à fundação do partido: a maioria dos dirigentes do PT confundia-se com os

dirigentes sindicais. Na década de 1980, quando a sobrevivência do PT esteve em jogo, foi da força do movimento sindical que ele se alimentou (Keck, 1991).

O partido, ao apresentar-se na cultura política brasileira como um partido dos trabalhadores comprometido com socialismo é herdeiro, em alguns aspectos, das organizações de esquerda que o precederam, diferenciando-se, porém, em razão da valorização da democracia em sua proposta política, que o aproximava dos movimentos sociais.

Nesse sentido, pode-se dizer que ele é resultado de uma combinação entre novos e “velhos” movimentos que tinham em comum representarem os excluídos da agenda política. Essa formação heterogênea explicita-se por meio da co-existência de dois projetos políticos no partido: um informado pelo compromisso com o socialismo - que se manifesta pela ênfase na maioria da classe trabalhadora - o outro informado pela cidadania, entendida como acesso e partilha de poder entre os diversos grupos da sociedade (Keck, 1991).

Ainda que o partido defina a sua interlocução com a sociedade por meio da influência desses dois projetos, a década de 1980 foi caracterizada pela hegemonia do projeto político que tinha como eixo “a maioria da classe trabalhadora”. Esse projeto condicionou a relação do partido com a sociedade civil, fazendo com que ele privilegiasse como interlocutores os atores sociais que se organizavam orientados pela compreensão da luta social por meio do conflito de classes, como o movimento sindical, ou ainda os que foram capazes de casar suas demandas específicas ao referencial classista.

1.2 O cultural e o econômico nos processos de subordinação com base em gênero e raça

É nesse ponto que parece relevante comparar a incorporação política da questão racial com a questão de gênero pelo partido. Mesmo que a visibilidade das subordinações com base em gênero também tenham sido secundarizadas no projeto partidário guiado pela centralidade da luta de classes, elas ganharam, já na década de 1980, um espaço, entre os temas considerados próprios ao partido que a questão racial nem de longe desfrutou.

Em função da semelhança de status entre os dois temas – ambos têm uma dimensão econômica e cultural – contrastar a politização das subordinações, discriminações e desigualdades raciais com processos semelhantes referenciados ao gênero nos possibilita evidenciar as particularidades presentes no debate sobre raça no Brasil e as barreiras que se fazem presentes em sua incorporação pelas instituições e organizações políticas.

A maior ou menor plasticidade do partido a esses dois temas dependeria: primeiro, da força política dos movimentos com eles comprometidos; segundo, da possibilidade de casarem suas demandas ao projeto dominante no partido e da vontade política de fazê-lo; terceiro, da abertura do partido – seus agrupamentos, tendências e dirigentes – para conferir importância política às questões apresentadas pelos movimentos ligados a essas duas questões.

Apesar das novas perspectivas e possibilidades que os novos movimentos sociais representavam, tanto práticas quanto teóricas, ao investirem contra o reducionismo econômico, a concepção de sujeito histórico privilegiado e a percepção do Estado enquanto único espaço da política (Dagnino, 2000; Ponte, 1990; Sader, 1988), a injustiça continuava a ser pensada, predominantemente, em seu aspecto econômico.

Na década de 1980, os movimentos que tiveram as suas demandas identificadas como injustiças econômicas encontraram maiores espaços de politização no PT, enquanto que os movimentos que aliaram a dimensão cultural à econômica, como o movimento feminista/mulheres, forçaram uma via de interlocução com o partido ao conseguirem estabelecer pontos de conexão com os aspectos prioritários do projeto partidário. Movimentos identificados como culturais, como o movimento negro, ficaram praticamente invisíveis, sendo percebidos tão somente a partir de sua exterioridade em relação à agenda política partidária.

Estamos aqui no campo das distinções propostas por Nancy Fraser (2005b), entre injustiças culturais e injustiças econômicas, entre o reconhecimento e a distribuição, como dois paradigmas de justiça analiticamente diferentes. Sendo a injustiça sócio-econômica aquela produzida pelas estruturas da sociedade que ganha a forma de exploração, marginalização e privações econômicas enquanto a injustiça cultural ou simbólica se produz por modelos sociais de representação, de interpretação e de comunicação. Isso significa que alguns grupos sociais são reproduzidos por concepções estranhas e a hostis, o que leva ao não reconhecimento: o “tornar-se invisível sob o efeito de práticas autoritárias de representação, comunicação ou interpretação” ou o desprezo: “ser inferiorizado por representações culturais estereotipadas ou nas interações cotidianas” (idem, p.17).

Em uma abordagem típica ideal, a autora associa quatro grupos a esses dois paradigmas de injustiças com o objetivo de ressaltar que em alguns casos um mesmo grupo sofre os dois tipos de injustiça, enquanto em outros é apenas um deles que está em questão. A dominação vivida pelos homossexuais, por exemplo, estaria no campo do reconhecimento, pois eles estão presentes em todas as classes sociais e a opressão que sofrem é devida à imposição de uma norma cultural

dominante: a da heterossexualidade e não à divisão social do trabalho. A forma de remediar a opressão vivida pelos homossexuais seria o reconhecimento de sua diferença. Ao passo que a injustiça vivida pelo proletariado, tal como apresentado pela concepção marxista clássica, remete à reestruturação econômica, com o objetivo não de reconhecimento da diferença, mas de sua eliminação. Nesse caso trata-se de eliminar a categoria social proletariado.

A situação torna-se mais complexa quando os grupos implicados demandam os dois modelos de justiça: reconhecimento (a valorização da diferença) e redistribuição (a eliminação da diferença como aspecto que estrutura a ordem econômica). Os grupos que devem sua experiência de subordinação e dominação à estrutura econômica e às normas de avaliação cultural têm necessidade de políticas que incidam sobre essas duas dimensões.

É o caso do gênero e da raça. A subordinação racial tem sua raiz na hegemonia de uma norma cultural que valoriza positivamente o branco e desvaloriza o negro e os não brancos, enquanto a condição de subordinação da mulher perpassa uma norma cultural dominante que valoriza as características ligadas à masculinidade.

No entanto, ser negro e/ou ser mulher implica também um acesso diferenciado aos bens materiais em razão do papel que esses aspectos desempenham na organização da economia, o que se torna evidente na divisão sexual do trabalho e em uma divisão racializada do trabalho. O gênero é um princípio organizador da economia política, pois ele está na base da divisão do trabalho produtivo remunerado e o trabalho reprodutivo e doméstico gratuito, sob responsabilidade das mulheres, e na definição social das profissões com maior prestígio (atividades profissionais e industriais bem remuneradas), predominantemente masculinas, e atividades profissionais consideradas femininas, mal remuneradas. Também a raça está presente

na estruturação econômica, ao aprisionar os negros em atividades subalternas e informais, com baixos salários e pouco status social e garantir aos brancos a ocupação de atividades profissionais com maior prestígio social e com maior remuneração.

A particularidade desses dois casos, é que não se pode, simplesmente, mesmo, teoricamente, eliminar os grupos implicados, como no caso do proletariado, e somente o reconhecimento, por meio da valorização da diferença, não é suficiente para eliminar os processos de subordinação.

Apesar dos pontos em comum, na sociedade brasileira a politização e a visibilidade das desigualdades referenciadas à raça se desenvolvem em um quadro histórico e político mais complexo, uma vez que impõe como primeiro passo o reconhecimento da categoria raça como uma variável que opera nas relações sociais. No nosso caso, é sempre possível remontar à particularidade nacional quando se trata de pensar as relações raciais, ao passo que a questão de gênero, ao tangenciar as várias classes e grupos em interação social, não sofre os efeitos da invisibilidade que tem permeado a raça no Brasil.

A politização da questão de gênero questiona a norma dominante da masculinidade e problematiza o seu papel na exploração, marginalização e exclusão econômica das mulheres, mas não ameaça, como a problematização das relações raciais, a representação que uma sociedade tem de si mesma. Essa é uma diferença que singulariza as formas de politização da raça na sociedade brasileira e pode ser um dos elementos explicativos, mas não o único, para as diferenças de tratamento pelo PT da temática racial e de gênero, desde o início de sua formação.

Na década de 1980 o PT tendeu a tratar as demandas do movimento negro como problemas menores e que diziam respeito ao próprio movimento. Isso não significa que o partido

não reconhecesse a existência de um problema racial na sociedade brasileira. Os principais documentos do PT (Diretório Nacional do PT, 1998), desde sua fundação, sempre fizeram menção à questão racial e às lutas dos movimentos sociais de uma forma geral. No entanto, quando analisamos os documentos da década de 1980 não encontramos uma reflexão sobre a questão racial. As referências limitam-se a expressões de apoio e de solidariedade seguidas de ênfase na autonomia do movimento negro.

Esse procedimento é guiado por uma distinção entre exploração e opressão na compreensão das lutas sociais pelo partido. O princípio da exploração aplica-se às lutas identificadas com a classe trabalhadora e a opressão àquelas que são entendidas a partir da exterioridade a esse campo:

O PT manifesta-se *solidário* com os movimentos *de defesa dos demais oprimidos*, entendendo que *respeitar as culturas e as raças* significa ajudar a acabar com as discriminações em todos os planos, *sobretudo, o econômico*. (Programa do Partido, 1980 In: Diretório Nacional do PT, 1998, p. 71, grifos meus)

A ausência de uma reflexão no sentido de articular a variável raça e classe – articulação que estava presente no movimento negro de forma apenas embrionária – fez com que a questão racial fosse incorporada ao temário petista como uma forma de opressão e ficasse distante do projeto hegemônico que interpelava antes a classe trabalhadora. Esse entendimento, aliado à demanda do movimento negro por autonomia, impossibilitou que esse tema se casasse aos que o partido definia como prioritários.

Os termos a partir dos quais a raça, classe e gênero se ligariam ao universo político petista, da década de 1980, encontra-se já no discurso de Lula na primeira convenção nacional do partido em 1981:

A luta das mulheres

A luta das mulheres deve ajudar a nós homens, a nos reeducarmos na direção da sociedade igualitária que queremos construir [...] Entretanto estamos convencidos de que esta luta não pode desligar-se da luta global de todos os brasileiros por sua libertação. A questão feminina não interessa só às mulheres e nem se reduz à conquista de liberdades pessoais que, por vezes, são meros paliativos burgueses. Homens e mulheres, juntos, devemos lutar, incessantemente, pela emancipação das companheiras que são escravizadas nas roças e nas fábricas, que enfrentam a maternidade com insegurança e medo, que prostituem seus corpos por não terem outro meio de vida, e que jamais tiveram como exprimir sua palavra.

A luta dos negros

Há, em nosso País, uma discriminação racial genericamente velada. Um negro, porém, sabe o quanto essa discriminação, que para os brancos pode parecer velada, é real, agressiva, profunda. Ele sente na pele. Por isso, devemos apoiar a organização dos negros por seus direitos em nossa sociedade, ainda que isso venha a descobrir à luz do sol, o racismo que carregamos nas entranhas. Desde os escravos, os negros lutam, no Brasil, por sua libertação. Os quilombos foram conquistas mais decisivas para se acabar com a escravidão que o pretenso liberalismo da coroa portuguesa ou dos republicanos mancomunados com o capital inglês. Por isso, defendemos o direito de os negros manifestarem sua cultura, sua palavra, seus anseios. (Discurso de Luiz Inácio Lula da Silva, 1ª Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1º Encontro Nacional, 1981 In: idem, p.111, grifos meus).

O que chama atenção no discurso de Lula é o reconhecimento da existência da questão, no entanto marcado pelo distanciamento. Claramente não é um problema do partido e sim do movimento. A emancipação das mulheres, ao contrário é, um problema do partido, ela deve estar ligada à “luta global de todos os brasileiros por libertação”.

O menor comprometimento do partido com a questão racial comparativamente à questão de gênero relaciona-se também à dinâmica particular a cada um dos movimentos implicados nessas questões: seus processos organizativos, suas estratégias de relação com demais forças da sociedade, as possibilidades de interlocução com os diferentes grupos e classes sociais. Aspectos que não podem estar dissociadas do universo de valores que cada um deles coloca em questão e do preparo da sociedade para assimilar e responder a esses questionamentos.

1.3 Mulheres e negros em movimento no processo de abertura política

As mulheres e a política

A capacidade de o PT interligar a exploração de classe à dominação de gênero deveu-se ao tipo de ação, reflexão e proposição que o movimento feminista levou para o partido, que por sua vez refletia o grau de mobilização do movimento feminista e de mulheres e o seu poder de influência política na sociedade no contexto de transição para a sociedade democrática. Grupos pertencentes ao movimento de mulheres e ao feminismo engajaram-se no processo eleitoral de 1982 visando a inserir as temáticas específicas às mulheres nas instituições políticas democráticas. O Partido do Movimento Democrático (PMDB) transformou-se em uma arena política para organizações de mulheres nesse período, por representar a oposição às forças aliadas ao Estado autoritário. Conforme Sônia Alvarez (1988) Mulheres acadêmicas e profissionais liberais, ligada ao PMDB, formaram o Grupo de Estudos da Situação da Mulher, com o objetivo de preparar uma “Proposta das Mulheres do PMDB para o governo Montoro/Quércia”. A intervenção das mulheres no PMDB tinha como objetivo a criação de um órgão dentro do governo estadual que veio a ser o Conselho Estadual da Condição Feminina. No projeto do

Grupo, o Conselho teria o papel de supervisionar e implementar propostas destinadas a eliminar as discriminações contra as mulheres. No formato implantado pelo governo Montoro, em 1983, teve tão somente poderes consultivos. Na coalizão política representada pelo PMDB existiam outros grupos feministas ligados aos partidos ilegais ou clandestinos (Movimento Revolucionário 08 de outubro –MR-8, Partido Comunista do Brasil – PC do B, Partido Comunista Brasileiro – PCB e outros) que se prepararam para influenciar o quadro eleitoral (Alvarez, 1988).

O posicionamento teórico-político do feminismo ocorreu no sentido de pressionar as instituições e organizações dominantes de forma a modificá-las em uma perspectiva de gênero. Fora isso, as questões de gênero estavam presentes em demandas concretas que facilmente poderiam ser associadas ao universo das mulheres das classes trabalhadoras, possibilitando a associação entre gênero e classe. As políticas de creche e planejamento familiar, que ocuparam a agenda política desse momento, diziam respeito a todas as mulheres, mas tinham especial importância para as mulheres das classes trabalhadoras, uma vez que as mulheres das classes médias e altas podiam contar com o trabalho doméstico dessas mulheres – submetidas a uma dupla jornada de trabalho – para as substituírem em suas atividades domésticas, assim como eram as mulheres das classes médias e altas que detinham maiores informações e capital no acesso à contracepção segura.

A emergência de questões específicas ao gênero partiu tanto do universo das mulheres das classes trabalhadoras quanto das mulheres das classes médias, que por meio de diferentes experiências contribuíram para a politização do gênero no processo de redemocratização. As reivindicações das mulheres das classes populares, sendo específicas, não problematizavam necessariamente as relações de dominação com base em gênero, mas possibilitaram uma esfera

de interlocução entre os movimentos populares e o movimento feminista – que tinha essas relações como alvo.

Além disso, a proliferação do movimento feminista se deu no contexto de ascensão profissional das mulheres da classe média e a crescente participação delas no espaço universitário, possibilitando sua participação no movimento estudantil e em organizações clandestinas etc. A partir dessas esferas, surgiram formas de articulação específicas às mulheres.

Como desdobramentos dessas formas de articulação, temos o engajamento dos movimentos feministas e de mulheres no processo eleitoral de 1982, motivados pela expectativa de inserirem seus temas nas agendas dos partidos de oposição:

(...) mulheres de entidades femininas de bairro e de grupos feministas tinham se candidatado (Pelo Partido dos Trabalhadores e Partido do Movimento Democrático Brasileiro em São Paulo) a mandatos a nível municipal, estadual e federal, tornando-se candidatas autoproclamadas do movimento de mulheres. E questões antes consideradas ‘privadas’, tais como a violência contra a mulher, creches, contracepção e sexualidade e muitas outras reivindicações levantadas pelas mulheres na década anterior foram, pela primeira vez na história brasileira, incluídas, com destaque, nas plataformas e programas políticos nacionais (Alvarez, 1988, p. 329).

O PT foi outro partido que atraiu setores do movimento feminista. Os grupos feministas e de mulheres que se aproximaram do PT conciliaram em sua interação com o partido as dimensões de opressão e de exploração, o que facilitou a atuação no partido e sobre o partido. As feministas petistas procuraram evidenciar como esses dois diferentes aspectos podem se combinar nas relações de poder e exploração na sociedade capitalista, respaldadas pela produção de uma reflexão acadêmica sob a perspectiva feminista que visava questionar a forma como a abordagens clássicas e o movimento sindical tratavam as relações de classe. A abordagem feminista disputou com os analistas das relações entre as classes o reconhecimento da dimensão

de gênero no “universo do mundo produtivo e reprodutivo” ao enfatizarem o papel da “construção social sexuada” nos processos de exploração (Antunes, 1999).

Os trabalhos de Souza-Lobo (1991), por exemplo, além de mostrarem a interface entre gênero e classe nas relações de produção capitalista, questionam a tendência das ciências sociais a se calarem sobre as especificidades que envolvem a mulher enquanto classe trabalhadora, em razão de operarem com uma perspectiva homogênea e masculina de classe. Esclarece que não é o capital que cria a subordinação das mulheres, ela é historicamente anterior às relações de exploração capitalista e sua origem deve ser buscada na família e na sociedade. No entanto, o capitalismo “a integra e a reforça” quando estabelece uma divisão sexual do trabalho na indústria, que tem como corolário manter as mulheres em tarefas menos qualificadas e com baixos salários.

À mulher é negado o acesso à carreira e sua atividade concentra-se, sobretudo, nas tarefas de execução e, raramente, nas de concepção. Argumenta Souza-Lobo que a divisão sexual do trabalho faz uso de pretensos atributos naturais para legitimar os espaços dos homens e das mulheres na indústria. A eles associa-se a força e a elas a fragilidade, a delicadeza, a destreza, qualificações que, muitas vezes, legitimadoras da alocação delas em tarefas repetitivas.

O fato de setores do movimento feminista politizarem o gênero a partir de uma perspectiva de classe possibilitou o encontro entre o projeto político petista e o projeto de parte do movimento feminista, que não descartava o socialismo, ao contrário, acreditava que o movimento feminista pudesse exercer um papel educativo sobre as instituições que tinham o socialismo como meta política. De acordo com Godinho (1998), as militantes feministas que entraram para o PT, e estavam comprometidas com a construção de um projeto partidário, orientaram sua intervenção no partido por meio de três elementos: 1) “uma identidade do

feminismo com as lutas populares que se desenvolviam no país; 2) uma elaboração feminista que se colocava como integrante e essencial a um projeto socialista; 3) e uma visão crítica da relação histórica da esquerda com as lutas das mulheres” (p.16).

Foram esses os elementos que guiaram a interlocução do setorial de mulheres com o partido. O primeiro documento da Comissão de mulheres do PT de São Paulo em 1981 procura levar o partido a uma compreensão do movimento de mulheres e de suas formas de organização, insistindo na ligação entre a opressão das mulheres e a dominação de classe. O objetivo das mulheres do PT era: a) fazer do partido um espaço de organização das mulheres; b) introduzir a agenda feminista no programa do PT e na sociedade; c) intensificar a participação dos petistas no movimento de mulheres, d) incentivar o debate sobre uma plataforma feminista; e) construir a política do PT para as mulheres, influenciando as instâncias partidárias. No final dos anos 80, com a consolidação política do partido, surgiu um novo objetivo: ampliar os espaços de participação política das mulheres.

No Brasil, a emergência dos feminismos ocorreu sob a influência dos grupos de esquerda sobreviventes da repressão. Os primeiros grupos feministas “na sua maioria, tentam articular questões de gênero e de classe, se defrontando frequentemente com as objeções da esquerda ortodoxa ...” (Souza-Lobo, 1991, p.224). Ao fazê-lo, o feminismo se constituiu em uma matriz discursiva que respaldou o movimento social feminino e feminista, em sua ação e interlocução com o partido em uma perspectiva de gênero.

Nas resoluções do 5º Encontro Nacional de 1987, dedicado à reflexão do socialismo petista, o partido defende que o seu projeto socialista deve ser capaz de incorporar as “perspectivas colocadas pelos diferentes movimentos sociais que combatem opressões

específicas”, está se referindo às mulheres, aos negros, aos homossexuais, aos jovens, e suas expressões ideológicas “em particular o feminismo” (5º Encontro Nacional, 1987, In: Diretório Nacional do PT, 1998, p.317, grifo meu).

O encontro do partido com o movimento feminista reflete nas avaliações das feministas sobre o partido como espaço específico dos interesses das mulheres. Há uma tendência desse setorial – diferentemente, do setorial de combate ao racismo – a avaliar positivamente o comportamento do partido na politização do gênero, mesmo considerando os seus limites:

O PT tem tido uma orientação política acertada em sua relação com o movimento de mulheres, tanto no sentido de identificar os mecanismos de exploração e opressão que se criam e recriam no interior das relações sociais como no respeito à autonomia desses movimentos. O partido vem atuando no sentido de multiplicar as formas de organização, respondendo às diferentes condições de vida e trabalho das mulheres, e apontando rumos que potencializem a intervenção nesse movimento. No entanto, no desenvolvimento de políticas que se reflitam no seu programa e nas plataformas de governo, que apresentem propostas de como essa questão será tratada no governo petista, não se tem saído de generalidades. Agora não dá mais para escapar. A vitória do PT em 88, ao conquistar 36 prefeituras (em cidades onde o movimento de mulheres é expressivo) e ter eleito quase mil vereadores, torna urgente a resposta a essa questão (Soares, 1989, p.6).

Os negros e a política

A trajetória da politização da questão racial no Brasil e os aspectos que estiveram presentes na reestruturação do movimento social negro nos fornecem as pistas para a compreensão das formas de interlocução desse movimento com outras forças políticas.

O movimento negro contemporâneo – assim como o PT e os demais movimentos sociais progressistas – emergiu no contexto de valorização da democracia como um valor político fundamental. As demandas presentes em vários desses movimentos expressavam uma crítica ao

Estado autoritário, o que possibilitou a formação de um campo democrático referido à sociedade civil. Contudo, a valorização da democracia significava também, para alguns, o embate com a organização e valores predominantes na sociedade capitalista. Os documentos de fundação do MNU¹ (Movimento Negro Unificado), por exemplo, revelam uma tentativa de questionamento do racismo e das desigualdades raciais por meio da associação entre raça e classe, concebendo o combate ao racismo como uma luta contra o autoritarismo e a sociedade de classes. “O MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO entende que a ordem capitalista, por privilegiar um sistema altamente explorador e mantenedor de desigualdades, não favorece as resoluções que atendam às reivindicações da maioria da população” (Movimento Negro Unificado, 1988, p.20).

No entanto, por mais que o movimento social negro estivesse suscetível às influências advindas da esquerda, o seu objetivo político principal era construção da identidade racial subsumida na identidade nacional. Essa orientação, ao contrastar com a visão de Brasil mestiço, que perpassava os vários matizes ideológicos, dificultava a interlocução em uma perspectiva racial da militância negra com outras organizações políticas, majoritariamente brancas.

As referências dessa militância em direção ao fortalecimento da identidade racial foram encontradas na luta dos negros norte-americanos pelos direitos civis e nos processos de independência dos países africanos, sobretudo, de língua portuguesa (Mendonça, 1996; Pinto, 1993). Depoimentos de militantes negros que tiveram passagens por organizações de esquerda indicam que a centralidade da luta de classes, dominante nessas organizações, as distanciava

¹ Cf Programa de Ação do MNU, I Congresso Nacional, dez 1979, Rio de Janeiro (Arquivo Edgard Leuenroth - Centro de Pesquisa e Documentação Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas) “O sistema capitalista marginaliza as camadas mais baixas da população do processo social e econômico, tendo como objetivo a permanência da exploração mantida pela minoria no poder. A marginalização do negro o anula politicamente, tirando-lhe o peso social enquanto grupo, colocando-o a mercê das divisões das classes dominantes e de outros setores organizados da sociedade brasileira.”

desse universo. Percebe-se mesmo uma certa incompatibilidade entre o universo de referências da militância negra e os princípios que guiavam as concepções dos grupos de esquerda, como evidenciam os depoimentos de Yedo Ferreira² e Zélia Amador³:

Como a imprensa divulgava muito, a gente ficava sensibilizado pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos. Na verdade, eu não estava muito voltado para isso. Como internacionalista era aquele negócio: A luta de classes (...) Então eu não estava muito voltado para as questões raciais. Mas ali [na universidade] encontrei a negrada, deixei se ser internacionalista e fui ser defensor da questão racial (Ferreira, 2007, p. 136).

Dentro da Ação Popular, AP, não havia discussão em relação à questão racial. A questão era 'classe', não é? E continua sendo até hoje a grande premissa da esquerda brasileira. Quando entrei na AP, o livro de referência era o Livrinho Vermelho do Mao Tse-Tung. E não se discutia a questão racial, essa era uma falta que eu sentia, inclusive. A grande máxima, digamos assim, era rejeitar o imperialismo dos EUA. E esse era um drama que eu carregava, porque tinha um lado daquela sociedade que eu gostava. Eu gostava dos Panteras Negras, eu gostava da luta pelos direitos civis, e carreguei comigo esse drama, durante todo o meu período de participação, porque você rejeitava o imperialismo, mas aquela era uma sociedade que tinha algo que me agradava (Amador, 2007, p. 88).

A década de 1970 foi um período de construção e descoberta da identidade racial e de suas possíveis formas de manifestação. Isso explica a profusão de organizações de cunho cultural que caracterizou o movimento negro nesta década: IPCN (Instituto de Pesquisas das Culturas Negras) do Rio de Janeiro (1975), SINBA (Sociedade de Intercâmbio Brasil-África) (1974), também do Rio de Janeiro, CECAN (Centro de Cultura e Arte Negra) de São Paulo (1974), para citar apenas três das entidades negras que emergiram e se organizaram em várias regiões do país.

² Cf Alberti e Pereira (2007), Yedo Ferreira foi militante do Partido Comunista na década de 1960 e fundador de entidades do movimento negro, como a Sinba (Sociedade de Intercâmbio Brasil-África), o IPCN (Instituto de Pesquisas das Culturas Negras) e do MNU (Movimento Negro Unificado)

³ Cf Alberti e Pereira (2007), Zélia Amador foi uma das fundadoras Cedenpa (Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará)

Quando no final desse período (1978), a fusão de algumas dessas entidades (Moura, 1980, Hanchard, 2001) deu origem ao MNU (Movimento Negro Unificado), o movimento negro ganhou uma dimensão mais política, assumindo a árdua tarefa de desconstrução do mito da democracia racial que impossibilitava a constituição da raça em princípio de organização política. Esse movimento teria que demonstrar a falsidade da democracia racial brasileira e reconstruir a identidade negra subsumida na identidade nacional com o objetivo de criar um elo de ligação entre ele e a população negra.

2 Diálogos entre o movimento negro e a esquerda: a disputa por significados

2.1 A esquerda e o MNU

Existe uma versão da história de formação do MNU (Movimento Negro Unificado) que o apresenta como resultado de um projeto originado no interior da Convergência Socialista (antes Liga Operária), a partir da ação de um grupo de militantes negros inseridos nessa organização: o Núcleo Negro Socialista. Essa versão, defendida por Gevanilda Santos (1992, 1995), faz parte das disputas por significado que caracterizam os movimentos sociais, ela vincula fortemente a origem do MNU à esquerda e sustenta que em sua concepção original, esse movimento deveria ser uma frente contra todas as formas de discriminação que incluiria negros, mulheres e indígenas.

A importância da organização de esquerda para o surgimento do MNU aparece também em destaque na análise de Hanchard (2001), ao falar da singularidade política desse movimento em contraste com o padrão culturalista que era dominante nas entidades no movimento negro brasileiro. O MNU, mesmo não estando imune ao culturalismo, teria, segundo esse autor, conferido uma dimensão política ao movimento negro no Brasil.

Em contraponto a essas abordagens, o documento de comemoração de dez anos do Movimento Negro Unificado não faz referência à organização de esquerda e sim as entidades culturais (Movimento Negro Unificado, 1988). Esse documento, segundo Milton Barbosa⁴, teria sido uma produção, sobretudo, do MNU da Bahia, e expressaria muito mais o movimento negro daquele estado. No entanto, ele, que teve uma passagem pela organização de esquerda mencionada por Gevanilda Santos (1992) e Hanchard (2001) e foi um dos fundadores do MNU em 1978, não estabelece uma relação direta entre a organização de esquerda e a formação do MNU. A sua fala, ao contrário, ressalta a divergência com organização.

Essas diferentes formas de percepção da história estão relacionadas às trajetórias militantes de quem a conta e às disputas que permeiam ou permearam o campo da politização da temática racial na sociedade brasileira. Milton Barbosa aponta o CECAN (Centro de Cultura e Arte Negra) como uma das organizações embrionárias do MNU. Ao passo que Flávio Jorge Rodrigues da Silva acentua o Núcleo Negro Socialista, ligado à Liga Operária (posteriormente Convergência Socialista) – organização da qual ambos fizeram parte. Enquanto Flávio Jorge permaneceu na Convergência e entrou no PT por meio do seu vínculo com essa organização, Milton Barbosa rompeu com a organização antes mesmo da formação do MNU em 1978, e de ela se transformar na Convergência em 1979. O seu ingresso no Partido dos Trabalhadores ocorreu em 1982, como militante fundador do MNU. A sua justificativa para o rompimento com a Liga Operária é dada pelo fortalecimento da identidade racial:

“Ficamos um certo período lá [Liga Operária] e depois rompemos, porque a gente também ... não gostávamos de ficar recebendo orientação de branco. Fomos debater Frantz Fanon, estudamos Pele Negra, Máscara Branca, Condenados da Terra. E a partir daí, nós

⁴ Entrevista realizada com Milton Barbosa no dia 18 de abril de 2008 em sua residência na zona oeste de São Paulo.

começamos a não aceitar mais, mesmo porque nós tínhamos muita experiência de vida [...] E a gente percebeu que dentro da organização a gente chegava até um certo ponto e, não, não vamos mais ficar nesse tipo de coisa, aí nós rompemos e ficamos na nossa. Mas nós deixamos um material lá dentro. Depois apareceu uma outra garotada e nós desenvolvemos um trabalho junto.”⁵

Questão que reaparece no depoimento de Rafael Pinto, também fundador do MNU, com passagem pela Liga. Segundo Rafael Pinto, a saída da organização foi motivada pela falta de espaço no Comitê Central da Liga para os militantes negros e teve como estopim a indicação por parte da organização de um estudante branco para dar orientação para a célula de negros:

“Eles pegaram um estudante pra dar assistência pra a nossa célula. E aí foi a gota d’água, nós não vamos ficar nisso, pronto. Por causa que nós, enfim, estávamos corretos, que feria a nossa autonomia enquanto negros. Entendeu? Imagine você colocar um estudante branco para dialogar, havia uma hierarquização. Então nós não aceitamos, em função disso nós saímos coletivamente da Liga.”⁶

A Liga Operária foi uma pequena organização socialista e trotskista fundada em 1974 com atuação no movimento estudantil e nas lutas operárias. Em julho de 1977, a Liga muda de nome para PST (Partido Socialista dos Trabalhadores) que em 1978 lançou o movimento Convergência Socialista com o objetivo de aglutinar setores e militantes socialistas para a construção de um partido socialista. Processo que resultou, segundo Antônio Ozai Silva (1987), na criação da Convergência Socialista em 1979, um dos agrupamentos de esquerda que estiveram na formação do PT.

É preciso ressaltar que a ênfase na autonomia, presente nas falas de Milton Barbosa e de Rafael Pinto, é inerente ao contexto político de surgimento dos novos movimentos sociais. Os

⁵ idem

⁶ Entrevista realizada com Rafael Pinto no dia 20 de agosto de 2008, na AFUBESP (Associação dos Funcionários Do Grupo Santander Banespa, Banesprev e Cabesp), na Rua Direita na cidade de São Paulo, organização da qual era, no momento da entrevista, 2º Secretário, era também da Soweto-Organização Negra.

movimentos sociais se apresentaram na arena política como portadores de uma prática política alternativa respaldada na identidade e na autonomia como forma de diferenciação da política institucional. Um dos pontos presentes na Carta de Princípios do MNU (Movimento Negro Unificado) afirma que: “Nossa luta por libertação deve ser somente dirigida por nós” (Gonzales & Hasenbalg, 1982, p.66). A defesa da autonomia organizativa e a desconfiança em relação a outras forças políticas estão presentes também no quilombismo de Abdias Nascimento: “Cuidar em organizar nossa luta por nós mesmos é um imperativo da nossa sobrevivência como um povo. Devemos, por isso, ter muito cuidado ao fazer alianças com outras forças políticas, sejam as ditas revolucionárias, reformistas, radicais, progressistas ou liberais” (1980, p.269).

2.2 A militância negra e o Partido dos Trabalhadores: a construção de espaços específicos

O ambiente cultural de esquerda e os espaços de socialização política

A atitude de desconfiança do movimento negro em relação às outras forças da sociedade civil não significou uma negação do campo da esquerda como um espaço de organização política. Ao contrário, parcelas significativas dessa militância, que foi formada na década de 1970, viu nas organizações identificadas com o campo da esquerda um campo fértil para a politização da questão racial. Em alguns casos, a atuação nessas organizações precede, inclusive, a militância no campo do movimento negro. Por outro lado, são notórias as tensões que estiveram presentes nessa relação entre a militância negra e as organizações de esquerda.

Nesse processo de identificação, o Partido dos Trabalhadores ocupou um lugar bastante significativo, a ponto de em algumas situações o MNU ser confundido com uma tendência do PT. Havia no MNU uma orientação política para que o negro se organizasse nos vários espaços da

sociedade, inclusive nos partidos. A defesa da autonomia do movimento negro não significava que militância não devesse buscar uma expressão partidária para a sua concepção ideológica, que não se restringia à questão racial.

Milton Barbosa, por exemplo, foi um dos fundadores da primeira Comissão de negros do PT em 1982. Segundo ele, a formação desses espaços ocorreu a partir da percepção de que a intervenção nos diretórios do partido não era suficiente para a ampliação do debate sobre a questão racial. Era necessário desenvolver espaços específicos. No entanto, os espaços do partido e do movimento não se confundiam, nem mesmo geograficamente. Ele expressa a preocupação em guardar as diferenças entre o movimento e o partido que os movia: “A gente se reunia inclusive no escritório, no gabinete do Suplicy, tínhamos um problema de falta de espaço. Não era também no espaço do movimento negro para não ficar misturando.”⁷

A militância negra que passou a investir nesses espaços específicos partilhava da perspectiva dominante no partido: a centralidade da luta de classes, e era essa orientação partidária que legitimava a aproximação dessa militância do partido, como sintetiza o documento da Comissão de Negros do PT de 1982:

Nós entendemos o Partido dos Trabalhadores como aquele no qual os negros devem participar em função de sua composição de classe, pois é formado por operários, funcionários públicos, estudantes, médicos, engenheiros, enfim, trabalhadores em geral. E também pelo seu programa que coloca claramente a luta contra o regime dos patrões, ainda por seu compromisso com as lutas dos trabalhadores e oprimidos em geral, colocando na ordem do dia suas reivindicações.⁸

⁷ Entrevista realizada com Milton Barbosa, no dia 18 de abril de 2008 em sua residência na zona oeste de São Paulo.

⁸ Comissão de Negros do PT- Partido dos Trabalhadores. O negro e o Partido dos Trabalhadores. Documento cedido por Milton Barbosa em entrevista no dia 18/04/2008.

Após citar aspectos que revelam as péssimas condições de vida da população negra: desemprego, violência policial, péssimas condições de moradia, o documento arremata: “Entendemos perfeitamente que outros segmentos também sofrem esse processo e que a luta central é entre pobres e ricos” (grifo meu). Não por acaso a palavra de ordem do documento é “Contra a discriminação racial e a exploração do trabalhador”.

O vínculo que o partido guardava com a classe trabalhadora atraía a militância negra, em sua maioria originária e ideologicamente identificada com esse grupo social. Alguns dos militantes negros que foram para o PT estavam vinculados ao movimento sindical, com o qual o partido mantinha laços estreitos, como aparece na entrevista de Hédio Silva Júnior: “Sempre tive o entendimento de que a luta contra o racismo deveria ser articulada com as lutas dos trabalhadores, as lutas populares, daí porque dediquei parte considerável da minha vida para construir a CUT e o PT em São José dos Campos e no Vale do Paraíba”⁹.

Outros, com atuação no movimento sindical, só tardiamente passaram a priorizar a questão racial em suas ações políticas, como, por exemplo, o deputado federal Vicentinho e a vereadora Claudete Alves. Claudete Alves afirma que apesar de ser apenas uma adolescente, acompanhou com entusiasmo o processo de efervescência das lutas sindicais e dos demais movimentos sociais que antecederam o surgimento do partido. No entanto, só em 2001 quando se lançou candidata à vereadora passa a ser identificada com o campo do combate ao racismo. Nesse contexto, o desenvolveu uma campanha centrada no debate da questão racial, interpelando,

⁹ Entrevista com Hédio Silva Júnior por e-mail em 26/01/2009. Hédio Silva Júnior é advogado e doutor em direito constitucional pela PUC de São Paulo. Militou nos setoriais de combate ao racismo do PT em 1986 integrou o Conselho de Participação da Comunidade Negra do Estado de São Paulo. Entre maio de 2005 e março de 2006, foi secretário de Justiça e Cidadania do governo de São Paulo na gestão Alckmin.

principalmente, a população negra. A trajetória ligada ao sindicalismo tornou-se, segundo ela, um obstáculo à legitimação de sua candidatura por parte do movimento negro e também pelos militantes negros no PT:

“Quando eu resolvi sair candidata, me coloquei como candidata, eu era presidente de um sindicato, ai eles disseram o seguinte: ‘Ela não é candidata do movimento negro porque ela é sindicalista’. Como se não tivesse negro, trabalhador. Como se nos sindicatos a gente não combatesse o racismo”.¹⁰

No que se refere às organizações do movimento negro, Claudete Alves assume uma posição de independência e prioriza os vínculos com os movimentos que se desenvolvem na periferia como o Hip Hop.

As organizações de esquerda e o ambiente universitário do final da década de 1970 e começo de 1980 foram outros espaços de socialização política para essa militância. Milton Barbosa aponta como um salto em sua atuação política o ingresso no curso de economia da Universidade de São Paulo em 1973 quando teve sua passagem pela Liga Operária.

Antes da década de 1970, a sua atuação esteve restrita a grupos culturais como escolas de samba e outras atividades que ele não qualifica como propriamente políticas. A experiência na Liga Operária é apontada como um aprendizado político sobre técnicas de organização, discussão, enfrentamento e montagem de estratégia e teria promovido a intensificação de um processo de politização que já havia sido iniciado com discussões e debates com outros colegas negros, entre os quais ele menciona Rafael Pinto. A formação de um núcleo de militantes da questão racial no interior da Liga Operária teria possibilitado um trabalho mais organizado e um debate mais sistemático sobre a questão racial, em sua avaliação. Cita como fruto dessa

¹⁰ Entrevista com Claudete Alves no dia 08/10/2007, no gabinete da vereadora na Câmara Municipal da cidade de São Paulo.

experiência a criação do Jornal Árvore das Palavras, em 1974, voltado e distribuído, especialmente, para a população negra.

A vivência na PUC de São Paulo também criou oportunidades para que estudantes negros fossem iniciados politicamente em uma perspectiva racial e se aproximassem do PT, como sugerem as entrevistas com Flávio Jorge Rodrigues da Silva, Matilde Ribeiro e Gevanilda Santos¹¹. Como em outros locais do Brasil, o ambiente cultural universitário proporcionou o despertar de uma consciência política e a formação de redes e de grupos.

Flávio Jorge¹² teve sua primeira referência de organização política em um grupo ligado ao Partido Comunista Brasileiro em Paraguaçu Paulista, cidade onde nasceu, mas sua militância na questão racial foi um desdobramento da sua inserção política no movimento estudantil da PUC em 1976. Em 1978 teve contato com o grupo da Liga Operária que tinha a militância na questão racial: o Núcleo Negro Socialista, do qual faziam parte Milton Barbosa e Rafael Pinto em suas experiências na USP.

Foi por meio da influência dessa militância negra vinculada à Liga Operária, organizada a partir do movimento estudantil da USP (Milton Barbosa, Rafael Pinto, Hamilton Cardoso e o Astrogildo) que Flávio Jorge passou a militar no campo do combate ao racismo. Segundo ele, foi convencido por um dos integrantes desse grupo, Astrogildo (Astro), a sair do movimento estudantil e a iniciar uma militância nesse campo, que teve como marco a sua contribuição na formação de um grupo na PUC semelhante ao que existia na USP: o Grupo Negro da PUC. Este

¹¹ Entrevista com Gevanilda Gomes dos Santos, 07/11/2007, na Soweto Organização Negra, na cidade de São Paulo.

¹² Entrevista realizada com Flávio Jorge Rodrigues da Silva no dia 06/11/2007 na Fundação Perseu Abramo. Flávio Jorge foi o primeiro secretário nacional de combate ao racismo do PT em 1995, ocupando essa função por duas gestões 1995-1996; 1996-1998. A época da entrevista era presidente de CONEN (Coordenação Nacional de Entidades Negras)

grupo tinha como objetivo estabelecer vínculos entre os estudantes negros da PUC com o movimento negro que estava em processo de articulação e formação. Em 1979 os militantes da Liga Operária aderiram à Convergência Socialista que foi um dos agrupamentos formadores do PT, levando uma parte da militância negra de esquerda para o partido.

A universidade aparece também como um elemento de socialização política para Matilde Ribeiro, que a partir do seu ingresso na PUC em 1980, no curso de serviço social estabeleceu uma aproximação com a militância, uma experiência ressaltada como inédita em sua trajetória. A sua atuação como militante começou de fato com o fim da faculdade, em meados da década de 1980, motivada pela influência do curso de serviço social da PUC de São Paulo e o ambiente que predominava nesse período¹³. A necessidade de estudar e trabalhar impossibilitou que o engajamento militante ocorresse durante o curso. No entanto, foi essa experiência que forneceu os elementos guiadores de sua ação política:

O que me despertou para a militância política foi a expressão do PT dentro da faculdade, alguns professores, em especial a Erundina, ela nos levava para as favelas, pra fazer estágio de observação, levava para os cantões. E dentro desse espaço comecei a conhecer as feministas, e também os negros militantes. (...) E comecei a me envolver nesse universo da condição das mulheres, e a ficar amiga de pessoas feministas, comecei a freqüentar as reuniões e fui trabalhar depois em uma ONG feminista, que é a SOF (**Sempre Viva Organização Feminina**), e nessa época me filiei ao PT. O que me despertou para a questão racial foi esse processo, mas para a militância efetiva foi mais tarde, em 1988, quando teve todo um debate em torno dos cem anos da Abolição da Escravidão (...) (Ribeiro, 2009).

Gevanilda Gomes dos Santos resalta em sua experiência da PUC de São Paulo, a partir de seu ingresso no curso de história em 1977, a influência intelectual de alguns professores

¹³ Entrevista realizada com a então secretária da SEPPIR (Secretaria Especial Para a Promoção da Igualdade Racial) Matilde Ribeiro, no dia 05/11/2007, no Hotel Pestana em São Paulo.

interessados na temática racial, como o professor Octávio Ianni, que na época era professor da PUC e a participação nas formas organizativas dos estudantes negros da PUC. Essa junção a levou para a militância na questão racial e a filiação ao PT.

Da Comissão de Negros (1982) a Benedita da Silva vice de Lula em 1989: em busca da articulação entre raça e classe

As Comissões de Negros foram os primeiros núcleos de organização da militância negra petista, funcionavam como um foro dessa militância, pois não tinham vínculos com as instâncias partidárias. Foi a partir delas que ocorreu no interior do partido a estruturação de espaços de combate ao racismo com maior vigor institucional. Processo que acompanhou a consolidação do partido enquanto uma força política na sociedade brasileira e os momentos conjunturais que promoveram uma maior visibilidade do movimento negro e da questão racial. A influência da formação da malha partidária aparece no depoimento de Nilo Rosa¹⁴, quando narra o tipo de atividades que eram realizadas nessas Comissões, a partir de sua experiência no PT de Salvador:

“Em 1986, quando eu entro para a Comissão, tinham duas pessoas que estavam lá: Luis Alberto¹⁵ mais Bujão e mais Leide, que era um militante também importante, nós fazíamos nos reunir, a gente se reunia. As instâncias partidárias não se importavam, nós tínhamos acesso à sede, entrávamos e saíamos. O PT era um partido recém importante. Não tinha muita importância, então, você ficar lá discutindo questão racial ou não discutindo não tinha

¹⁴ Nilo Rosa começou sua militância no PT de Salvador em 1986 e em 1992 entrou para o MNU (Movimento Negro Unificado), movimento do qual era coordenador na cidade de Salvador no momento da entrevista realizada no dia 1 de agosto 2008 em Goiânia no V COPENE (Congresso Nacional de Pesquisadores Negros).

¹⁵ Nilo Rosa faz referência ao deputado federal do PT e militante do MNU da Bahia, Luiz Alberto Silva dos Santos, deputado federal (2007-2011) licenciado para exercer o cargo o cargo de Secretário de Promoção da Igualdade do Estado da Bahia, de 6 de fevereiro de 2007 a 11 de agosto de 2008. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/internet/deputados/biodeputado/index.html?nome=LUIZ+ALBERTO&leg=53>>. Acesso em: 09 nov. 2008.

qualquer importância, não prejudicava o partido nem piorava a imagem do partido, não tinha imagem. Então nós fazíamos isso. De vez em quando, em datas importantes, como o 20 de novembro, nós fazíamos alguma atividade, alguns documentos, fazíamos alguns encontros locais. Pensamos algumas vezes em criar uma secretaria de negros do PT da Bahia. Nós não tínhamos nenhuma atividade importante no partido, até porque o partido também não era importante, isso em 1985, 1986, 1987. Em 1988, quando o partido passa a ter mais importância, ou seja, a ter ... o primeiro vereador do PT de Salvador foi em 1988, foram dois vereadores. Ai você começa a ter recursos e começa a pleitear algumas atividades pra fazer porque você já tem recurso.”

O desenvolvimento de espaços mais institucionalizados no partido, para a questão racial acompanhou o processo de institucionalização do PT. O II Encontro Nacional “O PT e a Questão Racial” realizado em Vitória-ES, nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 1988 aprovou a criação da Subsecretaria nacional de Negro do PT vinculada à Secretaria de Movimentos Populares, criada em 1986. Fizeram parte do primeiro coletivo dessa subsecretaria: Flávio Jorge Rodrigues da Silva (SP) (Coordenador), Arnaldo F. dos Santos (SP), Cecília M. Luli (DF), Hédio Silva Junior (DF), Marcos A. Cardoso (MG), Nilo Rosa dos Santos (BA), Sebastião Antônio de Oliveira – Zizo (RJ).¹⁶

Esse encontro teve uma característica interessante, em virtude do debate promovido pelas atividades do centenário naquele ano, acrescido da iminência da eleição presidencial em 1989, ele deliberou como plano de luta no interior do partido o lançamento da então deputada federal Benedita da Silva como vice na chapa de Lula para a presidência da República. Proposta que reapareceu no documento da Comissão de Negros do Distrito Federal para o II Encontro do Negro do Centro-Oeste que seria realizado entre 14 a 17 de abril de 1989. Uma candidatura que

¹⁶ Desse grupo foram entrevistados para a tese: Flávio Jorge, Nilo Rosa, Hédio Silva Júnior; Marcos Cardoso está entre os entrevistados do projeto do CPDOC (Alberti & Pereira, 2007). Não foram encontradas referências sobre o Sebastião Antônio de Oliveira e a Cecília M. Luli.

tivesse Lula e Benedita da Silva concretizaria uma política pautada na raça e na classe, conforme o documento:

Em pauta, Benedita da Silva, deputada negra, petista, para vice na chapa do companheiro Lula, operário ligado às históricas lutas dos trabalhadores. **LULA e BENÉ**. Um operário e uma mulher negra trabalhadora. Raça e Classe representando o perfil do oprimido brasileiro. Raça e Classe na mais perfeita combinação de luta a ser levada por todos nós, explorados raciais, sexuais, trabalhadores da sociedade brasileira ¹⁷.

Benedita da Silva, pela sua trajetória política e origem social, é portadora de forte poder simbólico na arena política brasileira. Poder que está calcado em sua identidade política construída no campo dos movimentos populares ligados às mulheres e às condições de vida dos moradores da favela (Maise Mendonça & Mede Benjamim, 1997). Em 1982 com 17 mil votos, foi a vereadora mais votada do PT, exercendo seu mandato de 1983 a 1986 na cidade do Rio de Janeiro. No período seguinte – 1987-1990 – Benedita da Silva exerceu o mandato de deputada federal, também pelo PT, posição que ocupava quando da proposta que fosse vice de Lula em 1989.

Os militantes negros produziram esse embate dentro do partido, apesar da orientação partidária defender que o vice de Lula deveria ser de um dos partidos da frente eleitoral, como estratégia para ampliar a possibilidade de votos entre outros grupos ou classes, sobretudo a classe média. O documento intitulado “Brilha Brasil: Benedita da Silva, vice do Lula”, assinado pelo Comitê de Apoio à Benedita vice de Lula¹⁸, colocava em questão essa orientação partidária sob o argumento de que a aliança do partido deveria ser política, histórica e cultural com a totalidade da

¹⁷ Este texto foi-me, gentilmente, cedido por Flávio Jorge Rodrigues da Silva junto com vários outros textos dos setoriais de combate ao racismo no PT, encontra-se também nos arquivos da SNCR na sede nacional do partido.

¹⁸ Dois documentos foram encontrados nos arquivos da Fundação Perseu Abramo sobre esse tema, basicamente com o mesmo conteúdo.

classe trabalhadora. Nesse caso o nome de Benedita da Silva teria maiores chances de atrair os setores excluídos da classe trabalhadora: favelados, e ainda contar com a simpatia da classe média intelectualizada.

Três argumentos respaldavam a defesa do nome de Benedita. Primeiro, o fato de ela ser uma moradora do morro e uma liderança entre os favelados, o que poderia ter impactos também sobre as donas de casa, ao reconhecerem o engajamento de Benedita da Silva com o movimento popular de mulheres; segundo, o fato de ser negra e mulher e ter um discurso que questiona o racismo e o machismo. E por fim, sua opção religiosa que possibilitaria a aproximação do partido com segmentos religiosos pouco simpáticos ao PT.

Apesar do engajamento da militância negra e de outros setores dos movimentos sociais pela aprovação do nome de Benedita para compor a chapa petista para as eleições de 1989 (Raça & Classe, 1989)¹⁹, o nome aprovado pelo partido foi o de José Paulo Bisol, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), por contemplar os interesses dos demais partidos que compunham a Frente (PT, PSB, PC do B, PV).

O que não deixou de ter um impacto negativo sobre a militância negra petista, como sugere o Boletim Informativo da Comissão de Negros do PT/MG de 01 de setembro de 1989²⁰. Esse Boletim faz referência à 3ª Reunião da Subsecretaria Nacional de Negros do PT, realizada no dia 26 de agosto de 1989, na qual a Campanha Lula-Presidente teria sido a pauta principal. O destaque da reunião, no que se refere à campanha e à subsecretaria nacional do negro foi “a desmobilização do Movimento Negro petista, decorrente do encaminhamento político do partido

¹⁹ Raça & Classe era um jornal de informação e divulgação da Comissão do Negro do PT do Distrito Federal

²⁰ Este documento encontra-se na sede nacional do PT na cidade de São Paulo, arquivos da SNCR (Secretaria Nacional de Combate ao Racismo)

sobre a questão do (a) vice-presidência, onde defendíamos a indicação da companheira BENEDITA DA SILVA, aliás, como muita força política na base do partido e o do Mov. Negro e Popular, mas não aprovada no VI Encontro Nacional do PT.” O tom do Boletim é de crítica à forma tímida como o PAG (Plano Alternativo de Governo) da Frente Brasil Popular trata a questão racial, o que exigia uma intervenção da militância negra petista na campanha, no sentido de conferir maior visibilidade à questão racial.

O sugestivo jornal Raça e Classe, da Comissão de Negros do Distrito Federal, de maio e junho de 1989, é dedicado ao debate sobre as eleições de 1989 e a participação do negro na disputa eleitoral. Ele traz um artigo de Florestan Fernandes, sob o título “O negro na luta eleitoral”, no qual Florestan avalia como equivocada a postura da militância negra petista de apresentar a proposta de uma candidatura própria, sob o argumento de que a militância se aproximava dos procedimentos presente nos partidos da ‘ordem’, ao confundir o peso do movimento negro com “oportunismo negro”:

A premissa central da posição do negro no PT consiste em reforçar o caráter socialista revolucionário do partido, nos dois planos de intersecção e interação dialética raça e classe. O partido alimenta certa miopia diante dessa questão. O negro não constitui ‘outro’ problema social a ser abordado pelo PAG [Programa Alternativo de Governo] a ser contemplado por fórmulas simplistas e “humanitárias”. O movimento negro deve ser uma fonte de reeducação plurriracial igualitária dos militantes negros petistas e um dos eixos mais fortes do radicalismo socialista do PT. O essencial perdeu-se de vista, por uma visão dogmática ingênua de que a chapa presidencial de Lula deve fornecer “uma prova” da coerência racial do partido e um ‘retrato do Brasil real’, algo pequeno burguês, impregnado de extremismo imediatista. (1989, p.08)

2.3 Outros espaços de institucionalização da questão racial: o PMDB e o PDT

O PT não foi o único partido a atrair a militância negra, Gevanilda Santos (1992) mostra que no processo de abertura política, o PMDB e o PDT foram os partidos que se propuseram a incorporar a temática racial de uma maneira mais esclarecida e conseqüente. Esses dois partidos contavam entre seus quadros com a presença de militantes expressivos do movimento negro.

O PDT como partido que se originou do PTB tinha um acúmulo de conhecimento sobre a questão do negro herdada deste último desde do fim do Estado Novo. No processo de abertura política o PDT adotou a questão racial como seu quarto compromisso prioritário. Santos (1992) atribui o avanço do PDT em relação a esse tema ao fato de o partido ter em seus quadros o militante negro Abdias Nascimento e os resultados eleitorais dos candidatos negros no Rio de Janeiro, bem como no Rio Grande do Sul,²¹ à influência política de Leonel Brizola.

O PMDB, como já foi dito, foi o partido catalisador da oposição ao Estado autoritário no processo de abertura política e por isso conseguiu atrair vários setores dos movimentos sociais comprometidos com um projeto democrático para a sociedade brasileira. Em 1978, ainda como Movimento Democrático Brasileiro (MDB), alguns militantes negros criaram no interior do partido a FRENAP (Frente Negra de Ação Política de Oposição ao Regime Militar). A tradição do MDB de lançar candidaturas negras remonta a 1966, quando lançou a candidatura de Adalberto Camargo como deputado federal, reeleito em 1970, 1974, 1978 e também de Theodosina Rosário Ribeiro, eleita vereadora na cidade de São Paulo em 1968 e que em 1970 chegou à deputada estadual, sendo reeleita em 1974, 1978 (Valente, 1986).

²¹ A figura negra de destaque no Rio Grande do Sul citada por Santos (1992) é Alceu Collares, que não se elegeu nas eleições de 1982 ao governo do Estado do Rio de Janeiro, mas em 1986 tornou-se o primeiro prefeito negro da capital gaúcha e em 1990 chegou ao governo do Estado.

Em seu programa de partido de 1980, o PMDB desenvolveu um discurso que mostrava entendimento das contradições geradas pela questão racial no Brasil. Assim como no PDT do Rio de Janeiro, também em São Paulo os ganhos para as demandas do movimento negro, no PMDB estiveram sujeitos à sensibilidade de algumas pessoas influentes dentro do PMDB, como Franco Montoro e Fernando Henrique Cardoso. A primeira experiência de institucionalização da questão racial no interior do aparelho de Estado ocorreu com o governo estadual paulista do PMDB, durante a administração de Franco Montoro. Ele criou, em 1984, como um órgão do estado, o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, com a missão de desenvolver estudos relativos à condição do negro e propor medidas que visassem à eliminação da discriminação e ampliação da cidadania para a população negra.

Mais uma vez vale comparar essa presença da questão racial no aparelho de estado com a incorporação da questão de gênero. Já foi falado do envolvimento das mulheres no processo eleitoral de 1982, ao se apresentaram para o pleito eleitoral como candidatas do movimento de mulheres e a sua organização e influência na construção de um espaço específico na estrutura do governo do PMDB de São Paulo, que resultou no Conselho da Condição Feminina. Houve um engajamento de setores do movimento de mulheres, marcadamente o movimento feminista, na construção desse espaço específico ao gênero. No que se refere ao Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, ele foi fruto não de um projeto do movimento negro ou de setores do movimento negro, mas de ações individuais de militantes negros ligados ao PMDB. Hélio Santos e Ivair Alves dos Santos inspirados na experiência do Conselho Feminino acreditaram ser importante um Conselho da Comunidade Negra.

Em entrevista a Gevanilda Santos (1992), Hélio Santos, que foi o primeiro coordenador do Conselho entre 1984 e 1986, entende que esse organismo significou uma fatia de poder para os negros, mesmo que pequena, apesar das dificuldades internas ao aparelho de estado: “Mesmo com a vontade política do governador, com recursos financeiros e disposição da militância negra peemedebista, muitas dificuldades técnicas e operacionais surgiram inviabilizando a eficácia do conselho”. Outro obstáculo ao Conselho foi a desconfiança do movimento negro, conforme ressalta Ivair Santos, um dos articuladores desse órgão ao lado Hélio Santos:

Mas o Conselho, veja só, não surgiu de uma demanda do movimento negro. Muitos negros tinham um entendimento de que aquilo poderia ser uma Funai, ou alguma coisa que fosse tutelar os negros. E naquela época havia uma tensão muito grande, pelo seguinte: qualquer participação no Estado era uma cooptação, você estava sendo cooptado e tal. Eu tinha certeza de que era mais uma arena política em que a gente estava trabalhando. Mas isso nos impediu, por exemplo, de ter uma aproximação maior com o movimento, que ficou muito desconfiado com que ia ser aquilo ali. (Santos, 2007, p.217)

O movimento negro tendeu a avaliar a instituição do conselho sob o prisma da cooptação: a absorção da militância negra para o campo institucional como forma de refrear a pressão do movimento. Entretanto, o Conselho simbolizava um avanço no reconhecimento da existência de uma questão racial no Brasil. A criação do Conselho seria uma forma de contradizer oficialmente o mito da democracia racial. Por outro lado, agências como essas podem funcionar como abertura a maiores espaços no interior do Estado. Espaços que apesar de reduzidos em sua importância e poder de ação são significativos para o movimento negro devido aos recursos que mobilizavam. Por meio do Conselho, foram solicitados ao serviço de estatística do Estado de São Paulo (Seade) dados sobre a população negra nos quesitos emprego, desemprego, desempenho educacional no Estado de São Paulo. A divulgação desses dados recebeu uma considerável publicidade nos

meios de comunicação, tendo impactos em outros organismos da sociedade civil, o que possibilitou publicizar as desigualdades raciais (Andrews, 1998).

3 Os reflexos do Centenário da Abolição para o debate racial no PT

3.1 1988: A visibilidade da raça na contramão do mito

Não é por acaso que a criação da Subsecretaria nacional de negros do PT ocorreu em 1988, assim como a indicação pela militância negra, no ano seguinte, do nome de Benedita da Silva para a composição da chapa do PT às eleições presidenciais de 1989. Esses eventos foram impulsionados pelos debates produzidos com o Centenário da Abolição.

O ano de 1988 foi um marco para a ampliação do debate racial em toda a sociedade e como consequência abriu espaços para a militância negra petista desenvolver uma reflexão crítica sobre o papel que o partido vinha desempenhado na politização do tema. Significou uma maior diálogo do movimento negro com outros setores da sociedade.

O que estava em questão nos eventos dedicados ao Centenário era a capacidade do movimento negro inverter a versão romantizada da abolição e produzir um novo senso-comum sobre as relações raciais na sociedade brasileira, em direção contrária à ideia de democracia racial. A discussão acerca do centenário perpassou praticamente todos os espaços da sociedade: O Estado, a Igreja, a imprensa, as universidades. Todos foram provocados a se posicionar. Logicamente que esses posicionamentos não estavam isentos de contradição, assim como as contradições e divergências inerentes ao próprio movimento negro também se evidenciaram nesse momento (Hanchard, 2001; Schwarcz, 1990).

A análise de Hanchard (2001) ressalta dois aspectos que povoaram os ‘festejos’ do Centenário e que parecem fundamentais para entendermos a permanência de um padrão de

tratamento da questão racial pelas instituições e organizações brasileiras. Embora o evento tenha marcado o reconhecimento e uma mudança de discurso em relação à raça, inédito, sobretudo, em se tratando da comemoração do centenário da Abolição – que em outros tempos esteve focada na harmonia – Hanchard chama a atenção para um limite desse processo: a ênfase preponderante no passado e na cultura: “A escravidão foi vista não apenas como a fonte da desigualdade racial, mas também como uma explicação intemporal da dinâmica racial contemporânea”(2001, p.173). Assumir os usos da raça nos processos de dominação e desigualdades raciais como constitutivas das relações do Brasil moderno seria admitir que a sociedade brasileira era racista e que a raça ocupa um papel na definição dos lugares dos indivíduos na organização social. A sociedade brasileira ainda não parecia preparada para enfrentar esse problema. A associação da condição do negro ao passado escravocrata amenizava as responsabilidades das classes e grupos dominantes com o problema.

As comemorações do Centenário contaram com uma programação intensa de atividades durante todo o ano de 1988 em várias cidades do Brasil, atividades propostas pelo Estado e pela sociedade civil. Um mapeamento das abordagens presentes nos eventos (artigos de jornal, notícias, notas, seminários, palestras, cursos, exposições, peças de teatro, filmes, livros, homenagens a personalidades negras, pesquisas, levantamentos, atos políticos ou atos religiosos) revelou que as desigualdades raciais contemporâneas tiveram espaço reduzido nessas diversas modalidades. Esse foi ocupado preponderantemente pela cultura negra. (Maggie & Mello, 1989). Apesar dos dados quantitativos já disponíveis sobre as desigualdades raciais (Hasenbalg, 1979) houve um silêncio sobre a cor/raça como critério de desigualdades.

As comemorações do centenário da Abolição, apesar das contradições, mostraram que o mito da democracia racial tinha se desgastado enquanto concepção hegemônica das relações raciais no Brasil. Mais uma vez é preciso lembrar o contexto, o centenário ocorreu durante a primeira experiência de governo civil no plano federal, depois de anos de repressão militar. Andrews (1998) chama atenção para o fato de que pela primeira vez na história do Brasil moderno, um representante do Estado assumia publicamente a falácia da democracia racial. Ele se refere ao discurso de Celso Furtado, então ministro da cultura do governo Sarney, que atacou a falsidade da democracia racial, apontando para a situação de marginalidade em que vivia a esmagadora maioria da população negra e propôs a garantia de vagas para estudantes negros nas escolas e universidades. Também o discurso da grande imprensa voltou-se contra a falsa democracia racial, apresentando os dados sobre as condições de vida da população negra.

A comemoração da abolição, daquele ano, foi um marco na história do movimento negro brasileiro pela publicização nacional que promoveu sobre as diversas formas de desigualdades raciais sofridas pelos negros brasileiros, mesmo que tenham sido atribuídas ao passado, e por permitir aos militantes do movimento um confronto coletivo contra as práticas estatais e as concepções dominantes sobre as relações raciais no Brasil.

A nacionalização do debate racial, a partir do centenário, favoreceu o surgimento de novas entidades no campo do movimento social negro, tornando-o mais complexo. Em 30 de abril de 1988 foi criado o Geledés – Instituto da Mulher Negra – que, conforme Sueli Carneiro, é “uma organização política voltada para o combate ao racismo e ao sexismo e para a promoção das mulheres negras em particular e do conjunto da população negra em geral” (Carneiro, 2007, p.280). Em julho do mesmo ano, surgiu a Unegro (União de Negros pela Liberdade) em

Salvador, com o objetivo de articular a luta contra o racismo e as desigualdades raciais à luta de classes.²² A Unegro é identificada no campo do movimento social negro como um braço político do PC do B.

Esse é um elemento que caracteriza o movimento negro pós 1988: o surgimento de novas organizações, algumas identificadas com os partidos políticos, sobretudo, pela composição da militância, mas que não podiam confundir-se com eles, em razão de uma proposta de organização nacional do movimento que não reconhecia os núcleos de negros dos partidos ou dos governos como entidades do movimento negro.

A Soweto Organização Negra, criada em 1991, é fruto desse processo. Uma organização não governamental que aglutinou boa parte dos militantes negros vinculados ao PT. A primeira diretoria executiva da Soweto foi composta por Flávio Jorge Rodrigues da Silva (Presidente), Matilde Ribeiro (Vice - Presidenta), Luiz Carlos de Freitas “Feijão” (Tesoureiro) e Maria do Carmo Sales Monteiro (Secretária Geral).²³

Também desse período é a fundação do CEERT (Centro de Estudos das Relações Raciais e Trabalho), em 1990, por Hédio Silva Júnior e Maria Silva Bento. Essa organização surgiu com o objetivo de ser um elo de ligação entre o movimento negro e sindical; dialogar com o setor empresarial, e promover o treinamento, qualificação e aperfeiçoamento de quadros do movimento negro, além de ocupar-se da educação em uma perspectiva racial (Silva Júnior, 2009)²⁴.

²² Cf <http://www.unegro.org.br/historico.asp>, acesso em 15 de janeiro de 2009.

²³ Cf http://www.soweto.com.br/index_arquivos/Page556.htm, acesso em 16 de janeiro de 2009.

²⁴ Disponível em < <http://www.ceert.org.br>.> Acesso em: 16 de jan. de 2009.

A proposta de organização nacional do movimento negro a partir de suas diferentes entidades levou a realização do I Encontro Nacional de Entidades Negras em 1991 na cidade de São Paulo, quando foi criada a CONEN (Coordenação Nacional de Entidades Negras), que ao aglomerar um vasto conjunto de entidades e organizações passou a disputar o campo político do movimento social negro com o MNU (Movimento Negro Unificado), conforme depoimento de Flávio Jorge Rodrigues da Silva (2007):

O encontro foi muito importante. A gente juntou representantes de tudo que existia no Brasil: grupos culturais, religiosos, de juventude, de esportes ... Os grupos ligados à Igreja, os Agentes de Pastoral Negros e o Grupo de União e Consciência Negra participaram. Mas nem todo mundo participou. O MNU não participou desse encontro, porque sempre optou ter uma trajetória própria [...] De todas as organizações políticas do Brasil, só o MNU não veio. A gente reuniu delegações de cerca de 22 estados. Foi uma loucura, porque você não tinha unidade política. Nós éramos muito diversos. Você juntar tudo em um lugar só: grupo de mulheres, de religiosos de umbanda, candomblé, de grupos afro lá da Bahia, tudo [...] E dentro desse grupo, dentro desse encontro, a gente criou a CONEN, Coordenação Nacional de Entidades Negras, à qual eu sou ligado (p.297).

O Encontro Nacional de 1991 foi precedido de uma organização das entidades negras em formato de encontros regionais: (Sul/Sudeste, Centro Oeste e Norte/Nordeste). O surgimento dessas novas entidades e a proposta de organizá-las em rede, revelam a tentativa de tirar a questão racial de um certo isolamento e tratá-la a partir de sua articulação com outros aspectos presentes na realidade social: raça e classe, raça e gênero, raça e trabalho, raça e direitos humanos.

3.2 Raça e classe no PT: a articulação que não se completa

Os militantes negros organizados no PT aproveitaram a ocasião do Centenário para veicularem, nos espaços de debate do partido, seus posicionamentos sobre a forma como a questão racial era tratada no Brasil, mas também para fazer a crítica à intratabilidade do tema pelo partido. Conseguiram que o tema do centenário fosse incorporado às resoluções do V Encontro Nacional do partido, realizado em 1987. A resolução sobre o centenário, respaldada em dados estatísticos, apresentava o quadro das desigualdades raciais, enfatizando como a condição da classe trabalhadora era também condicionada pela dimensão racial. Dados sobre os postos de trabalho, salário, qualificação, o tratamento jurídico e policial evidenciavam que a raça provoca uma clivagem na forma como a classe trabalhadora vivia os processos de dominação, subordinação, exploração em sua relação com o capital. A população negra é apontada como o setor mais explorado da sociedade brasileira.

Diante desse quadro, o documento se posiciona contra o tom festivo que o governo brasileiro queria dar ao centenário da Abolição e conclama o PT a transformar o Centenário em um momento de avaliação das reais condições do trabalho, no Brasil, articulando “por meio de seus militantes, a mobilização do Movimento Negro com a mobilização dos trabalhadores em geral” (5º Encontro Nacional, 1987, In: Diretório Nacional do PT, 1998, p.339).

De acordo com o depoimento de Flávio Jorge Rodrigues da Silva, esse foi “um grande momento de estruturação da questão racial, onde pela primeira vez um diretório nacional do PT, aprova uma resolução destinada a uma intervenção na questão racial, não só nossa [negros], mas

de todo o partido, que é quando o PT, impulsionado por nós, tem uma postura de questionar o centenário da Abolição”²⁵.

O documento de 1987 é inédito, como ressalta Flávio Jorge, por ser a primeira vez que o partido assume uma postura diante da problemática racial, mas também, e talvez, principalmente, pelo fato de que pela primeira vez as condições de vida da população negra são abordadas no discurso partidário associando as condições de vida da população negra aos processos de exploração referidos à classe.

A questão que fica é por que somente em 1987, somente diante da iminência do centenário a militância negra petista conseguiu articular esse discurso e introduzi-lo como um discurso do Partido?

O debate, produzido pelos militantes e pelos intelectuais ligados ao PT, comprometidos com o tema da questão racial, teve como objetivo problematizar e responder a essa questão. Vamos encontrar a centralidade do debate raça e classe no artigo escrito por Hédio Silva Júnior, em maio de 1987, no jornal do partido Boletim Nacional, cujo título do artigo já é por si só significativo: “O PT e a questão racial: uma conversa, que não pode ficar só entre negros”. No artigo de Florestan Fernandes escrito na Revista *Teoria e Debate*, intitulado “Luta de raças e de classe”, que saiu em março de 1988. Nesse mesmo número da *Teoria e Debate* tem um artigo de Hamilton Cardoso que destaca o papel simbólico da branquitude nas construções ideológicas e nas lutas políticas e faz um balanço dos dez anos de atuação do movimento negro de 1978 a 1988. Houve ainda uma edição especial do jornal do Partido, Boletim Nacional, dedicado ao Centenário, que saiu em maio de 1988, com artigos de Florestan Fernandes, uma entrevista com

²⁵ Entrevista realizada com Flávio Jorge Rodrigues da Silva no dia 06/11/2007 na Fundação Perseu Abramo.

Olívio Dutra, feita por Hédio Silva Júnior sobre a posição do Partido diante do tema e um artigo de Flávio Jorge Rodrigues da Silva.

Todos manifestaram o descontentamento da militância negra petista com o tratamento dispensado pelo partido à temática racial e tentavam apontar explicações para essa limitação. Para Hédio Silva Júnior, o PT não se diferenciava da esquerda tradicional, pois, como aquela, via “a emancipação da classe operária, como panacéia para todas as contradições experimentadas pelo nosso povo. [O PT] Não avançou no sentido de compreender o papel que a discriminação contra os negros desempenha na super exploração capitalista e na forma de dominação do autoritarismo brasileiro”. Traz também uma crítica às manifestações de solidariedade do Partido, que, segundo ele, seriam vazias e passíveis de desprezo se não concretizadas em ações políticas.

Respalado em dados que permitem falar em desigualdades raciais, Hédio Silva Júnior demanda uma resposta do PT a essa realidade, uma vez que os dados derrubariam o mito da homogeneidade da classe trabalhadora e seu tratamento uniformizado pelo capital.

Há desigualdade não só no processo seletivo e nas condições de trabalho, como também na distribuição e renda, na capacitação dos trabalhadores, na especialização de mão-de-obra, e finalmente na capacidade de organização de trabalhadores negros e brancos. Portanto, não podemos mais admitir o velho discurso de que os trabalhadores são explorados independente de sua origem racial. É a queda total – em todos os níveis da sociedade – do mito da democracia racial (Silva Júnior, 1987, p. 4-5).

Se os dados são tão evidentes, a questão é por que o PT ignora essa realidade em seus planos de ação. Segundo ele, alguns fatores seriam condicionantes desse comportamento: a) o peso da democracia racial; b) a influência do marxismo ortodoxo; c) e impulsionada pelos dois fatores anteriores, uma concepção que tende a minimizar a luta contra o racismo, relegando-a a um problema dos negros ou ainda afirmando que essa luta divide os trabalhadores; d) a

fragilidade do movimento negro na elaboração de uma ideologia anti-racismo capaz de desestabilizar o mito da democracia racial e que servisse para colocar a luta contra racismo no contexto da luta de classes como parte da luta política por uma sociedade socialista.

O artigo de Florestan Fernandes (1988), na Revista *Teoria e Debate*, também faz a crítica ao discurso dominante de apoio e solidariedade no tratamento da questão racial pelo partido. Convoca-o a tomar posição na luta contra o racismo por meio da articulação entre raça e classe. Da edição especial do *Boletim Nacional* de 1988 merece destaque o artigo de Flávio Jorge Rodrigues da Silva, intitulado “Os negros no PT: organizar e transformar”, pelos novos elementos que traz na avaliação tanto do PT como do movimento negro.

Segundo Flávio Jorge, os eventos em torno do Centenário trouxeram a necessidade de definições mais precisas em torno da questão racial no Brasil, levando o Movimento Negro a sair da fase sentimental e entrar na fase política. Ele reitera a legitimidade da presença negra no PT em função do compromisso desse partido com a transformação social e com a construção de uma sociedade socialista.

Assim como Hédio Silva Júnior, Flávio Jorge Rodrigues da Silva se empenha em desenvolver uma reflexão que explique a dificuldade de avanço pelo partido. Aponta a incompreensão, sobretudo, por parte das direções, da importância da luta contra o racismo. Envolto em uma concepção que tenderia a explicar a situação da população negra pelo passado escravista e colonial, não perceberiam a existência de discriminações e preconceitos raciais, estes seriam antes sociais. E de novidade, em relação às outras críticas, traz uma avaliação da participação da militância negra petista. Ressalta que apesar da organização em vários estados,

essa participação ainda é precária. Os militantes negros petistas estariam priorizando a atuação em outros espaços em razão deles servirem como uma referência real de suas atividades:

O terceiro motivo que tem relação com o anterior, é a falta de compromisso de nossa militância e a conseqüente desorganização das comissões, grupos ou secretariados em que atuamos. Isso, aliado à falta de um projeto político, a exemplo do que acontece com o Movimento Negro, tem dificultado nossa intervenção. Apesar dos nossos esforços não conseguimos nos reunir de forma sistemática, aglutinar novos companheiros, e os nossos trabalhos se devem mais ao voluntarismo de alguns militantes que sentem a importância e a necessidade da intervenção no Partido e fora dele. Existe ainda de nossa parte uma incompreensão gerada pela confusão que estabelecemos na relação Movimento e Partido. Não temos ainda definido o entendimento da importância do papel do Partido na luta pela transformação da sociedade. Em nossa prática visualizamos o Partido enquanto uma frente de intervenção ou apenas como militantes do movimento negro, colocando o Partido enquanto um ser distante (Silva, 1988, p.11).

O artigo de Halmilton Cardoso²⁶ faz um balanço dos dez anos de ressurgimento do movimento negro contemporâneo no final da década de 1970, pontuando as dificuldades enfrentadas por esse movimento, tanto internamente, quanto em sua relação com a sociedade civil. Lembra que no ano de 1978 era o movimento negro que se encontrava dividido sobre qual posição adotar diante das comemorações do 13 de maio. Momento no qual, as desigualdades e as discriminações raciais eram percebidas como um problema dos negros em razão da centralidade conferida à ditadura militar e aos fatores econômicos como fonte de todos os problemas da sociedade. Pouca atenção era dada às contradições cotidianas e mais gerais da história do país “a

²⁶ Hamilton Bernardes Cardoso (1953-1999) foi mais um fundador do MNU com passagem pela Liga Operária Sua participação na Liga Operária destaca-se, sobretudo, pela sua contribuição no Jornal Versus, na seção Afro-Latino-América. O jornal Versus foi criado em 1975 por Marcos Faerman e fazia parte da imprensa alternativa, comum no período da ditadura militar.

maior parte das lideranças da sociedade civil, principalmente dos setores de esquerda, liberais e social-democratas marginalizavam, em suas análises, fatores culturais e políticos do colonialismo, entre eles o privilégio da branquitude” (Cardoso, 1988, p. 1-2).

A perspectiva europeizante, legitimadora desse privilégio, ao atuar nas relações econômicas, políticas e sociais e em suas formas de compreensão teria como efeito a invisibilidade dos não brancos. Daí, o silêncio sobre a violência policial contra os trabalhadores negros – que atinge frontalmente os seus direitos civis – quando da luta contra a tortura na ditadura militar e sobre os diferentes modos de inserção de brancos e negros nos modos de produção. Ela seria responsável ainda pela exclusão das táticas e resistências da população negra escravizada do universo de luta das classes trabalhadoras. A classe trabalhadora nasce, nessa perspectiva, com a chegada dos trabalhadores imigrantes europeus. Também não se estudou a formação da classe média brasileira por meio das oportunidades desiguais oferecidas a brancos e a negros e seus impactos sobre a política.

Após fazer esse balanço, Cardoso interpela o partido a tomar uma posição diante do Centenário da Abolição: “Certamente esta indagação precisa ser respondida pelo PT e seus integrantes. Afinal há petistas hoje capazes de verbalizar noções de política para a Casa Grande e outros que as verbalizam para as senzalas. Tudo é uma questão de opção” (idem, p. 7).

Embora os artigos enfatizem diferentes aspectos relacionados ao comportamento do partido diante da questão racial: o aspecto cultural que privilegia a perspectiva histórica, política e de produção de conhecimento a partir do grupo dominante; a ausência de um projeto político no movimento negro capaz de interpelar o partido na direção raça e classe e, ao lado disso, a fragilidade organizativa dos negros petistas, todos revelam uma tensão da militância negra petista

com o partido. A expectativa comum é que o partido seja capaz de incorporar ao seu projeto de transformação social a dimensão racial e que reconheça a particularidade dos negros e de suas lutas no universo da luta de classes.

3.3 A dupla militância e suas tensões: o partido e o movimento

As reflexões produzidas pelos militantes negros ligados ao PT colocam à mostra a tensão interna entre essa militância negra e o partido. No entanto a tensão vai além, ela está presente também no exercício da dupla militância, militantes que tem atuação no partido e no movimento social e que em algumas situações são levados a priorizarem um desses espaços em razão dos conflitos com sua organização no movimento negro. Em alguns casos, a atuação no partido pode ser vista com suspeição pelo movimento o que gera a descontinuidade entre a ação no movimento e no partido.

Captamos vestígios dessa tensão na recepção do II Encontro do Negro do Centro-Oeste – realizado nos dias 14, 15, 16 e 17 de abril de 1989, na cidade de Sobradinho, no Distrito Federal – à proposta do nome de Benedita da Silva à vice de Lula. Segundo informa o jornal da Comissão de Negros do PT do Distrito Federal (Raça & Classe, 1989), o Encontro se opôs à indicação de Benedita da Silva como vice de Lula, sob o argumento de partidarização do movimento negro. Aparece também nas entrevistas ou nos depoimentos dos militantes negros com dupla militância, como sugere Edson Cardoso:

Eu tinha entrado para o MNU em 1981, mas aí meus vínculos se esmaeceram, porque o MNU [Movimento Negro Unificado] de Brasília não aceitava essa ligação com o partido. Então fiquei na Comissão do Negro do PT e me entreguei de uma maneira total à militância.(Cardoso, 2007, p.230).

Edson Cardoso teve uma rápida passagem pelo PT do Distrito Federal, entre 1984 e 1987, onde contribuiu para a criação da Comissão do Negro do DF em 1984, a criação do jornal Raça & Classe e a organização do primeiro encontro nacional o “PT e a Questão Racial” realizado em Brasília em 1986. Justifica o seu ingresso no PT por acreditar na construção de uma resposta partidária para a questão racial e a sua saída por se convencer que o partido não estava pronto para esta resposta. Em sua entrevista, Edson Cardoso fala da Comissão do Negro do DF mais como um órgão do movimento negro e menos do partido. Essa dicotomia teria incomodado ao partido e levado às divergências que resultaram em sua saída em 1987.²⁷

Um outro entrevistado que expõe os conflitos entre a militância no partido e no movimento é Nilo Rosa que iniciou a sua militância no PT de Salvador em 1985 e teve a seu ingresso no MNU, quatro anos depois. No depoimento a seguir Nilo Rosa expõe as diferenças entre PT e o MNU e suas consequências para a ação militante, em uma situação de dupla militância:

“O MNU não é um braço do PT, muito pelo contrário, ele questiona muito o PT, demais. Eu sou do MNU e sou do PT e nunca levei nenhuma proposta do PT para dentro do MNU, ao contrário. Em 1986, 87, 88 não me lembro bem, nos tínhamos aprovado, dentro do PT, a criação de uma secretaria de negros e por orientação do MNU no dia do Encontro do PT de Salvador nós fomos lá e votamos contra e derrubamos a proposta. Porque o MNU, e eu naquele momento, eu ainda não percebia, que o MNU não queria aquela secretaria ali dentro, porque o MNU não queria que aquela discussão racial fosse feita dentro do partido.”

Por ocasião do II Encontro do Negro do Centro-Oeste em 1989, a Comissão do Negro do PT do DF produziu um documento nomeado Contribuição para o II Encontro do Negro do Centro-Oeste, que defende um alargamento do tratamento da questão racial, relacionando a raça a

²⁷ Entrevista realizada com Edson Cardoso no dia 18 de novembro por telefone. Edson Cardoso mora em Brasília e a época da entrevista era responsável pelo jornal Irohìm.

outras dimensões da vida social, em contraposição ao tratamento específico que o documento atribui ao movimento negro: “uma militância do específico fora das condições materiais de vida (...) passa pelo Movimento negro uma discussão do negro como algo fora e acima das contradições sociais: como se não tivesse salário, não andasse de ônibus, não tivesse direito à escola e à casa, etc”²⁸.

Esta forma de tratar a raça, como uma questão específica, seria responsável pela pouca interação do movimento negro com outras organizações e colocaria barreiras à compreensão da opressão racial na dinâmica de classes. Como exemplos, o documento menciona a ausência do debate racial em alguns temas que ocuparam o Congresso Constituinte e que tinham pertinência para a população negra: o debate sobre a reforma agrária, devido ao perfil não branco do campo brasileiro; a reivindicação do movimento a favor da introdução nos currículos escolares da história do negro no Brasil e a história da África sem uma proposta de reformulação do ensino; o debate sobre a jornada de trabalho.

As demandas que o movimento negro apresentou à sociedade, no momento da elaboração de propostas para a Assembleia Constituinte eram guiadas pela bandeira do reconhecimento: reconhecimento da existência do racismo e reconhecimento e valorização da cultura negra. Em 1986 o MNU organizou um Congresso pré-Constituinte em Brasília aberto a todas as entidades do movimento negro do Brasil com o objetivo de deliberar sobre as propostas do movimento negro para a Constituinte. Os pontos consensuais tirados no Congresso foram a criminalização do racismo e a regulamentação das terras de remanescentes de quilombos. Estas propostas foram

²⁸ Comissão do Negro do PT/DF. Contribuição para o II Encontro do Negro do Centro-Oeste, 1989. (Sede Nacional do PT em São Paulo, caixas SNCR)

incorporadas à Constituição por meio do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988 e do artigo 5º do item XLII, que criminaliza o racismo.

Na dinâmica entre partido e o movimento, percebe-se que os embates dos militantes negros petistas davam-se a um só tempo com o partido, por maiores espaços de poder, decisão e visibilidade para a problemática racial e ainda com os setores do movimento que não consideravam o espaço partidário como legítimo para a tematização da questão racial. Havia discordâncias também sobre os caminhos a serem percorridos para se alcançar a politização da questão racial.

As propostas que eram originadas no seio do partido, pela ação da militância negra partidária, corriam o risco de serem vistas como uma intromissão no campo do movimento negro e como um desrespeito à sua autonomia.

3.4 O desencontro entre raça e classe: aspectos explicativos

A disputas mencionadas tiveram sua parcela de contribuição no trato que o partido dispensava à questão racial e na fragilidade da politização do tema pelo partido. Um indicador concreto dessa fragilidade é a quase ausência de referências à questão racial na imprensa partidária, o que assinala a dificuldade da militância em usar os espaços de debate do partido para lhe impor tarefas.

A análise dos textos referenciados à questão de gênero e à questão de raça presentes na Revista *Teoria e Debate*, editada desde 1987²⁹ (Ver anexo II, lista de artigos sobre gênero e raça

²⁹ Cf *Boletim Nacional*, n.33 jan 88. A Revista *Teoria e Debate* é um órgão trimestral que expressa “as idéias que se manifestam no interior do partido, buscando aprofundar seu pensamento político e avançar no debate entre as diversas correntes de opinião, sempre procurando ter como referencial a conjuntura do país e mundial.”

divulgados na revista), revela o silêncio sobre o debate racial neste veículo de imprensa partidária.

As mulheres conseguiram apresentar suas temáticas nesse espaço de forma a provocar as concepções dominantes, inclusive no próprio partido, sobre mulher, política, poder e mercado de trabalho. Raros são os artigos produzidos em uma perspectiva racial, predomina o silêncio, quebrado, excepcionalmente, no Centenário da Abolição. Os poucos artigos escritos pela militância negra não interpelam as concepções e práticas de poder no partido, direcionam seus olhares para outras dimensões.

O artigo escrito por Joel Zito Araújo (1994) é uma crítica à forma como a TV trata o negro e a cultura negra, seu papel como reprodutora de preconceitos e estereótipos raciais. Gevanilda Gomes dos Santos (1997) também se dirige aos meios de comunicação, mas desta vez à *Revista Raça*, que tem como perfil ser uma revista de moda e de beleza negra. Segundo ela, a revista estaria imersa no universo da via individual de ascensão social do negro, “que se realiza no plano do consumo”, gerando uma imagem do negro distante da realidade brasileira e mais próxima dos negros norte-americanos. E Benilda Paiva Brito (1997) trata das diferenciações presentes no movimento feminista, a partir da perspectiva da mulher negra.

O que podemos constatar é uma dificuldade da militância negra petista em concretizar a interlocução com o PT respaldada na articulação entre raça e classe. Ela não conseguiu introduzir a problemática racial entre os temas do partido por meio da concepção de que a raça funciona como um agravante aos processos de exploração entre as classes.

Embora setores significativos do movimento negro que entraram em cena no final da década de 1970, estivessem submersos na cultura política de esquerda, a compreensão da luta

contra o racismo e as desigualdades raciais por meio do vínculo entre raça e classe carecia de respaldo teórico: a posição da militância a esse respeito era muito intuitiva.

Um olhar sobre a bibliografia feminista nos mostra que um setor do feminismo investiu sua crítica à esquerda por meio de uma produção teórica que procurou desvendar a especificidade da exploração feminina, em contraposição ao tratamento homogêneo da classe trabalhadora, seja via produção acadêmica, ou via organizações políticas. Se a militância negra envolvida com as organizações de esquerda fazia isso no plano de suas intervenções práticas, elas não eram acompanhadas de respaldo teórico.

Quando Sônia Alvarez (1988) trata da politização de gênero no processo de abertura, ela particulariza os efeitos do modelo de desenvolvimento econômico do regime autoritário sobre a mulher branca de classe média que é predominante no movimento feminista. Eles significaram a crescente inserção dessas mulheres nas profissões de melhor prestígio, nas funções administrativas e no ingresso na universidade. Em 1980 o número de mulheres na universidade era praticamente igual ao número de homens, o que teve impacto sobre a produção teórica e a construção do conhecimento que se realizam nesse espaço. As feministas introduziram uma perspectiva de gênero na produção do conhecimento das relações sociais. Ao terem acesso aos espaços de produção de conhecimento científico, as mulheres brancas de classe média fizeram uso das vantagens “políticas, financeiras e existenciais que propiciam o conhecimento aos que o detêm” (Charles Tilly, 2003, p.57).

Diferentemente, o que particulariza a inserção da população negra nos espaços oficiais de construção do conhecimento é a raridade e, por consequência, a invisibilidade. Se o debate atual ainda é a sub-representação da população negra na universidade, pode-se imaginar o que isso

significava no final da década de 1970 e na década de 1980. Os processos de mobilização e organização da militância negra que estava ascendendo aos espaços da classe média brasileira acionando uma identidade racial são recheados de dificuldades de ordem econômica e estrutural. Esta realidade era um obstáculo à formulação de uma perspectiva teórica capaz de subsidiar uma ação política coerente com a perspectiva que alimentava a interlocução da militância negra com a esquerda brasileira.

Não por acaso a figura de Florestan Fernandes ocupa um papel fundamental no universo simbólico da militância negra que se formou nesse período, em razão de sua contribuição intelectual para o questionamento do mito da democracia racial e de seu engajamento político com essa temática. No entanto, se as pesquisas de Florestan Fernandes, assim como dos demais participantes da escola paulista de sociologia (Ianni, 1962, Cardoso, 1977) revelam a forma como as categorias utilizadas na sociedade escravocrata foram ressignificadas na sociedade de classes e pouco avançam no sentido de mostrarem os seus nexos nas relações de dominação entre as classes. Sobretudo porque, a problemática principal, no caso de Fernandes (1965), era a dificuldade da população negra se integrar na sociedade de classes. Além disso, a interpretação de Florestan Fernandes sobre a integração do negro na nova ordem tinha como pressuposto a incompatibilidade entre os valores predominantes na sociedade de classes e as hierarquias raciais. O que contribuiu para a sedimentação do entendimento das desigualdades raciais no Brasil como fruto do passado escravocrata, como um arcaísmo.

Esta interpretação tem sido utilizada para isentar as relações modernas de responsabilidades com a permanência de padrões de desigualdades que atingem a população negra. Coube a Carlos Hasenbalg (1979) problematizar essa concepção das relações raciais no

Brasil moderno, ao mostrar como as hierarquias que organizam as relações sociais em sociedades com padrões autoritários como a sociedade brasileira, ao invés de serem incompatíveis com os valores modernos – pautados na racionalidade, competência e impessoalidade – combinam-se a eles visando aos interesses dos grupos e classes dominantes nessas sociedades. “... [O] aparato industrial adota a ordem racial dentro da qual tem de operar. Mudanças eventuais da ordem racial não resultam de considerações de eficiência industrial, mas de pressões externas, principalmente de pressões e movimentos políticos.” (Hasenbalg, 1979, p.81). As pesquisas quantitativas de Carlos Hasenbalg, pelo seu pioneirismo, foram de fundamental importância para a visibilidade da variável raça nos processos de desigualdades, legitimando assim a ação e o discurso do movimento social negro contra o racismo e as desigualdades raciais. Porém, vimos que em 1988, ano do Centenário, a interpretação predominante para a condição do negro na sociedade de classes, ainda era o passado escravocrata.

Por fim, um outro elemento que atua nesta dificuldade teórica e política de articulação entre raça e classe, é que os obstáculos impostos pelo suposto pertencimento racial são experimentados de formas distintas em função de sua relação com outras dimensões presentes nas interações sociais, como a situação de classe, o gênero, a inserção geográfica, etc.

Em sua pesquisa, Andrews (1998) mostra como indivíduos negros qualificados para a ocupação de cargos considerados de classe média sentem e percebem mais fortemente a presença da barreira racial do que os indivíduos negros inseridos no universo da classe trabalhadora. O status racial, juntamente com a educação, relações pessoais e familiares e boa aparência, tem sido mobilizado na concorrência pela ocupação de vagas de colarinho branco, mas tem tido pouca relevância na competição pelo preenchimento das ocupações identificadas como sendo das

classes trabalhadoras. Estas são questões que interferem na politização da questão racial por meio da articulação entre raça e classe, pois é preciso considerar como as diferentes situações de classe interagem com a subordinação racial e como elas são elaboradas pelos indivíduos em suas experiências cotidianas e transformadas em consciência política.

A literatura sobre as várias fases dos movimentos negros tradicionais, desde a Frente Negra (1931) ao MNU, evidencia que esses movimentos têm encontrado dificuldades em estabelecer vínculos orgânicos com a maioria da população negra, o que pode ser explicado pela diferença de interesses que levaram à organização desses movimentos – geralmente organizados por negros que estavam ascendendo aos espaços de classe média – com os presentes no universo da população negra da classe trabalhadora ou de setores dessa população submetidos a situações de privação material mais intensa.

A militância negra petista ao elaborar o vínculo entre raça e classe na perspectiva da classe trabalhadora se deparava com as mesmas dificuldades do movimento negro, em suas várias fases. Como transformar as relações raciais no Brasil em objeto de politização também por parte desses grupos? Isso ocorreria à medida que eles estabelecessem as mediações entre a institucionalização do racismo e os processos de dominação, subordinação e privação material as quais estão submetidos em suas relações sociais. No entanto, se para os negros que ascendem aos espaços de classe média essa é uma dimensão que se mostra evidente, a mesma evidência não se produz no universo das classes trabalhadoras e nos espaços de concentração da pobreza.

Do ponto de vista da análise social, é bem recente a perspectiva que procura mostrar que a pobreza não é um processo homogêneo, mas que ela varia de acordo com o cruzamento de múltiplas diferenças, raça, gênero, idade, etc. Em razão dos processos ideológicos que legitimam

essas diferenças nem sempre é possível aos indivíduos percebê-las por meio de suas experiências imediatas, o que dificulta que sejam traduzidas em consciência ou organização política. A falta de correspondência entre o discurso que procurava estabelecer nexos entre raça e classe e os processos de organização política da classe trabalhadora enfraquecia o seu poder de influência no partido.

II

Raça, classe e cidadania: radicalização da democracia e o reconhecimento da diferença

O capítulo anterior tratou da trajetória do debate racial no PT e dos ganhos da militância negra petista, considerando o contexto de afirmação do partido enquanto força política na sociedade brasileira e o debate da questão racial na década de 1980, sobretudo, com o Centenário da Abolição. Ressaltamos os limites do partido em responder à articulação entre raça e classe, estratégia utilizada pela militância negra para a ampliação dos espaços de poder no partido.

Neste capítulo examinamos se as alterações no projeto político petista da década de 1990 favoreceram ou não o fortalecimento político da militância negra petista, transformando ou não a problemática racial em um tema vinculado à estratégia partidária. Chamamos de alterações no projeto político a substituição da centralidade da luta de classe – predominante na década de 1980 – pela cidadania, no entendimento das disputas pelo poder na sociedade, na definição das tarefas do partido enquanto uma organização do campo da esquerda e em seu intercâmbio com outras forças políticas.

Como forma de evidenciar que o projeto hegemônico partidário da década de 1980 passou por transformações significativas na década de 1990, utilizamos como recurso uma breve comparação entre os projetos políticos partidários tais quais eles se apresentaram à sociedade no momento de preparação dos programas de governos nos processos eleitorais federais. Ao falarmos de projetos políticos por meio de suas cristalizações em resoluções de encontros ou programas de governos, corre-se o risco de ocultar as disputas e os embates que são inerentes à construção desses produtos. No entanto, considerando que outros autores (Coelho, 2005;

Azevedo, 1995; Silva, 1987) já se ocuparam das disputas que permeiam a construção do discurso partidário oficial, o recurso de mapear os projetos partidários tal como eles aparecem nos documentos oficiais e na forma como o partido se apresenta ou quer ser apresentar à sociedade pareceu suficiente para aquilo que é central nesse trabalho: os efeitos dessas alterações para as respostas partidária à realidade de discriminação e desigualdades raciais no Brasil e a ampliação de espaços de poder para a militância negra petista.

Outro aspecto a ser considerado quando se trata de investigar a incorporação da problemática racial por organizações ou entidades que não compõem o campo do movimento social negro é o estado da arte do debate nacional sobre as relações raciais. A partir da segunda metade da década de 1990, o movimento social negro passou a introduzir novos significados na concepção política dominante sobre as relações raciais no Brasil, gerando um novo discurso sobre as desigualdades e relações raciais que tem como pressuposto a população negra enquanto um grupo específico. Nesse sentido, temos que nos perguntar quais foram os usos que a militância negra petista fez desse estágio para alargar o campo do combate ao racismo no PT.

1 Novos cenários, novos temas: a radicalização da democracia como projeto político

1.1 Os deslocamentos de significado no projeto político petista da década de 1990

O socialismo petista, ao definir-se pela oposição à concepção vanguardista de revolução, presente em boa parte das organizações de esquerda que o precederam, funcionou como o eixo aglutinador que garantiu certa unidade entre os diferentes grupos que se sentiram atraídos pelo projeto de um partido dos trabalhadores. Esse poder aglutinador emanava da compreensão do

socialismo como fim da exploração e como obra dos próprios trabalhadores, sintetizado no princípio de “independência política da classe trabalhadora” (Coelho, 2005, p.54).

Em 1989, quando o partido se preparava para concorrer ao pleito federal, foi por meio de seu compromisso com a classe trabalhadora e como portador de um projeto de transformação social que ele se apresentou à sociedade. O processo de preparação da campanha e o programa de governo estão inseridos em um campo político de enfrentamento de classes: burguesia e classe trabalhadora, direita e esquerda:

O conteúdo socialista da candidatura Lula não está somente no fato de que o seu governo deverá criar condições para o socialismo. O caráter socialista da proposta do PT se revela, também, no fato de que o eixo de seu programa, para hoje, são as reivindicações dos trabalhadores, de que estes são a força social fundamental das mobilizações sociais e da luta eleitoral e de que a hegemonia política da aliança social que apoia o candidato, e sustentará o governo é e será dos trabalhadores (VI Encontro, 1989, Diretório Nacional do PT, 1998, p.384, grifos meus).

Entretanto, os resultados eleitorais não foram favoráveis ao candidato petista e ao projeto que interpelava, sobretudo, a classe trabalhadora. Levaram ao governo federal o até então pouco conhecido Fernando Collor de Mello do PRN (Partido da Reconstrução Nacional). A eleição de Collor à presidência da República inaugurou um novo momento na história política brasileira desafiador tanto do projeto de transformação social petista como da força dos movimentos sociais, que tanta energia tinham apresentado na transição para a sociedade democrática.

Durante a década de 1990 o PT se viu às voltas com desafios ligados à sua identidade de classe e por consequência ao seu projeto socialista. Se na década de 1980 o PT entrava para a cultura política brasileira com as tarefas: a) de criar uma democracia que desse voz aos trabalhadores e oprimidos b) possibilitar reformas a partir do interesse dos trabalhadores e c)

preparar o terreno para uma revolução socialista (Fernandes, 1991), a década de 1990 inicia-se com o questionamento de suas potencialidades revolucionárias. É ainda Fernandes, em duas teses para o I Congresso Nacional do PT em 1991, que aponta a necessidade do partido:

refundir os fundamentos de sua existência e propor em termos mais exigentes seus problemas de organização. Se não fizer isso, neste instante, perder-se-á como partido de massas, socialista e revolucionário. Oscilará de posição, convertendo-se em partido da ordem, de centro-esquerda, uma fatalidade brasileira (idem, p.14).

A posição de Florestan Fernandes é expressiva das disputas entre as correntes e tendências do partido em torno de qual projeto político deveria orientá-lo. Essas disputas levaram à hegemonia das forças internas que propunham a definição da política partidária ancorada na valorização da democracia e da cidadania em prejuízo do projeto guiado pela independência de classe e de luta pelo socialismo. Este defendido pelas correntes mais à esquerda no partido com as quais identificavam-se Florestan Fernandes e uma parcela – que parece ser predominante – da militância negra petista.

Desde a fundação até 1983, o PT foi dirigido pelo grupo ligado aos militantes sindicalistas liderados por Lula, sem que ele existisse enquanto uma corrente partidária. Em 1983 esse grupo passa a se organizar como uma tendência denominada Articulação 113 (Articulação) fazendo frente às outras tendências, em sua maioria, ligadas aos agrupamentos de esquerda³⁰. Durante toda a década de 1980 a Articulação seguiu como o grupo hegemônico no

³⁰ Conforme Ozai Antônio da Silva. História das tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas). São Paulo: Proposta Editorial, 1987. “A nível nacional, pode-se afirmar que existem duas articulações: a articulação dos ‘113’ (setor majoritário que surgiu no período de renovação dos diretórios do partido no ano de 1983), composta por companheiros sindicalistas, setores sob a influência da igreja progressista, intelectuais autonomistas, marxistas independentes e um setor minoritário à direita que mostra-se excessivamente parlamentarista e favorável à conciliação de classes e, a alternativa operária popular, composta por companheiros ligados a ORM-DS (Organização Revolucionária Marxista – Democracia Socialista), PRC (Partido Revolucionário) e marxistas independentes. Há ainda o que podemos chamar de campo periférico, por não constituírem organizações nacionais

PT. A partir da década de 1990, mudanças nas orientações políticas do grupo levaram à sua divisão em Articulação de Esquerda (grupo menor) e Articulação Unidade na Luta³¹ (grupo maior). Essa cisão impossibilitou a permanência da Articulação enquanto grupo hegemônico. A Articulação Unidade na Luta aproximou-se, então, da Democracia Radical³² – tendência que resultou da fusão da Vertente Socialista com o PRC (Partido Revolucionário Comunista), grupo saído do PC do B – formando o que, na linguagem partidária, é conhecido como campo majoritário (Coelho, 2005, Azevedo, 1995).

As mudanças ideológicas experimentadas pelos dirigentes partidários ligados a esse campo impulsionaram as alterações no projeto político partidário expressas no distanciamento do referencial classista e na aproximação da cidadania como forma de interpelar a sociedade ao longo de toda a década de 1990. Esse deslocamento deve ser pensado em um contexto maior de crise da esquerda mundial e de avanço do projeto neoliberal, mas é revelador também dos limites do socialismo petista e de sua identidade de classe na luta pelo governo federal, que na década de 1990 passa a ser uma meta do partido.

No bojo dessas mudanças, a luta contra o neoliberalismo passa a ocupar o espaço dedicado ao socialismo nos objetivos estratégicos do partido. De uma forma geral, a ideologia

permanentes e se articularem de acordo com a conjuntura a cada momento, podendo se aliar às articulações existentes ou constituir articulações próprias.” (p.172-173)

³¹ Os nomes expressivos desse agrupamento são: Lula, José Dirceu, Antonio Palocci, Rui Falcão, Telma de Souza, João Paulo Cunha, Aloizio Mercadante, Patrus Ananias, Fernando Pimentel, Jaques Wagner, José Eduardo Dutra, Marta Suplicy, Luiz Favre, Luiz Gushiken, Wellington Dias, Benedita da Silva, Jorge Bittar, Ângela Guadagnin, Vicentinho, Jair Meneguelli, Luiz Eduardo Greenhalgh, Geraldo Magela, Ricardo Berzoini Cf. Folha on-line. Líderes e tendências. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/governolula/partido-lideres_e_tendencias.shtml>. Acesso 28 de março de 2009 (Ver anexo III).

³² Os nomes expressivos desse agrupamento são Jorge Viana, Tião Viana, Marina Silva, José Genoíno, Roberto Gouveia, José Aírton Cirilo, Tarso Genro Cf. Folha on-line. Líderes e tendências. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/governolula/partido-lideres_e_tendencias.shtml>. Acesso: 28 mar. 2009 (Ver anexo III).

neoliberal pode ser definida como um ataque a qualquer limitação aos mecanismos de mercado por parte do Estado, entendida como contrária à liberdade política e econômica. A perspectiva neoliberal ganhou força na década de 1970, na Europa e nos Estados Unidos, num momento de profunda recessão da economia capitalista mundial: menores taxas de crescimento e maiores inflações. Os sindicatos e o movimento operário foram acusados de corroerem as bases de acumulação da economia capitalista por meio de suas pressões para o aumento dos salários e de investimentos em bem estar social por parte do Estado.

Importa ressaltar aqui os impactos dessa nova realidade sobre as formas de organizações políticas referidas à classe trabalhadora. O neoliberalismo se constituiu como uma ofensiva ao Estado de bem-estar social e mostrou-se vitorioso em um de seus principais objetivos: enfraquecimento político da classe trabalhadora e o fortalecimento dos empregadores. Esses últimos poderiam, então, exercer maior pressão e controle diante de uma classe trabalhadora enfraquecida com os surtos de desemprego nos países de capitalismo avançado e pela transferência estratégica do polo industrial para regiões carentes de tradição industrial e, portanto, de trabalho organizado (Anderson 1995; Moraes, 1997).

Quando, em seu Balanço do Neoliberalismo, Anderson (1995) proclama a hegemonia do neoliberalismo, ele mostra por meio de exemplos históricos como essa ideologia se alastrou de forma avassaladora mesmo naqueles países que estavam sendo governados por forças políticas opostas ao neoliberalismo. A hegemonia neoliberal se revela quando as forças que estão no campo político oposto desenvolvem suas ações guiando-se pelos parâmetros neoliberais. Como por exemplo, procurar solucionar o problema do desemprego com a flexibilização dos direitos sociais, o que resulta na precarização do trabalho (Coutinho 1998).

A vitória eleitoral de Collor, em 1989, foi também, como os desdobramentos de seu governo fariam ver, a vitória da proposta neoliberal na sociedade brasileira com quase uma década de atraso em relação aos países de capitalismo avançado. De acordo com Boito Jr (1996), o neoliberalismo significou para a sociedade brasileira a “recomposição da hegemonia burguesa”, sendo capaz não somente de unificar no plano político a burguesia, mas ainda de obter um certo apoio por parte dos trabalhadores. Diante desse quadro, as forças políticas que se identificavam com o socialismo sofreram o impacto do novo momento, adotaram uma política defensiva na qual o embate não era mais a construção do socialismo, mas a luta contra o avanço do neoliberalismo. Tanto o MST quanto a CUT, dois interlocutores importantes para o projeto socialista petista, sentiram o impacto da política neoliberal implantada pelo governo Collor e viram-se obrigados a recuar em suas ações e em seu discurso (Martuscelli, 2005).

A política neoliberal se desenvolveu e se fortaleceu em uma conjuntura desfavorável às forças políticas localizadas no campo da esquerda, tanto nacional como internacionalmente. A queda do muro de Berlim em 1989 e a desintegração da União Soviética em 1991 simbolizaram o fim da política internacional bipolar, fortalecendo o capitalismo e deixando as forças políticas identificadas com o polo socialista órfãs de referenciais. O PT, que se apresentou no contexto da abertura política e se consolidou na década de 1980 como o principal partido de esquerda da sociedade brasileira, não ficou incólume às transformações no quadro político na década de 1990. Suas ações e discurso foram remodelados pelo avanço da política neoliberal e pelo impacto das transformações engendradas nos países do Leste Europeu.

O programa de governo de 1989 havia sido elaborado no interior de uma perspectiva de luta de classes na sociedade brasileira, orientado para o socialismo e tendo como interlocutores

privilegiados as forças políticas localizadas no campo da esquerda e identificadas com o socialismo petista. Interpelava a classe trabalhadora tendo em vista a perspectiva dessa classe ou a representação que fazia dela.

O programa de 1994, orientado por uma perspectiva de ampliação da cidadania estabelece uma interlocução com os grupos específicos e seus problemas particulares: mulheres, negros, homossexuais, jovens. O redirecionamento a esses grupos é possível, pois o programa se distancia de uma orientação que tem como tema central a exploração e o socialismo e se aproxima de uma que elege a democracia e a ampliação de direitos como forma de interpelar a sociedade:

O programa é de um governo que se empenhará na radicalização da **democracia política** através da democracia econômica e social do país. Esta meta – em realidade um processo – será atingida por meio da **universalização da cidadania**, do respeito aos direitos humanos, da constituição de um espaço público em que se criem novos direitos, garantidos a igualdade e respeito às diferenças de idéias, religiões, **etnias**, gênero, idade, orientação sexual e opções de vida (Bases do Programa de Governo de 1994, grifos meus).

Nesse programa é antes a exclusão que a exploração que explica as diferenças entre os grupos (raramente agora entre as classes) e nele são frequentes os termos exclusão e marginalização e suas derivações:

A marginalidade econômica e social é agravada pela exclusão política. Afastados da produção e do consumo, dezenas de milhões de brasileiros encontram-se, ao mesmo tempo, excluídos de fato da cidadania, sem acesso real à justiça, à rede escolar, ao sistema de saúde ou a qualquer forma de proteção social (Bases do Programa de Governo de 1994).

Outro aspecto que indica o deslocamento de campo ideológico é a forma como o partido se refere às relações de classe na sociedade brasileira. Nos documentos referentes ao programa de 1989 e no VI Encontro Nacional (1989), preparatório para a eleição, o partido se opõe ora às

classes dominantes ora à burguesia numa clara perspectiva de classe. No contexto das eleições de 1994, há uma alteração na linguagem partidária. Os termos transformação, revolução, são substituídos em alguns momentos pelo termo mudança, e deixa de ser apresentado como algo que concerne à classe trabalhadora, para algo que interessa a cada um dos indivíduos: “Neste programa estão contidas as alternativas para mudar as grandes estruturas sociais e políticas do Brasil. Ele busca ser a expressão de um movimento cultural, que interpela cada um dos indivíduos, propondo-lhe nada mais do que mudar a vida.” (Bases do Programa de Governo de 1994). Ocorre ainda uma justaposição do termo elite e classe dominante, com uma incidência maior sobre o primeiro, em outras partes do texto, eles são utilizados como sinônimos.

As alterações no projeto político petista, que estamos ilustrando aqui por meio de seus programas de governo, mas que são resultados de embates e disputas internas, e de modificações no campo da esquerda mundial, se transformaram em controvérsias entre os analistas políticos e cientistas sociais ocupados em captar os significados desses deslocamentos de projetos. Coelho (2005) traça a trajetória dessa alteração por meio das mudanças nas concepções ideológicas no grupo hegemônico dentro do PT, a Articulação. Para ele a centralidade da democracia referenciada à ampliação de direitos seria uma guinada do partido para o campo liberal que teria como consequência a fragmentação, a dispersão e o esvaziamento político do campo da esquerda.³³

³³ Cf Coelho (2005) “Trilhando caminhos próprios, embora interligados, a Artsind e a Articulação petista convergiram para o mesmo ponto de chegada: a substituição da luta de classes pela noção difusa de cidadania, a perda do referencial de classes no projeto político, a substituição da crítica radical ao capitalismo pela crítica ao neoliberalismo, a defesa de algum tipo de capitalismo organizado cujo instrumento principal seria a colaboração de classes, a escolha do terreno institucional-eleitoral como lugar privilegiado de ação política.” (p.448)

No entanto, na realidade atual, os termos democracia e cidadania não são suficientes para delimitar uma guinada ao campo liberal. A democracia e a cidadania podem ser e têm sido utilizadas pelos movimentos sociais em um sentido contrário à concepção liberal. Os significados políticos dos termos dependem do projeto político no qual se inserem e seus usos na luta política. Ao associar, simplesmente, democracia e cidadania ao campo liberal, o autor não leva em conta essa realidade, pois a sua análise restringe a luta contra-hegemônica à luta de classes e à classe trabalhadora como sujeito privilegiado da política.

1.2 Os novos significados da igualdade no campo da esquerda: exclusão e cidadania

Resumindo, podemos dizer que os deslocamentos no projeto político petista tornam-se visíveis na diminuição do emprego de termos e noções que foram caros ao partido em sua origem: luta de classes, revolução, transformação, socialismo, burguesia e na ênfase de outros que antes tinham tão somente papel coadjuvante. É assim que, a partir da década de 1990, termos como cidadania, revolução democrática, radicalização da democracia, exclusão, marginalização, direitos, elite se inserem na linguagem do partido indicando uma nova forma de percepção da realidade e do papel político partidário.

No Brasil, os desdobramentos políticos da década de 1990 frustraram as expectativas frente ao potencial político dos movimentos sociais que se produziram na década anterior, levando alguns à conclusão que o grau de ação dos setores organizados fora superestimado. Maria Célia Paoli (1995), ao fazer um balanço das representações sobre os novos movimentos sociais presentes na literatura, mostra que, para alguns analistas, a imagem desses movimentos

estava atrelada a uma nova utopia. Criou-se em torno deles expectativas semelhantes a que eram atribuídas à classe como sujeito por excelência da transformação histórica. Os que analisaram os movimentos sociais por esse foco, ao descobriram que eles não se pautavam necessariamente pelo paradigma da reforma ou da revolução, a abandonaram o tema.

Paoli discorda dessa abordagem, para ela o potencial político dos movimentos sociais está no fortalecimento de uma cultura democrática na sociedade brasileira em oposição à cultura política autoritária. Embora ressalte a importância desses movimentos na definição de direitos na Constituição de 1988, lembra que houve um refluxo dessa ação coletiva no momento de regulamentação dos direitos, que foi desviada para a campanha presidencial de 1989. A derrota da esquerda e das forças democráticas ao não conseguir eleger Lula, identificado com esse campo, teria colocado à prova o poder de influência política dos novos movimentos sociais. “Estes iniciaram um período de perplexidade, relativo fechamento de objetivos e queda no ritmo e extensão das mobilizações – aquilo que a literatura passou a decretar como o “fim dos movimentos sociais”, um tema que saiu de moda.” (Paoli, 1995, p.45)

Essa constatação repõe o papel dos grupos não organizados – geralmente identificados como os excluídos – na definição da conjuntura política. No contexto de avanço do neoliberalismo, o termo exclusão se fortaleceu como explicação para as consequências econômicas, sociais e políticas por ele produzidas. Se antes a categoria chave para se pensar os processos de dominação na sociedade capitalista era a de exploração, na realidade atual o aperfeiçoamento desses processos leva a uma situação ainda mais perversa, que o termo exclusão tem procurado sintetizar.

O crescimento e a popularização da noção de exclusão social na Europa estão diretamente ligados ao enfraquecimento do Estado de bem-estar social e à emergência de um novo paradigma societal, resultado de novas relações no mercado de trabalho, na economia e na vida cotidiana: fim de uma organização econômica que garantia o pleno emprego; a precariedade do trabalho, a ausência de qualificação, o enfraquecimento dos laços familiares e incerteza quanto ao futuro (Paugam, 1996; Schnapper, 1996).

Para Serge Paugam (1996) a exclusão representa para a sociedade contemporânea aquilo que significou o pauperismo no período de formação da sociedade capitalista: o capitalismo selvagem. Contudo, a exclusão é gerada por uma crise dessa sociedade depois das conquistas, quando a miséria já não mais parecia ser um problema. Tanto o pauperismo quanto a exclusão são fenômenos ligados a uma nova condição caracterizada pela privação material, degradação moral e a processos de dessocialização. A diferença entre eles, no entanto, é que o pauperismo se desenvolvia no interior da esfera produtiva e a exclusão remete à situação daqueles que estão fora desse espaço.

A noção de exclusão dá um novo sentido à temática da desigualdade, pois coloca em relevo não as disputas dos grupos por interesses ou reconhecimento, mas antes a fraqueza, a ausência de reivindicações organizadas, a incapacidade do Estado garantir serviços a todos os cidadãos. Para as sociedades que passaram pela experiência do Estado de bem-estar social, o termo se refere aos setores antes incluídos e que foram deslocados em razão dos processos de mudanças econômicas que produzem efeitos políticos e sociais. Em sociedades como a brasileira, que não passaram pela experiência do *Welfare State* e na qual a vivência dos direitos esteve sempre limitada pelo autoritarismo social, e por um processo de modernização conservadora, o

encontro de exclusões passadas com as presentes torna o quadro ainda mais grave (Reis & Schwartzman, s/d).

O termo exclusão é importante nesse debate porque ele está intimamente ligado à cidadania. Nos documentos do PT dos anos 1990 o termo exclusão é empregado como ausência de cidadania; a falta de acesso aos direitos garantidos pela lei: proteção social, participação política e de bem estar econômico.

O emprego desses conceitos, exclusão e cidadania, como explicação para real e como instrumento de luta contra as formas de dominação, têm gerado questionamentos como o de Coelho (2005) ou de Toledo (1994)³⁴ em razão da ligação histórica do conceito de cidadania com o liberalismo. Mesmo que a ampliação de direitos tenha estado atrelada aos processos organizativos das classes e grupos imersos em processos de dominação (Bendix, 1996; Saes, 2004,) era a ligação com o socialismo e não com a cidadania que definia o campo da esquerda.

No entanto, o declínio das experiências do socialismo realmente existente transformou a identificação com o socialismo em um critério fraco para definição de campos políticos (Anderson, 2000; Bobbio, 2000, 2001; Giddens, 2000; Roemer 2000, Coutinho, 1998). As forças identificadas com esta orientação política têm encontrado dificuldades em formular projetos realizáveis de superação do capitalismo, alternativos aos que fundamentaram a experiência do Leste Europeu.

³⁴ Caio Navarro de Toledo (1994) em seu artigo crítico “A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução?” aponta Carlos Nelson Coutinho, Francisco Weffort e Marco Aurélio Garcia entre os formuladores da inflexão democrática como projeto da esquerda no Brasil. “Sendo a modernidade identificada hoje com a democracia, não mais com a revolução, tal esquerda se afirma como *moderna*. Crítica radical da “esquerda revolucionária”- designada sempre com as adjetivações de “primitiva” e “anacrônica”-, a esquerda “moderna” passa gradativamente a privilegiar como interlocutores os setores social-democratas e os chamados democratas radicais (liberais progressistas e marxistas confessadamente antileninistas)” (p.28)

Na realidade atual, a grande questão parece ser os caminhos para ampliação da igualdade não para além do capitalismo, mas apesar dele (Roemer, 2000), em um contexto de ameaças aos projetos guiados por valores igualitários.

É nesse quadro de incertezas quanto à possibilidade de superação da ordem capitalista e de busca por novas estratégias de oposição a essa sociedade que a cidadania emerge como uma arma política que redefine e valoriza aspectos, temas e sujeitos. É assim que para Bobbio (2000), os conflitos entre raças, grupos étnicos, minorias culturais e religiosas, devem ser considerados como fazendo parte dos problemas maiores do futuro e são bandeiras que sensibilizam a esquerda em razão do compromisso desse campo com a igualdade. E para Giddens (2000), a igualdade passa a ser sinônimo de inclusão: “Inclusão refere-se, em seu sentido mais amplo, à cidadania, aos direitos e às obrigações civis e políticas que todos os membros de uma sociedade deveriam ter, não apenas formalmente, mas como uma realidade de suas vidas. Refere-se também às oportunidades e ao envolvimento no espaço público” (Giddens, 2000, p. 113).

O conceito de igualdade empregado por Giddens tem como referência a interpretação clássica de Marshall (1967), que apresenta o desenvolvimento da cidadania a partir de uma perspectiva evolutiva na qual cada faceta dos direitos cobertos pela cidadania - civil, política e social - teria se desenvolvido em momentos históricos diferentes; respectivamente século XVIII, XIX e XX.

O primeiro conjunto de direitos, por serem imprescindíveis ao desenvolvimento da sociedade capitalista, seriam os direitos civis e corresponderiam aos direitos necessários à liberdade individual: liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, direito e propriedade, de realização de contratos, direito à justiça. A segunda, a cidadania política seria a

participação no exercício do poder político como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como eleitor dos membros de tais organismos. Por fim, teria surgido a cidadania social, ela englobaria tudo “o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de ser civilizado de acordo com os padrões que pertencem à sociedade” (Marshall, 1967, p.67).

Segundo esta análise, os direitos sociais foram os últimos a serem incorporados à cidadania, pois no século XVIII eram incompatíveis com os direitos civis. Esses rezavam que todos os indivíduos eram livres para concluir contratos válidos e adquirir propriedades, aspectos que os habilitariam ao exercício dos direitos políticos. A proteção social era dirigida somente àqueles que não eram considerados cidadãos no sentido da igualdade legal, sem possibilidades, portanto, de engajarem-se no esforço econômico e cuidar de si mesmos, como as mulheres e as crianças (Bendix, 1996).

A análise marshalliana da cidadania se desenvolve no sentido de mostrar como na prática, a cidadania amenizou as diferenças de classes - ou econômicas - sobre as quais a sociedade capitalista fora edificada, diferenciando-se dessa forma da sociedade que a precedera: a sociedade feudal.

A incorporação dos direitos sociais à cidadania teria significado mais do que a redução das diferenças de classe: implicou a modificação no padrão total da desigualdade social, uma vez que os indivíduos, enquanto membros de uma comunidade mais do que de uma classe, teriam garantido por meio do Estado, um mínimo de certos bens e serviços essenciais: assistência médica, moradia, educação, ou uma renda nominal mínima (ou salário mínimo). Mais do que igualar renda, a cidadania social deveria promover o enriquecimento geral da substância da vida

civilizada, uma redução geral do risco e insegurança, uma igualação entre os mais e menos favorecidos em todos os níveis — entre o sadio e o doente, o empregado e o desempregado, o velho e o ativo, o solteiro e o pai de uma grande família.

Apesar dos limites que a organização da sociedade em classes sociais impõe à ampliação da cidadania, alguns movimentos, partidos e pensadores têm se voltado a ela como forma de demarcar a filiação à perspectiva política de esquerda e pensar novas estratégias igualitárias. De acordo com essas concepções, a inflexão do socialismo para a radicalização da democracia não implicaria, necessariamente em uma mudança de campo, mas numa releitura dos significados da igualdade e da cidadania.

Nesse processo de redefinição da cidadania a partir dos dominados (grupos e classes), um novo elemento ganha espaço: a diferença. Enquanto para Marshall o status de cidadão como indivíduo indiferenciado se desenvolve no sentido contrário ao status grupal, as práticas dos movimentos sociais procuram evidenciar como na realidade esse pertencimento continua a ser fonte de desigualdades.

As diferenças, que a ideia de igualdade como homogeneidade procura ocultar, continuam a hierarquizar e a delimitar lugares sociais, pois “os direitos estão inscritos na dinâmica cultural e simbólica da sociedade”, conforme chama atenção Vera da Silva Telles, ao relacionar pobreza e cidadania. Ela recupera a forma como os valores morais colonizam os espaços públicos, selecionando os que têm direito a um tratamento igual e transformando outros em inferiores, deficientes, marginais, perigosos e perversos. “O juízo moral que classifica os indivíduos na ótica moral privada” ao invadir o espaço público transforma “diferenças sociais em critérios discriminadores na dimensão pública da vida social” (Telles, 2001, p.70).

É em consideração a estes aspectos que o projeto de radicalização da democracia, comprometido com a ampliação e invenção de novos direitos, deve reinscrever o papel da diferença e da cultura na luta por igualdade de forma a torná-las visíveis, com o objetivo de que o “outro” seja reconhecido como sujeito de direitos. É nesse sentido que é possível falar da reinvenção de direitos, a partir dos significados culturais atribuídos pelos grupos dominados à sua diferença. Esses significados partem de “concepções alternativas de mulher, de natureza, raça, economia, democracia ou cidadania que desestabilizam os significados culturais dominantes” (Alvarez; Dagnino; Escobar, 2000, p.25).

No entanto, a própria noção de democracia e de cidadania passam a ser termos de disputa entre o campo democrático e o neoliberal. Também ele se utiliza de uma noção de cidadania para legitimar a sua concepção de Estado e de sociedade civil em um sentido contrário ao significado de cidadania impulsionador da ação dos movimentos sociais.

Os usos neoliberais da noção de cidadania reforçam as fragilidades políticas da sociedade civil e despolitizam as demandas geradas pelos grupos e classes sociais em razão de: a) reduzirem o significado coletivo de cidadania a um entendimento individualista; b) estabelecerem uma conexão entre cidadania e mercado: ser cidadão é estar incluído no mercado como consumidor ou produtor; c) minimizarem o papel do Estado como instituição garantidora de direitos universais; d) associarem o reconhecimento de direitos a atraso econômico; e) tratarem a pobreza como responsabilidade moral da sociedade, o que reduz a cidadania à solidariedade com os pobres (Dagnino, 2004).

Essa apropriação traz sérios e árduos desafios ao projeto de radicalização da democracia referenciado à cidadania como instrumento de luta política. Ao partilharem o mesmo conceito,

embora com diferentes conteúdos, com o principal adversário, as organizações e movimentos comprometidos com a ampliação da democracia correm o risco de ter suas ações confundidas com o campo neoliberal, o que torna o campo da disputa política bastante complexo.

1.3 As demandas específicas e o Partido dos Trabalhadores: gênero e raça

O projeto político petista que começou a ser costurado na década de 1990, ao conferir centralidade à noção de cidadania, ampliou a possibilidade de interlocução do partido com os grupos que tiveram suas lutas políticas associadas à opressão. É importante lembrar que o projeto referenciado à cidadania esteve presente no partido desde sua origem. Foi ele que possibilitou uma interlocução do partido com os novos movimentos sociais. Ocorre que na década de 1990 esses grupos deixam de ser considerados interlocutores menores.

Em razão do acúmulo político produzido pelo movimento de mulheres/feminista, o setorial de mulheres do partido se organizou para ocupar maiores espaços de poder no PT, defendendo a implementação de uma cota de 30% nas instâncias de direção partidária: municipal, estadual ou nacional. Proposta que foi aprovada no I Congresso de 1991, inaugurando assim as políticas de ações afirmativas no partido³⁵.

O estabelecimento de uma cota foi defendido pelas mulheres como um instrumento de reversão dos processos de subalternização que elas experimentavam no cotidiano partidário. As relações de poder internas reproduziam os mecanismos de subordinação com base em gênero operante nas relações sociais. Também no Partido dos Trabalhadores as mulheres estavam

³⁵ Comissão Estadual de Mulheres do PT/SP. Propostas de emendas das mulheres para o primeiro Congresso do PT. Novembro de 1991

aprisionadas a certas funções consideradas “naturalmente” femininas: auxiliares e secretárias dos homens, uma vez que a seleção para os cargos de direção era feita com base em características consideradas masculinas: agressividade, competitividade individual etc.

Ao recorrerem às cotas como meio para alterar as percepções dominantes do papel da mulher nas estruturas de poder, o setorial de mulheres colocava em xeque o princípio de igualdade formal pelo lado liberal e a homogeneidade das classes sociais pela esquerda.

O I Congresso, por se constituir em um espaço dedicado ao debate dos rumos partidários, tornou-se um fórum no qual os diversos grupos e setores organizados no partido disputaram as suas concepções políticas e apresentaram demandas e críticas. A militância petista com vínculos com os movimentos sociais mais uma vez expressou a insatisfação com a forma como o partido lidava com esses movimentos, como setoriais e localizados, priorizando em sua interlocução a luta sindical (Florestan Fernandes, 1991, Benedita da Silva, 1991). As intervenções da militância negra reproduziram *ipsis litteris* os questionamentos realizados quando do Centenário da Abolição.

Como resultado dessas pressões, os documentos conclusivos do Congresso assinalam uma maior abertura do partido aos movimentos organizados em torno de opressões específicas e a disposição em reformular a política partidária em direção a uma maior aproximação com esses grupos. Ao fazê-lo, esboça uma autocrítica à centralidade conferida à compreensão das lutas sociais e políticas por meio do princípio da exploração:

O partido precisa repensar sua atuação na sociedade, entendendo as diferentes formas de opressão nela existentes, que não se resumem à contradição capital-trabalho, mas se estendem a processos discriminatórios e de exclusão econômica, social, cultural e política, que expressam a *natureza de classe, de raça e de gênero*, característicos do processo de dominação instituído nos poderes e na sociedade e responsável pela transformação da

maioria em minorias políticas (...) Apesar do fato de todas as pessoas estarem imersas nas relações de classe, existem sistemas de opressão que são também determinantes na vida das pessoas, na construção de valores, na organização das relações sociais e pessoais, com é o caso *das relações de gênero* (I Congresso Nacional, 1991, Diretório Nacional do PT, 1998, p.507, grifos meus).

Cabe esclarecer que quando afirmamos que os deslocamentos de significados no projeto político petista promoveram uma maior visibilidade no discurso partidário das demandas de grupos específicos, não estamos partindo do pressuposto que as lutas por demandas específicas – que, geralmente, se orientam por meio do vínculo entre a cultura e a política – sejam incompatíveis com um projeto político guiado pelo fim da exploração e, portanto, ancorado em uma perspectiva de luta de classes e de transformação da ordem sócio-econômica. Essas não são perspectivas excludentes, esse foi o caminho seguido pelo movimento de mulheres/feminista no partido, como também foi a orientação política presente entre a militância negra.

Todavia, o fato é que a valorização das lutas específicas e identitárias e a abertura para acolher a dimensão política da diferença, ocorrem em um quadro de perda de centralidade das lutas de classes e de enfraquecimento político da classe trabalhadora em um contexto de redefinição da hegemonia capitalista. Essa realidade impõe novos desafios à luta contra-hegemônica no que concerne aos seus limites, possibilidades e às forças políticas nela implicada.

A interlocução da esquerda com os grupos sociais implicados em formas de subordinação específicas se faz também em razão do fortalecimento do fenômeno da exclusão, que deriva das políticas neoliberais e cria novas configurações para a luta política, na qual a exploração é apenas

uma dimensão. É essa a concepção que encontramos em Tarso Genro³⁶ quando aborda os elementos “que obrigam a uma mudança estratégica por parte da esquerda”:

O projeto neoliberal leva a uma grande descoesão social. Essa descoesão social não só muda a *subjetividades dos indivíduos*, que tendem cada vez mais ao privado, como também leva a sucessivas “guetizações” na sociedade, ele gera um processo de fragmentação social, fazendo emergir microorganizações e microrredes de resistências, que não se comunicam entre si e que, na verdade, são vítimas de uma dispersão que ocorre na base social. Esse fato é absolutamente visível, inclusive na fragmentação e na dispersão da própria classe operária, que servia como base estruturadora de uma visão programática estratégica. Ainda continua servindo, mas apenas parcialmente, *já que o mundo do trabalho em geral e não apenas os trabalhadores em particular, que compõem uma gama enorme de prestadores, combina-se com os explorados e os excluídos pelas mais diversas formas de mercantilização.* (Genro, 1996, p. 12, grifos do autor)

A maior visibilidade de temas específicos em detrimento de um projeto de transformação da sociedade ocorre não porque sejam universos excludentes, mas pelo fato dessas organizações refletirem a dinâmica política contemporânea. É nessa conjuntura que o partido se compromete em seus documentos oficiais e nos momentos dedicados a definir os rumos partidários a alterar seu comportamento diante das formas de opressões específicas.

No contexto do I Congresso, é sem dúvida o setorial de mulheres que teve mais condições e acúmulo político para introduzir esse discurso e desencadear ações nesta direção. No entanto, é preciso lembrar que os militantes ligados aos vários movimentos sociais e ao setorial de combate ao racismo estavam sempre provocando o partido nessa direção. Os documentos finais desses

³⁶ Tarso Genro foi do Partido Revolucionário Comunista (PRC) uma organização política clandestina brasileira que atuou de 1980 a 1989 e que participou da fundação do PT. O PRC surgiu de uma cisão do PC do B..

eventos partidários revelam as correlações entre as forças e a capacidade dos grupos em disputa fazer valer suas concepções como sendo do próprio partido³⁷.

Esse reconhecimento dos grupos específicos pelo partido teve reflexos também para o tema da questão racial. Antes mesmo do I Congresso, no 7º Encontro Nacional em 1990, a militância negra em sua disputa e negociação com o partido já havia conseguido uma significativa alteração no discurso partidário sobre a questão racial. No trecho a seguir, a ‘exploração racial’ apresenta-se como um fator causal da ação política não organizada. Embora a formulação pareça um pouco confusa, expressa a tentativa de produzir uma reflexão sobre a questão racial vinculada à ideia de exploração da classe trabalhadora, tal como propunha a militância negra:

Para ampliar sua ação junto à sociedade, tornando-se referência para todos os trabalhadores e para a população em geral, com legitimidade para atuar junto a setores historicamente distanciados da ação política organizada, consequência da secular exploração racial no Brasil, o Partido terá que elaborar uma política de relações raciais, a partir do entendimento de que o racismo não é apenas um problema de negros, mas uma questão nacional que reflete diretamente na luta de todos os trabalhadores do País (7º Encontro Nacional, 1990, Diretório Nacional do PT, 1998, p.441, grifos meus).

³⁷ Cf Azevedo (1995) “As Resoluções, geradas a partir de um texto-base inicialmente apresentado pelo(s) agrupamento(s) mais forte(s), são produto de negociações e confrontos, entre os diversos grupos e blocos partidários. Assim expressam, no conjunto, a força relativa de cada um deles, bem como peso das suas idéias. O procedimento adotado é o de introduzir – dependendo de acordos ou enfrentamentos havidos nos Encontros – alterações (inclusões, modificações e supressões de trechos) no documento-base inicial. De um lado, por esse processo eliminam-se, ou atenuam, as posições mais “extremadas”. Mas, de outro, quase sempre o resultado é uma ‘colcha de retalhos’, formada pela agregação das mais distintas e variadas ideias, muitas vezes incompatíveis [...]frequentemente o processo de negociação faz com que as Resoluções incorporem as teses dos diferentes grupos, transcrevendo diversos parágrafos dos seus respectivos documentos.” (p. 195)

Como forma de concretizar essa política de relações raciais, o partido se compromete a realizar encontros e seminários com a participação de militantes e setores progressistas do movimento negro, com o objetivo de contemplar “a multiplicidade e as contradições da sociedade brasileira e das regiões, de forma a ampliar a sua ação classista” (idem).

Nos textos dos encontros que se realizaram durante a década de 1990, o partido retoma reiteradas vezes o tema e reconhece a ausência de uma política interna de combate ao racismo: “O compromisso com o movimento negro não pode resumir-se às comemorações dos 300 anos de Zumbi. O PT tem de fortalecer, em sua agenda e na sua estrutura partidária, a luta contra a discriminação e de apoio ao movimento negro” (10º Encontro Nacional, 1995, Diretório Nacional do PT, 1998, p.627).

Considerando que, a partir de 1988, o partido passou a ocupar cada vez mais espaços nas administrações públicas municipais e estaduais, o leitor pode estar se perguntando por que o trabalho não se voltou para essas experiências concretas. Poderíamos ter feito uma investigação sobre como as experiências petistas de administração pública lidaram com a questão racial localmente e se relacionaram com o movimento negro: tipos de parceiras, políticas implementadas, natureza dos conflitos surgidos, etc. Para tanto, seria necessário efetuar alguns estudos de caso sobre essas práticas, algo que não foi possível realizar nessa pesquisa.

Contudo, as avaliações presentes nos documentos e os depoimentos da militância engajada nos setoriais de combate ao racismo nos autorizam a endossar que pouca coisa foi realizada por parte das administrações petistas nessa direção, nas décadas de 1980 e 1990. O que indica a dificuldade de tratamento da questão racial também pelo chamado “modo petista de governar”.

Em um dos documentos analisados são feitas menções positivas ao programa “Oportunidades Iguais para Todos”, implementado na administração petista municipal de Belo Horizonte sob direção de Patrus Ananias (1993-1997). A positividade da iniciativa mineira estaria no fato de não ter sido designado um órgão específico para a implementação do projeto, sendo assumido pelo conjunto da Administração (Silva Júnior, 1996). Ela é mencionada no mapeamento feito por Rosana Heringer (2001) das experiências e estratégias de combate às desigualdades raciais realizadas no Brasil. Heringer descreve o programa “Oportunidades Iguais para Todos” como sendo concebido para fazer valer os princípios da não discriminação e da promoção da igualdade presentes na Convenção 111 da OIT no que diz respeito à profissão e ao emprego. Ele resultou de uma parceria do governo municipal de Belo Horizonte com a organização não governamental CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades).

O programa tinha como foco três áreas: implementar estratégias antirracistas na educação; introduzir o quesito cor nos formulários dos postos de saúde municipais; e identificar práticas discriminatórias contra mulheres e negros no funcionalismo público. Teve vida curta, começou na metade do mandato e não teve continuidade após o seu fim; seus avanços foram, sobretudo, nas propostas voltadas à educação.

Em seu depoimento ao CPDOC (Alberti & Pereira 2007), Marcos Cardoso, um militante do PT e do movimento negro de Belo Horizonte – um dos organizadores do primeiro encontro nacional “O PT e a Questão Racial”, realizado em Brasília em 1986 – não faz menção ao programa. Ao contrário, Marcos Cardoso ressalta as dificuldades em se conseguir espaços nessa administração:

O PT ganhou as eleições aqui em Belo Horizonte em 1992, o Patrus Ananias era o prefeito e a gente desenvolveu um processo de tentar buscar espaço no primeiro escalão do governo. Não foi possível, depois de todas as experiências frustradas em torno disso, como eu sou uma liderança do movimento negro, ligada à área de cultura também, e precisava trabalhar, me ofereceram o cargo de assessor na Secretaria Municipal de Cultura (Cardoso, 2007, p.339).

Os longos anos de gestão pública do PT à frente da prefeitura de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, poderiam ser mais um campo de análise da incorporação da questão racial pelas práticas administrativas petistas, em razão da continuidade administrativa que o partido vivenciou nesse município – de 1989 até 2004. No entanto, não há qualquer menção às experiências por parte dessas administrações no que se refere à temática racial.

O que podemos captar pelas entrevistas é que, em algumas circunstâncias, um ou outro membro do partido ou das administrações petistas é mais sensível, mais aberto ao diálogo com a militância negra, o que se traduz em pequenos ganhos ou conquistas. Em 1992, por exemplo, a prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, criou a Coordenadoria Especial do Negro (CONE), vinculada à Assessoria de Cidadania e Direitos Humanos da Secretaria do Governo Municipal que tinha como objetivo acompanhar, sugerir e implementar política de ação governamental junto às populações negras.

2 Nova fase do movimento negro: da política identitária à demanda por políticas públicas

2.1 A Marcha a Brasília: a introdução das ações afirmativas na agenda política

A aprovação de cotas para as mulheres na direção partidária em 1991 reflete uma estratégia particular ao movimento feminista e de mulheres em sua relação com outras forças da

sociedade e teve pouco reflexo sobre a militância negra petista – enquanto estratégia de ampliação de poder no partido – que por sua vez interpela o partido a partir das propostas presentes no movimento social negro. A proposição de ampliação de direitos para a população negra com base nas políticas de ações afirmativas³⁸, em geral, e na política de cotas, em particular, começa a se difundir entre as entidades e organizações do movimento negro a partir da segunda metade da década de 1990 e tem na Marcha Zumbi de 1995 um marco importante, mas só se transforma efetivamente em uma linguagem de setores amplos do movimento negro quando da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada de 31 de agosto a 7 de setembro de 2001, em Durban, África do Sul.

No dia 20 de novembro de 1995, data da comemoração dos 300 anos de morte de Zumbi, a militância de várias entidades do movimento negro organizou a *Marcha Zumbi dos Palmares, contra o racismo, pela cidadania e a vida*. Nesse mesmo dia, um documento assinado pela executiva da Marcha³⁹ foi entregue ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

Se hoje existe um consenso sobre a importância da Marcha a Brasília e o papel que ela desempenhou para o avanço do debate nacional sobre as relações raciais, esse consenso estava longe de existir entre os seus organizadores no momento de sua preparação. A organização e a

³⁸ Sobre ações afirmativas Guimarães (1999) afirma que “A expressão, tal como é usada no cotidiano, refere-se a programas voltados para o acesso de membros de minorias raciais, étnicas, sexuais ou religiosas a escolas, contratos públicos e postos de trabalho.” (p.153). Ver em Rosana Henringer (2001) o mapeamento de iniciativas de políticas de ações afirmativas desenvolvidas na sociedade brasileira.

³⁹ A executiva da Marcha era composta por um leque amplo de organizações do movimento negro e as centrais sindicais: Agentes de Pastoral Negros (APN's), Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-brasileira (Cenarab), Central de Movimentos Populares, Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Comunidades Negras Rurais, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, Fórum Nacional de Entidades Negras, Fórum de Mulheres Negras, Movimento Negro Unificado (MNU), Movimento Pelas Reparações (MPR), Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEM), União de Negros pela Igualdade (UNEGRO) e o Grupo de União e Consciência Negra (Grucon).

realização da Marcha foram caracterizadas por disputas e divergências entre os militantes negros envolvidos em seu processo de construção, como expõe Edson Cardoso:

Qual a aliança que eu vou ter? As ONGs – o CEERT [Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades], o Geledés [Instituto da Mulher Negra]. A gente articulou uma grande plenária em São Paulo, em junho, julho. Vamos brigar muito com quem? Com a turma do Flavinho, o Flávio Jorge, a turma do PT, a turma da CUT, que não queriam a marcha no [dia] 20 de novembro ⁴⁰ [...] Hoje todo mundo fala que a Marcha de 1995 foi um momento histórico. Mas quem fez esse momento, as pessoas que dele participaram sabem bem o quanto se fez para evitar esse momento histórico (Cardoso, 2007, p.338).

Edson Cardoso é identificado como um dos principais articuladores da Marcha a Brasília. Embora tenha rompido com o MNU, organização do movimento negro da qual fazia parte no processo de organização desse evento, foi como membro dessa organização que atuou nele. As divergências, tais como são apresentadas por ele, indicam uma disputa entre os atores tradicionais do campo do combate ao racismo e os novos representados pelas ONGs; disputa que também aparece no depoimento de Nilo Rosa, militante do PT e do MNU de Salvador, na entrevista que me concedeu em Goiânia, durante o V Congresso de Pesquisadores Negros em 2008:

“Nessa Marcha de 1995... aconteceu tanta coisa interessante nessa marcha, nas duas [1995, 2005]. Essa de 2005, eu fiquei quase que de fora, mas a de 1995 eu ajudei a construir. A marcha não tem pai, embora Edson Cardoso se coloque como pai da Marcha. Não tem pai. Em 1995, nós começamos a discutir a marcha, a participar da discussão da Marcha. E nós realizamos um congresso do MNU que deliberou pela construção da Marcha e nós colocamos Edson Cardoso na coordenação da marcha pelo MNU, em 1993 nós fizemos isso, 1993. Quando chegou em 1994, em outro Congresso, em Goiânia, Edson Cardoso sai do MNU abandona o MNU no Congresso. Perdeu a proposta, ele queria transformar o MNU numa ONG e nós derrotamos a proposta dele. E aí, ele sai do MNU. Mas o MNU não toma uma resolução de tirá-lo da marcha, da coordenação do MNU. Ele continua respondendo

⁴⁰ A divergência aqui é sobre o dia para a realização da Marcha.

pelo MNU na Marcha. Ele sai e há todo aqueles conflitos, toda aquela manobra pra retirar os militantes partidários de qualquer possibilidade de interferir na Marcha.”

Infelizmente, não temos elementos que nos possibilitem fazer uma análise do perfil do movimento negro na década de 1990, mas as falas acima nos sugerem que a presença de ONGs negras, que foram fundadas no final da década de 1980 e aumentaram em número a partir da década de 1990, começam a disputar esse campo com as organizações tradicionais e a dar novas direções para o campo do combate ao racismo, que prescindem das ligações com os partidos. A realização da Marcha a Brasília em 1995, tal como aparece nas falas de seus protagonistas, evidencia essa disputa que em 2005 resultaria na realização de duas Marchas Zumbi + 10. Uma no dia 16 de novembro de 2005 que contou com a participação de várias organizações governamentais, entre elas o CEERT e o Geledés que Edson Cardoso identifica, em sua fala acima, como os seus principais aliados na Marcha de 1995. A outra foi realizada no dia 22 de novembro com o apoio do PT e das centrais sindicais e foi liderada pelas organizações ligadas a esses setores: CONEN (Coordenação Nacional de Entidades Negras), UNEGRO (União de Negros pela Igualdade).

Segundo os organizadores da Marcha de 1995, participaram do evento trinta mil pessoas oriundas de diversas partes do país, que desenvolveram atividades políticas e culturais das 9h da manhã até as 21h. Entre elas uma cerimônia solene com o presidente Fernando Henrique Cardoso, na qual ele assinou o decreto que criou o Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra (GTI). Grupo formado por militantes do movimento negro, intelectuais comprometidos com estudos da questão racial no Brasil e representantes do governo para debater o problema das desigualdades raciais e iluminar possíveis caminhos na elaboração

de políticas públicas. Embora o GTI seja conhecido e reconhecido como uma resposta do governo federal à Marcha de Brasília, Ivair Alves dos Santos⁴¹, em seu depoimento ao CPDOC (Alberti & Pereira, 2007), ressalta que esta proposta estava sendo construída por dentro do governo, com a participação de um setor da militância negra ligada ao PSDB que já tinha participado da experiência de criação do Conselho Estadual do Negro em São Paulo pelo governador Franco Montoro em 1984:

O GTI, como disse, foi praticamente, uma reprodução em larga escala do que a gente fez: era abrir espaço, etc. e tal. Mas na verdade, o que nos norteava era criar bases para que as pessoas entendessem que o racismo era uma coisa pública e criar algum substrato para discutir ação afirmativa. Sempre foi essa a nossa pauta. E o governo trabalhava num ritmo. Quando a Marcha Zumbi dos Palmares chegou aqui, deu a impressão de que a Marcha é que criou o GTI. Mas na verdade o GTI já estava pronto. Foi uma coisa que foi construída no governo. Não foi feita pela sociedade, o governo fez e apresentou (Santos, 2007, p. 355).

A Marcha tinha como objetivo interpelar o Estado, na qualidade de instituição garantidora de direitos, para que desenvolvesse ações efetivas contra a discriminação racial e a favor do pleno acesso da população negra à cidadania: “Já fizemos todas as denúncias. O mito da democracia racial está reduzido a cinzas. Queremos agora exigir ações efetivas do Estado – um requisito de nossa maioria política”⁴².

O documento da Marcha entregue ao presidente apresentava um balanço sobre as desigualdades e problemas que afetam a população negra nas áreas de educação, saúde, trabalho,

⁴¹Ivair Santos participou da elaboração do programa de governo da campanha de Fernando Henrique Cardoso de 1994. Em 1995 era assessor da então Secretaria de Justiça e Cidadania, órgão do governo federal em Brasília, foi um dos fundadores do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, trabalhou na Coordenadoria Especial do Negro na gestão Luiza Erundina, entre 1991 e 1992.

⁴²Marcha Zumbi dos Palmares, contra o racismo, pela cidadania e pela vida (1995) Disponível em: < http://www.letiagonzalez.org.br/material/Marcha_Zumbi_1995_divulgacaoUNEGRO-RS.pdf >. Acesso em: 27 de mai. 2007.

violência e sobre os avanços políticos em direção ao combate à discriminação por meio da criação de órgãos governamentais e sua insuficiência diante do quadro de desigualdades em que vive a população negra. Trouxe também um programa de superação das desigualdades raciais que questionava a eficiência da democracia formal e defendia a incorporação da diferença à cidadania como forma de se alcançar os ideais democráticos. Os dados divulgados mostravam que a igualdade humana básica que deveria garantir a participação integral de cada indivíduo na comunidade, no caso da população negra, não se completava em razão do papel desempenhado pela raça nas relações sociais.

Os dados sobre as condições de vida desse grupo populacional mostram que a evolução da cidadania na sociedade brasileira ocorre em tempos diferentes para os brancos e para aqueles que tiveram seu ingresso na sociedade com base na diferença legitimadora de desigualdades, que foram ressignificadas nas relações modernas:

No plano da vida, o dado racial constitui elemento diferencial no exercício de direitos e fator determinante na desigualdade de oportunidade e tratamento que atinge o segmento negro da população brasileira. Mesmo considerando a concentração deste segmento nas regiões mais pobres do país e a visível desvantagem educacional que a atinge, as estatísticas comprovam a existência de uma discriminação de natureza essencialmente racial, que viola direitos básicos de negros e negras e está a exigir ações concretas por parte do Estado.⁴³

Entre as ações concretas que o movimento social negro reivindicava do Estado, estava a formação de um banco de dados sobre a população negra, a partir da inclusão do quesito cor em qualquer sistema de informação sobre emprego e desemprego, inativos e pensionistas, declaração de nascimento e óbito, com o objetivo de subsidiar a elaboração de políticas públicas voltadas para essa população. Na área de trabalho, propõe o estabelecimento e incentivos fiscais às

⁴³ idem

empresas comprometidas com a promoção da igualdade racial e políticas de combate à feminilização da pobreza.

O texto propõe políticas de ações afirmativas para a área de educação como forma de promover o acesso de pessoas negras aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta, ao lado de outras reivindicações referidas ao livro didático, à formação de professores e educadores, para um melhor tratamento da “diversidade racial”; concessões de bolsas a jovens negros de baixa-renda para a conclusão do ensino primário e secundário e também a recuperação e o fortalecimento da escola pública.

Além da Marcha, outros eventos mobilizaram as energias da militância negra em 1995 para conferir visibilidade política à problemática racial. Uma solenidade que deveria ter acontecido na Serra da Barriga (AL), local onde Zumbi implantou o Quilombo Zumbi dos Palmares, mas que por problemas de logística, aconteceu na prefeitura de União dos Palmares, a nove quilômetros do antigo quilombo, com a presença do presidente Fernando Henrique Cardoso, Pelé (ministro dos esportes), Paulo Renato de Souza (educação), Francisco Weffort (Cultura) e representantes dos governos de países africanos (África do Sul, Angola, Nigéria e Costa do Marfim)⁴⁴. Em São Paulo realizou-se o Congresso Continental dos Povos Negros das Américas, no Parlamento Latino-americano, no Memorial da América Latina, de 21 a 25 de novembro de 1995.

2.2 As respostas do governo FHC: a perspectiva multicultural em questão

⁴⁴ Cf Ari Cipola, da agência da Folha em União dos Palmares, FHC reconhece zumbi como 'herói'. Folha de S.Paulo, terça-feira, 21 de novembro de 1995. Bancos de dados Folha-Acervo on-line. Disponível em < http://almanaque.folha.uol.com.br/cotidiano_21nov1995.htm,> Acesso em : 13 de jan. de 2009.

As respostas do presidente Fernando Henrique, às demandas do movimento por políticas de promoção da igualdade racial e pelo reconhecimento de sua existência enquanto um grupo social específico, situaram o debate sobre as relações raciais no Brasil em uma perspectiva multicultural, como podemos perceber em seus discursos sobre o tema:

Eis aí, realmente, uma ameaça para a civilização contemporânea [manifestações políticas racistas] É por esse tipo de apelo, que é irracional, que nós aqui fazemos questão, no Brasil, de dizer que nós somos o oposto disso. Nós valorizamos a existência de **muitas raças** entre nós. Cada uma com suas características, todas com a capacidade de desenvolver uma vida em comum e de não fazer das suas diferenças motivo para privilégio. E isso é muito importante.

Existe sim, preconceito no Brasil. A valorização do negro implica também na luta contra o preconceito. Porque ele existe. Ele aparece muito objetivamente em termos de discriminação de salário, de não utilização de pessoas, não só de negros, mas de certos grupos raciais. O negro não é o único grupo discriminado. Há outros grupos. A formação de uma sociedade democrática implica que o Governo atue muito claramente nessa direção. Se não houver essa convergência de esforços da sociedade civil e do aparelho de Estado, não vamos conseguir, realmente, transformar numa realidade cotidiana naquilo que gostamos de ressaltar como valor. Ou seja, a tolerância, o fato de que somos capazes de conviver na **multiplicidade de raças e de culturas**.⁴⁵

O discurso de FHC, apesar das ambiguidades que revela, ora enfatizando a presença de uma questão racial ora apostando no ‘jeitinho’ brasileiro em lidar com as diferenças raciais, vai ao encontro da formulação utilizada pelo movimento negro para interpelar o Estado: a ideia da pluralidade étnica e racial:

É dever do Estado Democrático de Direito esforçar-se para beneficiar-se da igualdade de oportunidade (sic), assegurando a eliminação de qualquer fonte de discriminação direta ou

⁴⁵Discurso proferido na Cerimônia de Instalação do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra Palácio Do Planalto, 27 de fevereiro de 1996. Atos e palavras do Presidente Fernando Henrique Cardos 1995 a 1998. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/RACIAL1.HTM>. Acesso em: 27 mai. 2007

indiretamente e reorientando o sistema educacional no sentido da valorização da **pluralidade étnica** que caracteriza nossa sociedade [...] Não basta, repetimos, a mesma abstenção da prática discriminatória: impõem-se medidas eficazes de promoção da igualdade de oportunidades e respeito à **diferença**.

Portanto, o reconhecimento do Estado de que a nação brasileira se explica pelo seu caráter **multirracial** passa pela garantia efetiva do respeito à **diferença**, devendo esta ser trabalhada também na perspectiva da política exterior⁴⁶.

Se o movimento negro havia conseguido gerar um novo consenso, no qual desacreditava o mito da democracia racial e tornava inegável a existência do racismo na sociedade brasileira, as formas e as estratégias de combate ao racismo e às desigualdades raciais estavam longe de serem consensuais. Pois implicavam, entre outras coisas, uma nova interpretação de Brasil, novos conceitos para analisar as relações sociais e o questionamento do princípio de universalidade da cidadania em uma perspectiva racial.

As disputas em torno da questão racial, a partir de então, não diriam mais respeito à existência e/ou negação do racismo, mas aos termos e os significados a partir dos quais deveriam ser consolidadas as políticas de combate ao racismo e de promoção de igualdade racial. É assim que as políticas de ações afirmativas se inserem nesse debate, trazendo temas e termos como raça, etnia, étnico-racial, multiculturalismo, política da diferença, que ocupariam o debate acadêmico sobre as relações raciais no Brasil.

⁴⁶Documento apresentado ao Sr. Presidente da República do Brasil, em 20 de novembro de 1995, fruto da Marcha Zumbi dos Palmares, contra o racismo, pela cidadania e pela vida. Disponível em: <http://www.ileliagonzalez.org.br/material/Marcha_Zumbi_1995_divulgacaoUNEGRO-RS.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2007.

Ainda como resposta do governo à pressão do movimento social negro, o governo promoveu em 1996, sob organização do Ministério da Justiça e com o apoio do Itamaraty o seminário “Multiculturalismo e racismo: o papel da ‘ação afirmativa’ nos Estados democráticos contemporâneos”. Experiência a partir da qual se desenhariam as disputas em torno das interpretações das relações raciais no Brasil e o papel atribuído às políticas públicas voltadas à população negra (Grin, 2001; Costa, 2002).

As demandas do movimento negro, inseridas em uma perspectiva multicultural, se opunham à identidade nacional mestiça que desde a década de 1930 até a década de 1970 foi hegemonicamente utilizada como sinônimo de brasilidade.⁴⁷ No lugar de uma identidade nacional, outrora tão ressaltada, o presidente fala em multiplicidade de raças e culturas, e o movimento negro fala em caráter multirracial e em pluralidade étnica da sociedade brasileira.

Todavia, é preciso considerar que o debate em torno do multiculturalismo é também – como quase tudo nesse campo – bastante controverso e complexo. Enquanto para uns o reconhecimento da pluralidade étnica ao nível das instituições é uma consequência óbvia e positiva da heterogeneidade a que está submetida a maioria dos países e do questionamento à concepção antiga de Estado, centralizado, unitário, em virtude do qual os cidadãos dispõem de um mesmo status: juridicamente não diferenciado (Kymlicka, 2001). Para outros é justamente a perda de um referencial comum que transforma o multiculturalismo em uma nova fonte de racismo e de intolerância. As práticas multiculturais acrescentariam uma ruptura a mais às

⁴⁷ A alteração na representação de uma sociedade monocultural para uma sociedade multicultural encontra seu marco na Constituição de 1988, Cf Valter Silvério (2005). A (re)configuração do nacional e a questão da diversidade. In: Abromowics, Anete; Silvério, Valter (orgs.) Afirmando diferenças: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola. Papirus: Campinas, 2005.

divisões tradicionais e um distanciamento nos modos de comportamento e comunicação, colocando em risco a coesão social (Martuccelli & Kristin, 1994).

Como os termos são também políticos e normativos, é sempre necessário definir com qual noção de cultura se está operando quando se fala em sociedade multicultural ou em políticas multiculturais. Kymlicka (2001) contrapõe a sua concepção de cultura e de sociedade multicultural às abordagens que ampliam o termo multicultural de forma a abranger um conjunto vasto de atores sociais excluídos ou marginalizados: mulheres, gays, portadores de deficiência etc. Mesmo que essa abordagem esteja referenciada à cultura (cultura gay, cultura feminista) e que esses grupos sejam marginalizados em razão de sua diferença, estas são questões que transcendem as fronteiras étnicas e nacionais, pois se produzem e reproduzem no seio das culturas majoritárias como das minoritárias. Em sua abordagem, multiculturalismo diz respeito às diferenças nacionais e étnicas.

O significado de cultura utilizado, nesse caso, é muito mais amplo, opera como sinônimo de uma nação ou de um povo, é mais do que a memória e valores compartilhados; inclui instituições e práticas comuns. É o que o autor denomina cultura societal, em razão de atuar como fonte “de modos de vidas, portadores de sentido que moldam o conjunto das atividades humanas ao nível da sociedade, da educação, da religião, do lazer e da vida econômica, nas esferas públicas e privadas” (Kymlicka, 2001, p.105, tradução minha). Nesta acepção, um Estado pode ser definido como multicultural quando seus membros pertencem a diferentes nações ou emigraram de diferentes nações. Neste contexto, multiculturalismo não se refere a diferentes raças ou à ascendência.

Na sociedade brasileira, a formulação multicultural a partir da população negra, tanto na fala de Fernando Henrique como na elaboração do movimento negro, relaciona-se à raça e nos remete também à ascendência. No entanto, no caso da população negra brasileira, etnia somente pode ser concebida como reinvenção simbólica. Assim como nos Estados-Unidos, a presença negra na sociedade brasileira não é resultado de uma migração voluntária. Nem houve espaços para que as populações africanas, originárias de diferentes etnias, preservassem suas culturas de origem. A situação tornou-se ainda mais particular quando os elementos associados à cultura afro, ao negro, foram metamorfoseados em mestiços e transformados em nacionais na década de 1930. Mesmo que o movimento negro se empenhe na reconstrução étnica, na reapropriação da cultura negra subsumida no nacional, ainda assim resta o desafio de produzir na população negra brasileira o sentimento de um pertencimento étnico. E o fato de que ela não desenvolva esse sentimento não significa que não viva e não perceba as subordinações geradas pela sua diferença.

Nesse sentido, talvez devêssemos pensar o multicultural no Brasil a partir do sentido rejeitado por Kymlicka, referenciado a um conjunto de atores marginalizado, excluídos, social, política e culturalmente em razão de seu pertencimento a determinados grupos sociais. Esses atores acionam e elaboraram identidades políticas e culturais como forma de expressarem suas demandas por direitos e por reconhecimento.

Mesmo a definição de sociedade multicultural varia de acordo com os projetos políticos que a alimentam. No interior de um projeto que tem como pressuposto a ampliação e invenção de direitos, no qual a democracia pressupõe um processo de comunicação entre os diferentes enquanto membros iguais de uma comunidade, o reconhecimento multicultural deve estar, inextricavelmente, aliado a políticas de redistribuição econômica que garantam as condições

materiais de igual participação (Nancy Fraser, 2005a). Nesse caso, o reconhecimento da diferença se dirige menos à afirmação de identidades étnicas e mais contra os processos de subordinação com base na diferença.

Na América Latina, o multiculturalismo ganhou espaço a partir da demanda por reconhecimento da diversidade étnica e cultural dos povos indígenas (Guimarães, 2006), contexto no qual o termo etnia se acomoda sem grandes questionamentos. Mas se usarmos, indistintamente, etnia, seja para a população negra, seja para as populações indígenas, corremos o risco de perder de vista as particularidades que cercam cada um desses grupos sociais no processo histórico, no imaginário coletivo e acima de tudo na forma como vivem os processos de subordinação e respondem a ele. Ao falarmos de etnia, estamos falando de cultura, de respeito à diversidade cultural, mas a noção é fraca para se pensar as desigualdades materiais e o papel que a raça tem desempenhado nas hierarquias sociais.

2.3 Enquanto isso no PT... os impactos da Marcha para a militância negra petista

Apesar desse debate sobre multiculturalismo ter tido pouca repercussão no PT, como forma de alterar as percepções da militância negra sobre a politização da questão racial, a organização nacional do movimento negro em 1995 trouxe mais uma vez a possibilidade de frutos para a militância negra petista.

Ressaltamos no capítulo anterior que, por ocasião do centenário da Abolição, os militantes negros petistas passaram a se organizar em uma subsecretaria de negros vinculada à secretaria nacional de Movimentos Populares. Novamente o cenário nacional de visibilidade da

questão racial levou à ampliação do setorial responsável pela politização da questão racial no PT. Em 1995 foi criada a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNRC) como parte da estrutura partidária. Esta ampliação foi um ganho decorrente da organização da militância negra petista motivada pelo momento conjuntural do tricentenário da morte de Zumbi.

O 3º Encontro Nacional de Negros e Negras Petistas, que aconteceu em Belo Horizonte em julho de 1995, deliberou pela apresentação da proposta de criação da SNRC ao 10º Encontro Nacional do PT a ser realizado em agosto de 1995 em Guarapari (Espírito Santo). Como forma de homenagear o líder negro Zumbi dos Palmares, o 10 ENPT foi intitulado *Zumbi Vive*, além de entrar no clima das comemorações do tricentenário da morte do líder negro, era também uma forma do partido demonstrar, simbolicamente, o seu interesse pelo tema.

Apesar do nome do encontro, engana-se quem pensa que ele teve a questão racial como centro dos debates, este foi ocupado pelas divergências sobre os rumos partidários.⁴⁸ Não obstante, o encontro de Guarapari aprovou a criação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo que foi defendida por Benedita da Silva, José Ferreira – militante negro de Pernambuco – e por Lula. O fato de Lula ter se engajado na defesa da Secretaria foi enfatizado em mais de uma das entrevistas com os militantes como algo bastante positivo.

Os objetivos da Secretaria foram definidos no IV Encontro Nacional de Negros e Negros do PT, em 1996: elaboração de políticas públicas a serem implementadas nas administrações

⁴⁸ Cf Coelho (2005). “Aquele foi um encontro muito tenso, com episódios de agressões e acusações que repercutiram na grande imprensa. Um desses episódios, talvez o mais emblemático, foi a acusação de desvios éticos na arrecadação de doações das empreiteiras para a campanha de José Dirceu ao Governo de São Paulo. A Articulação conseguiu que a sua tese fosse escolhida como tese-guia e seu candidato à presidência do PT, José Dirceu, venceu por 215 votos contra 183 (18 votos em branco), a disputa contra Hamilton Pereira. Na votação final para a eleição do Diretório Nacional, entretanto, a Articulação obteve apenas 40, 34% dos votos. A chapa ‘Socialismo e democracia’, composta pela aliança entre quatro correntes da esquerda partidária, inclusive a Articulação de Esquerda e a DS [Democracia Socialista], obteve 46, 21% dos votos. O resultado da votação exprimia o equilíbrio na correlação de forças e mostrava claramente que a Articulação não teria maioria se não fizesse aliança.” (p.236)

petistas; elaboração de propostas para a ação partidária nos legislativos; formação política dos afiliados e militantes; ocupação das direções em todos os níveis; indicação e eleição de candidatos negros para os diversos cargos de representação. Nesse encontro elegeu-se também o primeiro corpo dirigente da SNCR: Flávio Jorge Rodrigues da Silva (secretário) e o coletivo nacional: Verônica Marques Rodrigues (RJ); Martvs Alves das Chagas (MG); Elizabeth Vianna (RJ); Carlos Porto (MS); Almira Maciel (PR), Samuel Vida (BA), Matilde Ribeiro (SP); Talis Fernando Rosa (RS)⁴⁹.

Desse grupo, Carlos Porto foi o segundo secretário nacional de combate ao racismo do PT, na gestão 1999-2001. Seu sucessor, nas eleições de 2001, foi Martvs Alves das Chagas que, quando da criação da SEPPIR (Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial) no governo Lula, atuou como secretário adjunto nesse órgão e hoje ocupa a função de subsecretário de planejamento. Matilde Ribeiro respondeu de março de 2003 a fevereiro de 2008 pela SEPPIR, com status de ministra.

A criação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT em 1995, na qualidade de uma estrutura partidária, propiciava aos militantes negros petistas maiores espaços na disputa política partidária. Parecia indicar que “o reconhecimento da importância estratégica da luta contra a discriminação racial **pode** começar finalmente a sair do papel, se materializando em políticas para a intervenção partidária nas diversas esferas”⁵⁰.

A SNRC, em suas duas primeiras gestões (1996 e 1997; 1998 e 1999) teve direito a assento, à voz e a voto na Executiva e no Diretório Nacional do Partido. Porém, a partir das

⁴⁹ Documento : IV Encontro Nacional de Negros e Negras do PT : ‘300 anos de Zumbi e perspectivas 96’ realizado entre 26 a 28 de janeiro de 1996. (Sede Nacional do PT em São Paulo, caixas SNCR)

⁵⁰ Op.cit.

deliberações do II Congresso Nacional, realizado em 1999, ela perdeu o direito a voto, mantendo apenas o direito à voz. Isso aconteceu em razão do surgimento de outras secretarias: juventude, meio ambiente, etc, o que levou a direção do partido a limitar a participação desses setoriais, respaldada no argumento de que a disputa por meio das tendências era suficiente para equilibrar a distribuição de poder no partido ⁵¹. Embora o partido tenha se comprometido desde o I Congresso em 1991 a ampliar o seu diálogo com os grupos específicos, à proporção que esses grupos se multiplicam e se estruturam no partido por meio de suas demandas específicas, há a reação de limitar suas participações nas tomadas de decisão, retirando-lhes o direito a voto.

A Secretaria é mencionada nos documentos produzidos pelos setoriais como um avanço no comprometimento do partido com a questão racial e também em alguns depoimentos que realizei com os militantes. No entanto, a percepção da importância desses espaços depende do lugar que o militante ocupa no partido, ou seja, seu pertencimento ou não às correntes partidárias, o peso da corrente a que está vinculado nas disputas pelo poder, o tipo de laços que mantém com o movimento social negro. Esses aspectos condicionam as experiências individuais dos militantes negros no PT e interferem nas possibilidades de avanço ou não da politização da questão racial pelo partido.

Waltecy Alves dos Santos⁵², que faz parte de uma geração mais jovem da militância negra petista, é bastante crítico ao funcionamento dessas estruturas específicas. Em sua entrevista explicitam-se as ambiguidades que permeiam esses espaços e a relação crítica que alguns

⁵¹ Segundo entrevista de Flávio Jorge Rodrigues da Silva que foi secretário nacional de combate ao racismo do PT nas duas primeiras gestões (1996-1997; 1998-1999)

⁵² Entrevista realizada com Waltecy Alves dos Santos em 01/10/2007, na Câmara Municipal da cidade de São Paulo, no gabinete da vereadora Claudete Alves. Waltecy foi secretário estadual de Combate ao racismo do PT de São Paulo. No momento da entrevista era assessor político da vereadora Claudete Alves.

militantes mantêm com eles, nem sempre revelada nos documentos. Waltecy Alves integra um grupo dentro do partido, intitulado Força Negra do PT, que segundo ele, aglutina os militantes negros mais à esquerda do partido e que internamente se contrapõe a um grupo de militantes negros ligados ao campo majoritário, por ele identificado, sobretudo, como a Articulação Unidade na Luta. É a partir desse lugar que faz a sua avaliação da concretização de espaços como a SNCR:

“Então, por exemplo, eu fui secretário de combate ao racismo, pelo estado [de São Paulo] O que eu percebi durante esse período? Que as questões relacionadas às minorias [...] sempre foram tratadas pelo PT de forma secundarizada, sempre subestimou essas questões [...] a questão das mulheres, a questão dos portadores de necessidades especiais, a questão dos negros, isso nunca fez parte da macro política petista. Isso sempre foi colocado de escanteio, nunca foi importante, nunca foi ... E uma prova do tratamento da executiva do partido em relação ... do tratamento desrespeitoso da executiva do partido com esses movimentos, com esses setoriais, que estão organizados dentro da estrutura partidária, é a falta de incentivo estrutural. Então, por exemplo, você pega os setoriais aqui no diretório estadual do partido, eles existem no papel, mas de fato eles não existem. Por que não existem de fato? Porque os setoriais não têm voto na executiva do partido - nem o setorial de mulheres, nem o setorial de negros, nem juventude – têm direito apenas à voz. E não tem estrutura nem humana nem financeira pra que a política seja tocada. O partido não garante essa estrutura mínima. Que é assim, por exemplo, você ter funcionários, você ter dirigente liberado. O partido não garante isso.”

O entendimento das disputas partidárias por meio de correntes também é outro ponto de discordância entre os militantes negros no partido. Enquanto, para uns é natural que seja assim – geralmente os que estão ligados ao campo majoritário – para outros, esse tipo de organização tem funcionado como um óbice à unidade necessária para a construção de um projeto dos militantes negros petistas para o partido.

O caráter divisor das correntes aparece nas falas e nos documentos como mais um ponto de crítica ao PT. As correntes são acusadas de instrumentalizarem a questão racial em suas disputas por mais espaço de poder no PT. Em outros termos, as disputas pela ocupação do cargo de secretário estariam muito mais ligadas ao fortalecimento da tendência a ou b do que à politização da temática racial e o acúmulo político da militância negra. No entanto, é possível encontrar entre os militantes alguns que veem nessa forma de organização partidária oportunidades para o debate racial. Celso Ribeiro Almeida⁵³ entende a organização do partido em correntes como natural, como intrínseca ao partido, e ressalta dois tipos de impactos que ela pode ter sobre os setoriais organizados no partido:

“Mas isso aí, dentro do PT é uma questão natural, porque, inclusive, desde que surgiu a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo o campo, o chamado campo majoritário sempre esteve à frente da secretaria, dificilmente um tendência minoritária, vai estar disputando esse cargo, vai ter eleito alguém, e isso aí é uma coisa normal dentro das disputas da tendência do PT. [...] Isso potencializa ou não. É claro que em alguns momentos tivemos uma potencialização. Por exemplo, o Vicentinho, ele é do campo majoritário da CUT e do PT. Quando ele foi presidente da CUT e ele começou a discutir a questão racial, isso deu uma potencializada, porque ele era da direção da CUT e do campo majoritário do PT. Tinha tanto a CUT como o PT para fazer a discussão, então isso potencializava.”

Flávio Jorge Rodrigues da Silva, que entrou no partido a partir da Convergência Socialista, também tem desenvolvido a sua ação partidária priorizando a participação nas tendências, por achar que esse era um caminho estratégico para introduzir e fortalecer o tema da questão racial no partido. Depois da Convergência Socialista, teve passagens pela Democracia

⁵³ Entrevista realizada em 08/04/2008, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Celso Ribeiro de Almeida é militante do setorial de combate ao racismo do PT de Campinas, atualmente secretário de combate ao racismo do PT dessa cidade, foi do MNU de 1986 a 1989.

Socialista, ficou um tempo como independente, e atualmente faz parte da Articulação Unidade na Luta, o chamado campo majoritário.

Quase todos os entrevistados estiveram, em algum momento, ligados a uma tendência partidária. Alguns, após experimentarem o espaço das tendências, optaram pelo distanciamento das disputas entre as correntes, como é o caso de Matilde Ribeiro e Milton Barbosa (Miltão). Distanciar-se das tendências é visto como ter uma posição mais independente em relação às disputas no partido e marcar um vínculo mais estreito com os movimentos sociais. Como revela Matilde Ribeiro⁵⁴:

“E a disputa dentro do partido é disputa de poder, então eu descobri no desenvolvimento dessa ação do partido que existiam as tendências. Fiz parte de uma durante um tempo, depois resolvi gastar minha energia com outras coisas. Me distanciei. Eu fiz parte durante uns cinco anos da DS [Democracia Socialista], lá no final dos anos 80, início dos 90, até 94. E depois sempre trabalhei com as várias tendências.”

Nilo Rosa⁵⁵, integrante da Democracia Socialista, identifica essa corrente como a que tem a maior concentração de militantes negros do partido. A Democracia Socialista é uma organização trotskista, fundada em 1979, que tinha como objetivo transformar o PT em partido revolucionário. Integrou-se ao PT desde sua fundação, e é o mais importante agrupamento trotskista dentro PT, sobretudo, pelo critério de peso e expressão na estrutura partidária (Azevedo, 1995).

⁵⁴ Entrevista realizada com a então secretária da SEPPIR (Secretaria Especial Para a Promoção da Igualdade Racial) Matilde Ribeiro, no dia 05/11/2007, no Hotel Pestana em São Paulo.

⁵⁵ Entrevista realizada no dia 1 de agosto 2008 em Goiânia no V COPENE (Congresso Nacional de Pesquisadores Negros).

Milton Barbosa fez parte por um curto período, no início de seu ingresso no PT, da corrente “Alternativa Operário Popular”, mesmo se afastando desse grupo, diz que sempre fechou com “os chamados setores de esquerda dentro do PT.”

Mesmo quem tem a sua vivência partidária atrelada ao campo de maior poder no partido entende que a disputa por meio de tendências coloca obstáculos ao bom desenvolvimento das problemáticas ligadas aos movimentos sociais. Benedita da Silva, que faz parte do campo majoritário, vê a organização do PT em correntes como um prejuízo político-organizativo para os movimentos sociais: “Por último quero destacar o prejuízo que a prática de tendências tem ocasionado no partido. Muitas vezes a escolha das Secretarias Estaduais é resultado da proporcionalidade entre as tendências e não do melhor quadro para o exercício das tarefas” (Silva, 1991)⁵⁶. Essa declaração foi feita por ocasião do I Congresso em 1991, a SNCR ainda não existia como parte da estrutura partidária. Entre os entrevistados, Hédio Silva Júnior também manteve ligações com a Articulação entre 1982 a 1990.

Por essa pequena amostra, pode-se perceber quão diverso é o perfil da militância negra petista em suas percepções do partido como espaço de representação de seus interesses. Diante dessa diversidade que tem ecos na compreensão da luta política mais geral e dos caminhos pelos quais deve trilhar a politização da questão racial, a criação de espaços específicos, seja nas estruturas de governo ou nos partidos, tem sido, na maioria das vezes, mais um mote para o acirramento dos conflitos entre a militância.

Além de gerar disputas e acirrar conflitos, esse padrão de tratamento da questão racial no Brasil, por meio de espaços compartimentalizados, que, simbolicamente, indicam a ampliação do

⁵⁶ À época dessa entrevista, Benedita da Silva era secretária Nacional dos Movimentos Populares do PT.

debate da questão racial por meio de sua institucionalização, tem delimitado o campo de atuação e de competência da militância negra ao tratamento da questão racial. Em última instância, acaba por reproduzir as desigualdades reinantes na sociedade, ao delimitar os lugares específicos para os negros.

2.4 A militância negra petista frente às ações afirmativas

A incorporação da questão racial na agenda política nacional a partir da Marcha e das respostas do governo FHC mergulhou essa problemática nas disputas políticas mais gerais, entre o governo e o PT enquanto líder da oposição. Os militantes negros petistas passaram então a abordar o tema também por meio da disputa política mais geral, predominante na sociedade brasileira na década de 1990, conforme o documento do IV Encontro Nacional de Negros e Negras do PT, realizado em 1997, do qual foi retirada a contribuição da SNCR para o programa do governo Lula de 1998:⁵⁷

O governo FHC busca atualizar a atitude das classes dominantes diante da questão racial. Legitimado pelo seu passado acadêmico, busca insinuar uma preocupação com as condições de vida e trabalho do povo negro. Esta atitude tem como objetivo estratégico cooptar setores do movimento negro e conter a possibilidade de irradiação dos interesses do povo negro em torno de um projeto alternativo ao neoliberalismo. Nesse seu primeiro ano de governo tomou algumas iniciativas nesse sentido. Deu início à titulação das terras de remanescentes de quilombos concedendo o título de propriedade à Comunidade de Boa Vista, no Estado do Pará. Como resposta à Marcha contra o racismo, pela igualdade e pela vida, no dia 20 de Novembro de 1995, através de um decreto presidencial instituiu “um Grupo de Trabalho

⁵⁷ Cf. Combate ao Racismo para o programa governo Lula/98, GT Eleições/SNCR e outros. In: Caderno de Textos Encontro Nacional Extraordinário, São Paulo 23 e 24 de maio de 1998 (Arquivo Fundação Perseu Abramo).

Interministerial” com a finalidade de desenvolver políticas para a valorização da população negra.

No entanto, mais uma vez o PT não conseguiu fazer face ao projeto neoliberal, as eleições de 1998 tiveram como resultado a terceira derrota do candidato petista ao governo federal deixando à mostra a fragilidade política das forças identificadas com a oposição ao projeto neoliberal de FHC.

Em um documento avaliativo das atividades da SNCR em 1998, assinado pelo secretário Flávio Jorge Rodrigues da Silva, são apontadas as dificuldades práticas de concretização dos objetivos estabelecidos pela Secretaria. Elas são apresentadas como parte de uma crise maior que teria assolado o partido, a começar pela ausência de mobilização popular na campanha eleitoral de 1998 e o déficit de recursos financeiros, que teria implicado em um número limitado de material de apoio para a campanha.

Esses aspectos teriam afetado a participação do setorial de combate ao racismo nas eleições de 1998 e a concretização das atividades programadas para o referido ano. Fora essas questões de ordem prática, um outro aspecto apontado sobre a campanha foi a invisibilidade da questão racial promovida pelos programas eleitorais de TV e rádio petistas ⁵⁸.

O PT encerrou a década de 1990 com a realização de seu II Congresso Nacional em 1999, o que nos permite fazer um balanço da receptividade do partido a essa temática nessa década e da avaliação da militância negra do partido como um espaço de representação de seus interesses.

As resoluções do II Congresso Nacional do Partido assumem o pouco avanço na elaboração de uma política nacional de combate ao racismo e afirma a predisposição de

⁵⁸ Manifesto Mostrar a Cor Mudar o Brasil, Juiz de Fora, 18 e 19 de julho de 1998. (Sede Nacional do PT em São Paulo, caixas SNCR)

incorporar nas eleições de 2000 e 2002 o compromisso com uma política antirracista e de apoio às candidaturas negras. O combate ao racismo é pensando em termos de política de Direitos Humanos e, pela primeira vez, o partido introduz a questão da ação afirmativa para a população negra:

Mecanismos de ação afirmativa deverão ser utilizados em forma complementar às **grandes reformas** para eliminar a discriminação. O PT multiplicará iniciativas legais nessa direção. Reforçará em todas as administrações municipais e estaduais de que participa programas antidiscriminação. Ao debater e formular políticas públicas, nossos governos começam a incorporar a noção de que os cidadãos se organizam não apenas para a defesa de seus interesses, mas também para proteger e/ou ampliar seus direitos e para conquistar novos. Ainda tímida, essa pressão da sociedade e de nossa militância não foi incorporada plenamente ao modo petista de governar. Precisa ser transformada em ações concretas que beneficiem grupos específicos de jovens, mulheres, negros, portadores de deficiências e indígenas, recuperando uma função essencial do Estado, a de assegurar igualdade de oportunidades e de tratamento, ou seja, a igualdade de direitos. Prefeituras importantes não têm dado importância a essas questões em suas ações de governo.⁵⁹

O discurso oficial é elaborado a partir da incorporação da avaliação dos militantes negros petistas, feita na tese do setorial de combate ao racismo, apresentada ao II Congresso: “Não é necessário fazer um extenso histórico das investidas dos negros e negras do partido para tentar consolidar o debate sobre o combate ao racismo como parte integrante do discurso do PT. Porém, é preciso afirmar que a sempre desejada parceria com os não negros até hoje não logrou o êxito esperado”⁶⁰.

⁵⁹ Resoluções do II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1999. Disponível em < <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/wfdownloads/viewcat.php?op=&cid=38>>. Acesso em: 15 ago. 2007.

⁶⁰ O combate ao racismo no PT é outra história (1999) Disponível em < [http://www.pt.org.br/teses/combate ao racismo.html](http://www.pt.org.br/teses/combate%20ao%20racismo.html)>. Acesso em: 20 mai. 2003.

Apesar da inflexão do projeto político do socialismo para a radicalização da democracia, a proposição de ampliação do debate racial no PT continuava a ser feita por meio da articulação entre raça e classe que colocava a necessidade de considerar a subordinação racial para um projeto revolucionário, posição que é recorrente em vários outros documentos desse período:

As negras e os negros militantes do PT, não podem abrir mão da centralidade de discussão de raça combinada à questão de classe. Se o fizerem, seguramente, igualam-se a quem discute somente o papel da classe social [...] Libertando-nos de nossas “correntes”, é importante destacar que todos os instrumentos que construímos historicamente foram e continuaram sendo importantes, e a SNCR [Secretaria Nacional de Combate ao Racismo] terá ainda um significado maior se nós negros e negras e todos que combatem o racismo, militando no Partido dos Trabalhadores, acreditarem que a unidade política em torno dessa luta, pode ajudar a construir o nosso partido e um Brasil diferente! Solidário, Negro e Socialista.⁶¹

Mantém-se a insatisfação com o partido enquanto espaço de politização dos interesses específicos da população negra, a partir da concepção acima:

Em contraposição a militância do movimento negro contemporâneo, em sua maioria organizada no PT, desde a sua fundação, tem construído outra estratégia, de conteúdo revolucionário (o combate ao racismo é estratégico para a transformação social no Brasil) para a alteração do tratamento das relações raciais e para o combate ao racismo em nosso país. Mesmo considerando as conquistas obtidas, - a criação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo é uma delas – o debate e a implementação dessa estratégia não foi incorporada pelo PT nesses quase 20 anos de construção partidária: do manifesto de fundação do Partido ao manifesto do II Congresso ainda são limitados os avanços.⁶²

⁶¹ O combate ao racismo no PT é outra história In: Caderno de contribuição do VI Encontro Nacional de Negros e Negras. II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores. (Sede Nacional do PT em São Paulo, caixas SNCR). O VI Encontro Nacional de Negros e Negras do PT aconteceu no dia 30 de outubro de 1999 com o objetivo de debater as propostas do setorial de combate ao racismo ao II Congresso Nacional do PT realizado em 1999.

⁶² idem

Dois aspectos precisam ser ressaltados no que se refere a essa fidelidade à concepção ideológica inicial: primeiro no que tange ao próprio partido e segundo ao encaminhamento político que o debate racial ganhou na sociedade brasileira.

Quando na década de 1990 a militância continua a empregar a articulação entre raça e classe para pressionar o debate sobre a questão racial no PT, ela o faz inserida em uma concepção, em uma forma de compreensão da disputa política na sociedade, que havia se tornando marginal ou residual no partido.

Por outro lado, também a direção que a politização da questão racial começou a ganhar a partir da segunda metade década de 1990 – inserida em uma concepção de sociedade multicultural – estava na contramão da articulação entre raça e classe. A percepção da militância negra petista estava em vias de tornar-se residual também em relação aos valores emergentes no campo do movimento negro.

A preservação da concepção inicial, identificada com as posições mais à esquerda no Partido, indica que as mudanças nos rumos partidários é um processo sempre em disputa, que mesmo produzindo êxodos, dissidências, expulsões⁶³ não chega a tornar-se homogêneo. Isto explica porque é sempre possível encontrar referências ao socialismo nos documentos partidários. É dessa forma que os militantes negros entrevistados, que apresentam divergências com os rumos do partido, justificam a manutenção do vínculo com o PT. Entendem o partido como um campo de disputa no qual a correlação de forças pode se alterar em favor das concepções que defendem.

⁶³ Em 1990 o Diretório Nacional do PT decidiu pela expulsão da Causa Operária e em 1992 foi a vez da Convergência Socialista. As expulsões foram justificadas por divergências programáticas, ambas foram acusadas de não respeitar as regras para o funcionamento das tendências, existindo como organizações próprias.

No que diz respeito à politização da questão racial, a realização da Marcha a Brasília em 1995 representou tão somente o embrião de um processo que se efetivaria na década seguinte com a realização da Conferência Mundial em Durban em 2001, também durante o governo FHC. Na década de 1990, o debate sobre as ações afirmativas manteve-se marginal, com algumas ações periféricas no plano do governo federal. Entre a militância negra de maneira geral essa era uma questão em processo de maturação. Entre a militância negra petista, as ações e os discursos do então presidente Fernando Henrique Cardoso eram identificadas como mais uma manobra de sua política neoliberal.

Isso não significa, entretanto, que os militantes negros petistas ficaram totalmente indiferentes ao tema das ações afirmativas. No terceiro encontro Nacional de Negras e Negros de PT de 1995, quando foi sugerida a criação da SNRC, uma das atividades propostas como parte da política de combate ao racismo do PT, a ser direcionada pela SNCR, foi a realização de um seminário para a discussão de elaboração de políticas públicas nas administrações petistas. Com o título “O Partido dos Trabalhadores e a questão racial: seminário nacional de relações raciais e políticas públicas”, a proposta do seminário se concretizou em 1997, em Campo Grande –MS.

O seminário tinha como objetivo pensar meios de influenciar as administrações petistas na formulação de políticas para a população negra e definir um posicionamento em relação às políticas de ação afirmativa. As políticas específicas foram consideradas limitadas, uma vez que insuficientes para ‘transformações radicais em nossa sociedade’, mas necessárias para o enfrentamento das desigualdades raciais no “aqui e agora”. Entretanto, quando da realização do V Encontro Nacional de Negras e Negros do PT no final de 1997, para a eleição da nova coordenação da secretaria, a realização do Seminário de Mato Grosso é assinalada como um

exercício introdutório às ações afirmativas, mas que deveria ser aprofundado, em razão da falta de consenso da militância em torno dessas políticas:

[O Seminário] Introduziu o debate em torno das políticas de ações afirmativas com objetivo de implementar políticas de promoção de igualdade, de tratamento e oportunidades **em específico** para a população negra. **Essa sugestão é polêmica entre nós** [militantes negros petistas] e como não conseguimos aprofundar a discussão sobre o tema nesse Encontro, a próxima gestão da SNCR deve criar mecanismos que encaminhem esse debate e **uma decisão em torno da questão** já que políticas de ação afirmativa estão presentes em muitos projetos de nossos parlamentares e nas ações de nossos governos (grifos meus)⁶⁴.

É interessante essa percepção de que, embora a militância negra petista ainda não estivesse certa quanto à validade das políticas de ações afirmativas, elas já fossem objeto dos projetos de alguns parlamentares do partido. Em sua dissertação de mestrado sobre a implementação da política de cotas no Rio de Janeiro, Michelle Peria (2004) revela que desde o início da década de 1990, mais precisamente, 1993, Carlos Minc, atual ministro do meio ambiente do governo Lula, na época deputado estadual pelo PT do Rio, vinha apresentando projetos na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), cujo objeto era a proposição de cotas para estudantes negros e carentes nas universidades públicas estaduais.

Um dos projetos apresentados em 1993 tinha como proposta instituir uma cota de 10% para alunos negros e indígenas em todos os cursos de graduação e pós-graduação das instituições públicas e privadas do Estado do Rio, e outro previa cota de 20% para alunos carentes.

No entanto, o que mais nos chamou atenção nos dados apresentados por Peria foi uma carta do Núcleo de Base do PT de Ilha de Governador. A carta é uma reação aos projetos de

⁶⁴ Cf V Encontro Nacional de Negras e Negros do PT: Novos problemas e maiores exigências para o combate ao racismo. Realizado em 8 a 10 de agosto de 1997, no Instituto Cajamar (Sede Nacional do PT em São Paulo, caixas SNCR).

Carlos Minc em 1993. Em razão de seu conteúdo corroborar para a nossa análise, pedimos permissão ao leitor para reproduzi-la, tal qual a apresenta Peria:

A nós, membros do Núcleo de Base Ilha do Governador, causou estranheza ler nos jornais sobre o projeto apresentado pelo companheiro, garantindo uma determinada percentagem de vagas das instituições de ensino superior público a pobres e negros. Causou estranheza por não parecer esta uma política que esteja logicamente de acordo com as propostas do nosso partido. [...] É pena que o PT esteja propenso a adotar a política que os norte-americanos chamam de affirmative action. Já não basta esta incompreensível lei interna de que todas as direções de instâncias do partido têm de ser composta por, no mínimo, 30% de mulheres. Como se as mulheres de fato não fossem capazes de alcançar qualquer posição dentro do partido graças à sua própria capacidade. Como colocamos, esta affirmative action à brasileira não parece estar dentro da lógica dos nossos ideais. Se os negros ou os pobres não estão presentes nas nossas universidades, não é porque exista uma tradição ou qualquer impedimento legal para isso a ponto de ser necessária uma lei para lhes garantir vagas. Nós sabemos que há muito mais por trás disso. Existe toda uma história de marginalização de camadas da sociedade que hoje não tem acesso ao ensino primário sequer. É todo um processo que conhecemos bem. Em nossa opinião, a política do PT deve se dirigir ao cerne do problema. É preciso, sejamos claros, que a estrutura seja transformada. O companheiro, o PT, todos nós sabemos disso (Carta dos arquivos do escritório do Deputado Carlos Minc, sem data, apud Peria, 2004, p. 47).

Embora a carta venha identificada apenas como Núcleo de Base Ilha do Governador, o que impossibilita uma análise mais precisa (não sabemos quantos compunham o Núcleo, que tipo de ligações seus integrantes mantinham com a disputa de poder no partido, se eram brancos ou negros, etc.), a incluímos nessa reflexão em razão dela sintetizar os princípios dominantes no imaginário da militância petista. Nesse caso, não se trata, especificamente, de um núcleo de militantes negros, mas de uma posição que se apresenta como sendo da militância petista diante de uma política específica para a população negra. Mas não só, como vemos na apreciação feita à política de cotas para as mulheres. Políticas específicas sejam para negros, mulheres ou outros

não se coadunavam com a forma como era concebida a tarefa do partido: lutar por transformações estruturais. Isso exemplifica as dificuldades na introdução do debate sobre as políticas específicas no partido, as disputas que o permearam e também os obstáculos impostos à militância negra na definição de uma posição diante dessas políticas.

Em 1993, quando Carlos Minc apresenta os projetos, poucos militantes negros se posicionariam favoravelmente a eles. Na ação parlamentar, contudo, esse tema não era novidade. Uma década antes, em 1983, Abdias Nascimento, deputado federal pelo PDT do Rio, apresentou um projeto versando sobre “*medidas de ação compensatória*” que tratava de reserva de vagas para a população negra. Depois de Abdias outros parlamentares ligados ao movimento negro também o fizeram. Vamos encontrar proposições desse tipo em projetos de Benedita da Silva, em 1993, senadora pelo PT do Rio, Florestan Fernandes, também em 1993, deputado federal pelo PT de São Paulo e depois de 1995 eles passam a ser mais frequentes e mais visíveis (Peria, 2004).

O partido é um campo dinâmico, e aqueles que estão ligados a ele guiam suas práticas políticas de diferentes formas em consideração aos papéis que ocupam na arena política. Os parlamentares petistas, comprometidos com o movimento social negro, ao se adiantarem ao partido ou a própria militância na proposição de políticas específicas, o fazem em razão da necessidade de darem respostas concretas para a sociedade e para os setores com os quais estão identificados.

A militância de base, por sua vez, tende a tratar o partido como um bloco homogêneo, é a partir dessa visão que define o seu papel e as ações que parecem não condizer com ele. No começo da década de 1990, apesar de em 1991 as mulheres terem aprovado a política de cotas para a ocupação de espaços na direção partidária, as políticas específicas pareciam estranhas ao

universo partidário. O PT estava em processo de mudança, mas nem todos o percebiam imediatamente, por isso parte da militância continuava guardando a representação originária do partido. A militância negra se insere nesse grupo, isso explica que a sua conversão às políticas de ações afirmativas só ocorra no período seguinte, como resultado da popularização dessas políticas com a realização da Conferência de Durban (2001) e com a chegada do partido ao governo federal, como veremos no próximo capítulo. Na década de 1990, a orientação política que tinha em vista a transformação da sociedade, não parecia coerente com políticas identitárias ou de valorização da diferença na esfera pública. O multiculturalismo de FHC e a política de classes dos militantes negros petistas estavam situados em campos opostos e previam diferentes políticas de combate ao racismo e às desigualdades raciais.

III

Os Impactos da Conferência de Durban (2001) na política nacional: a conversão da militância negra petista às ações afirmativas

Neste capítulo exploraremos os impactos da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo realizada em Durban (África do Sul), em 2001, para a politização do tema das desigualdades raciais na sociedade brasileira e para a produção de novas formas de compreensão do encaminhamento dessa problemática pela militância negra identificada com o campo da esquerda.

A Conferência de Durban não só promoveu a popularização do debate em torno das ações afirmativas, que havia sido introduzido na agenda política na década de 1990, como transformou o tema das relações raciais em objeto de disputa na sociedade, por meio das polêmicas em torno da proposição e implementação de cotas para estudantes negros nas universidades públicas. Esse encaminhamento teve como característica forçar a definição de posicionamentos sobre a validade, legitimidade ou não dessas políticas, o que incluía a militância negra petista que tinha uma compreensão da politização da questão racial no Brasil mediada pela articulação entre raça e classe.

Outro fator a ser considerado neste capítulo é o encontro entre as repercussões da Conferência de Durban e a conjuntura eleitoral de 2002 que transformou a questão racial em uma temática da disputa eleitoral. A vitória do PT em 2002 e o posicionamento favorável de Lula à política de cotas foi também um aspecto importante para a conversão da militância negra petista às políticas específicas para a população negra.

1 A Conferência Mundial de Combate ao Racismo e a política nacional

1.1 A questão racial nas eleições de 2002

O início do novo milênio assinalou o aprofundamento do debate público sobre o tema da questão racial iniciado na década precedente. Isso ocorreu como consequência do processo de preparação da delegação brasileira na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, realizada entre 31 de agosto e 7 de setembro de 2001, em Durban, África do Sul e suas repercussões para a realidade brasileira.

A realização da III Conferência faz parte de um plano de intervenção da Organização das Nações Unidas em questões que têm se revestido de um caráter global em razão de extrapolarem as fronteiras nacionais em uma conjuntura caracterizada pelo refluxo do Estado-Nação enquanto unidade política central. É por essa razão que alguns autores se arriscam a falar, quando debatem os espaços dessas conferências internacionais promovidas pela ONU, em esfera pública transnacional (Vieira, 1997) ou sociedade civil global (Teixeira, 2003). Conferências como a Eco-92 no Rio de Janeiro, a Conferência dos Direitos Humanos em Viena (1993), Conferência de População no Cairo (1994), Cúpula Social em Copenhague (1995) e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Pequim (1995) têm como objetivos debater e propor recomendações para essas questões a partir de uma perspectiva mundial.

A III Conferência Mundial de Combate ao Racismo se insere nessa estratégia de debater questões candentes para o mundo por meio de conferências internacionais. O contexto mundial

em que ela se realizou difere daquele que motivou as duas primeiras realizadas em 1978 e 1983 em Genebra, na Suíça, que tinham como alvo a condenação do *apartheid*.

A Conferência de 2001 lidou com um conjunto amplo de objetivos direcionados à avaliação dos avanços na luta contra o racismo, a discriminação racial e as formas correlatas de discriminação; à avaliação dos obstáculos que impedem esse avanço em seus contextos diversos; bem como à sugestão de medidas de combate às expressões de racismos e intolerâncias. A partir dessas preocupações, foi selecionada uma gama de temas como lhe sendo pertinentes: o tráfico transatlântico de escravos, o antissemitismo, a islamofobia, a discriminação contra ciganos, a discriminação de gênero, a segregação de castas, a marginalização dos povos indígenas, a discriminação de migrantes, entre outros (Thomaz & Nascimento, 2003).

A mobilização que essas Conferências Internacionais têm sido capazes de gerar deriva dos espaços preparatórios nacionais e regionais que funcionam como fóruns para as várias organizações dos movimentos sociais envolvidos nas temáticas em questão. Esses espaços propiciam articulações, intercâmbios de ideias e experiências, explicitação de problemas e formulação de consensos.

As organizações da sociedade civil têm utilizado os espaços das Conferências Internacionais para pressionar as delegações oficiais; participar das sessões plenárias com direito a voz; criar redes internacionais, denunciar as situações locais; apresentar emendas aos documentos oficiais; elaborar documentos alternativos aos documentos oficiais assinados por representantes dos governos e das instituições oficiais (Teixera, 2003). Nesse processo interativo entre sociedade civil e os organismos internacionais, as ONGs têm se constituído em

interlocutoras políticas privilegiadas, sendo apresentadas em muitas acepções como sinônimo de sociedade civil global.

Em razão do caráter oficial da Conferência Mundial de Durban, a participação brasileira envolveu tanto o Estado quanto as organizações do movimento social negro e de outros movimentos envolvidos com o tema gerador da Conferência. O governo brasileiro criou um Comitê preparatório com representantes da sociedade civil (afrodescendentes, indígenas, homossexuais e judeus, entre outros) e do governo com o objetivo de preparar a ida do Brasil à África do Sul.⁶⁵

O processo preparatório, ao promover o encontro entre o Estado e o movimento social, gerou uma visibilidade para a problemática racial nunca antes vista na sociedade brasileira. Guardando coerência com os princípios que guiaram a realização da Conferência de Durban, a visibilidade veio acompanhada de sugestões de ações concretas visando garantir a promoção da igualdade racial, o combate ao racismo e ao preconceito racial. O que teve como desdobramento a popularização do debate das ações afirmativas na sociedade brasileira. Mesmo que o resultado geral da Conferência não tenha agradado aos participantes em razão dos conflitos de interesses que uma Conferência dessa magnitude comporta e que obstaculizam a formulação de consensos, para o movimento negro brasileiro Durban trouxe ganhos significativos.

A Conferência conferiu legitimidade nacional à ação política desse movimento e, ao aumentar o leque de medidas concretas no campo da promoção da igualdade racial, abriu novos

⁶⁵ Cf SABOIA, Gilberto Vergne; PORTO, Alexandre José Vidal. A Conferência Mundial de Durban e o Brasil Disponível em <<http://www.mre.gov.br/dc/temas/DH-Portugues03.pdf>>. Acesso em: 07 de mar. 2009. Gilberto Vergne Sabóia era secretário de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e presidente do comitê nacional preparatório para a participação brasileira à Conferência de Durban. Alexandre José Vidal Porto é diplomata, a época da Conferência era assessor da Secretaria-Geral da Presidência da República.

espaços de intervenção para a militância negra. Sueli Carneiro (2002), que foi uma das delegadas brasileiras em Durban e uma das articuladoras da participação brasileira, via a Articulação de Organizações de Mulheres Negras, vê com otimismo os resultados da Conferência:

Durban ratificou as conquistas da Conferência Regional das Américas⁶⁶, incorporando vários parágrafos consensuados em Santiago do Chile e tornou o termo afrodescendente linguagem consagrada nas Nações Unidas, assim designando um grupo específico de vítimas de racismo e discriminação. Além disso, reconheceu a urgência de implementação de políticas públicas para a eliminação das desvantagens sociais de que esse grupo padece, recomendando aos Estados e aos organismos internacionais, entre outras medidas, que elaborem programas voltados para os afrodescendentes e destinem recursos adicionais aos sistemas de saúde, educação, habitação, eletricidade, água potável e às medidas de controle do meio ambiente, e que promovam a igualdade de oportunidades no emprego, bem como outras iniciativas de ação afirmativa ou positiva. (p.212)

As questões colocadas pelo movimento negro e debatidas pela sociedade brasileira no momento de preparação para a Conferência tiveram eco durante a campanha eleitoral no ano seguinte em 2002, forçando os candidatos a assumirem uma posição sobre o tema, seja em suas propostas de governo, seja nos debates televisivos. Em alguns momentos os posicionamentos evidenciaram a falta de afinidade com essa problemática.

No último debate entre os presidenciáveis, transmitido pela rede Globo, em três de outubro de 2002, Lula, candidato do PT, se comprometeu a implementar políticas de cotas para negros na Universidade. Mas quando indagado sobre quais critérios utilizaria para definir quem é negro, ele remeteu-se ao discurso da autoridade científica: "Muita gente, por falta de conhecimento ou por preconceito, não se reconhece como negro. Mas existem critérios

⁶⁶ A Conferência Regional das Américas realizou-se em dezembro de 2000 em Santiago do Chile.

científicos para identificar quem é negro, quem é pardo, quem é branco”⁶⁷. O posicionamento de Lula gerou algumas polêmicas, em razão da menção aos critérios científicos para a definição do suposto pertencimento racial. Existe um consenso entre as organizações do movimento negro, de que a definição sobre o pertencimento a uma suposta raça ou etnia deve ocorrer por autodeclaração, ou seja, implica um processo de aceitação e de identificação como um grupo específico.

A ideia de critérios científicos para definir raças está muito associada às teorias científicas raciais do século XIX que foram usadas para justificar as relações de superioridade ou inferioridade entre os homens por meio de seu pertencimento grupal, respaldada, portanto, em uma concepção biológica de raça.

Apesar da falta de habilidade do candidato petista ao responder à questão, as eleições de 2002, desde do XII Encontro Nacional do Partido, preparatório para as eleições ao plano de governo, mostraram um engajamento do PT com as demandas do movimento negro por meio da absorção da linguagem predominante em Durban. A implementação de políticas contra o racismo e a discriminação racial foi inscrita no programa de governo petista como garantia dos direitos humanos e de ampliação da cidadania. Esse engajamento se fez presente durante a campanha e no programa de governo do PT que teve um caderno temático intitulado Brasil sem racismo, no qual o partido apresentou sua proposta para a população negra em sintonia com o momento em que se encontrava o debate sobre discriminação e desigualdade racial na sociedade brasileira.

⁶⁷ Lula e Ciro defendem cotas para negros; Garotinho ataca FHC. *Folha de São Paulo* on-line, 03 de outubro de 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u39071.shtml>>. Acesso em : 27 de fev. 2009.

A superação do racismo é apresentada como uma questão essencial no programa, que se compromete com a criação de políticas especiais para os negros como uma forma de compensação à violência histórica causada a essa população. O documento é bastante consciencioso no tratamento do tema, e reflete o acúmulo político do movimento social negro. Retoma o histórico de exclusão da população negra, no pós-abolição, que preteriu o trabalhador negro ao branco quando da modernização da relação de trabalho na sociedade brasileira. Apoiase em dados estatísticos do IPEA e IBGE para mostrar as particularidades nas condições de vida da população negra. Esses dados revelam que a população negra é a mais suscetível ao desemprego, à pobreza, à indigência e à desvantagem educacional. A sintonia do programa petista com o movimento social negro se expressa também na compreensão das desigualdades raciais como constitutivas das relações sociais do Brasil moderno e não apenas como herança da escravidão:

Por tudo isso, apesar do empenho de tantos grupos para denunciar a **exclusão social** e garantir a igualdade de condições, nascer negro está relacionado à probabilidade de ser pobre. Esta situação não pode ser tratada como simples herança da escravidão. O racismo é recriado e alimentado a cada dia, reforçando um ciclo cumulativo de desvantagem para os negros. As manifestações de racismo causam danos materiais, simbólicos, políticos e culturais por vezes irreversíveis para toda a população negra e agridem, acima de tudo, **a essência da democracia. Valor político que orienta a atuação dos membros da Coligação Lula Presidente** (*Brasil sem racismo*, programa de governo, 2002, grifos meus)⁶⁸.

Uma queixa histórica do movimento negro contra a esquerda diz respeito ao seu silêncio sobre a experiência da escravidão como relação de trabalho, e sobre o negro escravizado como trabalhador. Na perspectiva que se consagrou nesse campo e que influenciou o debate acadêmico,

⁶⁸ Cf Brasil sem Racismo. Disponível em < <http://www.lpp-uerj.net/olped/documentos/ppcor/0154.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2007.

a figura do trabalhador passara a existir com a chegada do trabalhador imigrante. O documento “Brasil sem racismo” mostra-se bastante consciente dessa omissão histórica e procura valorizar a luta política dos negros durante o regime escravocrata: “A resistência negra ao regime escravocrata pode ser considerada o primeiro movimento social de destaque na história do país” (idem). Valoriza-se, ainda, o impacto positivo da Conferência de Durban, tendo em vista as iniciativas do Estado, na implementação de medidas de ações afirmativas sugeridas pelos ministérios da Cultura, da Educação, do Trabalho e do Desenvolvimento Agrário.

As ações propostas pelo programa petista se dirigem aos vários aspectos da organização social em uma perspectiva racial. Elas abrangem desde a garantia de titulação às comunidades remanescentes de quilombos e de infra-estrutura nesses espaços à questão do negro no mercado de trabalho, segurança, saúde, educação, cultura, nas relações internacionais com os países africanos, a interface gênero e raça e juventude e raça.⁶⁹

Em uma direção contrária às avaliações precedentes sobre as respostas do governo Fernando Henrique Cardoso no campo das ações afirmativas, o documento reconhece as iniciativas do governo FHC e se compromete a dar continuidade a elas.⁷⁰ Esse reconhecimento é

⁶⁹ Embora Antônio Palocci assine o programa de governo como coordenador da campanha do PT, essa presença singular da temática racial, no programa petista, foi atribuída, em uma das entrevistas feitas, à sensibilidade de Celso Daniel – prefeito de Santo André, morto em janeiro de 2002 – que respondia pela coordenação da campanha do PT. Matilde Ribeiro que integrou a coordenação do programa de governo do PT, como responsável pela questão racial tinha sido coordenadora da Assessoria dos Direitos da Mulher de Santo André, no período de 1995 a 1997, na gestão de Celso Daniel.

⁷⁰ Cf Brasil sem Racismo. Disponível em <<http://www.lpp-uerj.net/olped/documentos/ppcor/0154.pdf>>. Acesso em: 08 mar.2007: “A Conferência de Durban refletiu positivamente na política nacional. O governo brasileiro desencadeou uma série de iniciativas e estratégias compreendidas como ações afirmativas. O Plano Nacional de Direitos Humanos, lançado no primeiro semestre, trouxe algumas das propostas relacionadas à eliminação do racismo. Medidas de ação afirmativa foram sugeridas pelos Ministérios da Cultura, da Educação, do Trabalho e do Desenvolvimento Agrário, mas ainda dependem de aprovação para serem implementadas, o que não se concretizará na atual gestão. Cabe ao nosso futuro governo balizar as proposições em curso, visando ao encaminhamento das propostas incorporadas à Declaração de Durban.”

forçado pelas percepções que a militância negra começa a difundir sobre o governo FHC a partir da participação brasileira na conferência de Durban – mesmo os que tinham vínculos com o PT, como é o caso de Jurema Batista. Ela foi vereadora da cidade do Rio de Janeiro por três mandatos consecutivos (1992-1996; 1996-2000; 2000-2002) e em 2002 foi eleita deputada estadual, também pelo PT e esteve presente na Conferência:

Outra surpresa boa foi que na época [da Conferência], o governo brasileiro comprou a idéia. Tanto que o Fernando Henrique mandou ministros, um monte de gente; parte dessa grande delegação teve inclusive verba federal. Então, lá, a gente teve uma atuação de grande influência, participando das palestras, fazendo pronunciamento. E, quando, a gente veio de lá, o Fernando Henrique começou a implementar a políticas de cotas no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Essa discussão já tinha começado com a Marcha de Zumbi dos Palmares, em 1995, e, com a vinda de Durban, ficou muito mais forte. Tudo isso aconteceu também no governo Fernando Henrique.”(Batista, Jurema, 2007, p.386-387)

As menções positivas à participação de Fernando Henrique Cardoso nesse processo, que podem ser identificadas em outros depoimentos, sobretudo, dos que se envolveram com a realização da Conferência, não significam que as relações entre governo e movimento social tenham transcorrido sem tensões. Os conflitos iniciaram-se um pouco antes das etapas preparatórias para Durban, nas disputas entre o governo e os movimentos sociais (indígenas, movimento negro, MST, estudantes, organizações de esquerda) sobre os significados a serem atribuídos aos festejos dos 500 anos de descobrimento do Brasil. Integrantes desses vários movimentos que foram até a Bahia para apoiarem a marcha dos indígenas contra a versão oficial do descobrimento, foram impedidos, violentamente, pela polícia de concluírem a marcha que se iniciara em Santa Cruz de Cabralia, com destino a Porto Seguro, local das comemorações oficiais. A polícia baiana fez um bloqueio na fronteira entre as duas cidades, impedido que os manifestantes chegassem até Porto Seguro.

Os confrontos entre a polícia e os movimentos sociais tiveram grande repercussão tanto nacional quanto internacional e teriam influenciado a participação brasileira no processo preparatório para Durban. Havia a expectativa de que o Brasil sediaria a conferência preparatória das Américas que acabou acontecendo em Santiago do Chile, em dezembro de 2000. Segundo os militantes, a decisão do governo brasileiro, de não mais sediar a conferência regional, foi condicionada pelos desdobramentos das comemorações dos quinhentos anos. Pelo temor que a conferência fosse utilizada como mais um espaço de tensão entre o governo e os movimentos sociais, o governo teria anunciado na primeira conferência preparatória (I Prepcon), que aconteceu de 1º a 5 de maio de 2000, em Genebra – poucos dias depois, portanto, do ocorrido na Bahia – que o Brasil não sediaria a conferência regional. A versão do governo alegava falta de recursos e que a prioridade brasileira seria a Conferência Nacional que se realizou no Rio de Janeiro em 08 de julho de 2001.

Apesar dessas tensões, foi significativa a mobilização do governo para garantir a presença do Brasil em Durban. Mobilização que afetou, inclusive, a forma como alguns órgãos ligados ao Estado, como é o caso do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), vinculado ao núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, passaram a se posicionar diante do tema das desigualdades raciais. O Ipea, por meio de suas pesquisas, é responsável por fornecer suporte técnico e institucional para a formulação de políticas públicas ao governo federal. A iminência da Conferência levou esse Instituto a desenvolver projetos que gerassem dados e informações sobre as desigualdades raciais que pudessem subsidiar a participação do Brasil em Durban e a elaboração de políticas públicas específicas para a população negra. A questão das desigualdades

raciais transformou-se em um dos temas de preocupações do IPEA, para além do momento conjuntural da Conferência.

1. 2 As ações no campo do combate ao racismo: a dimensão econômica e a dimensão cultural

Os ganhos da Conferência de Durban para sociedade brasileira e para as organizações do movimento negro são anteriores à data da Conferência, elas foram se constituindo no processo preparatório, por meio do aprendizado das organizações em se articular em rede e da visibilidade pública que esses procedimentos foram conferindo ao tema das discriminações e desigualdades raciais.

O debate sobre as ações afirmativas, que já tinha alcançado a agenda política nacional desde 1995, ganhou novos contornos nesse momento, impulsionado, sobretudo, pelas polêmicas em torno da política de cotas. Apesar da perspectiva dominante no governo apontar para uma posição contrária a essa modalidade de ação afirmativa, tendo no ministério da educação um forte inimigo da implementação dessas políticas nas universidades⁷¹, a militância negra, presente no comitê instaurado pelo governo, conseguiu inserir as cotas como uma proposta no relatório final que o Brasil levou a Durban.

⁷¹ Ver Ministério da Educação rejeita cota para negros. *Folha on-line*, 23 de agosto de 2001. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u5660.shtml>>. Acesso em: 7 mar. 2009. “O representante do Ministério da Educação no comitê preparatório brasileiro para a Conferência da ONU contra o Racismo, Carlos Alberto Xavier, disse que será muito difícil implementar cotas fixas para negros nas universidades públicas. ‘Acho difícil a separação simplesmente de uma cota para distribuir para uma camada da população, porque não pode conviver com o acesso dos outros, que será pela avaliação do conhecimento.’ A oferta de cotas, junto com outras medidas afirmativas, é uma proposta do relatório que a delegação brasileira levará à Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, que acontece de 31 de agosto a 7 de setembro em Durban, na África do Sul”.

Antes de entrarmos nos desdobramentos que esse fato teve na sociedade em geral e para militância negra petista em particular, são necessárias algumas considerações sobre as possibilidades de ações e políticas no campo do combate ao racismo que nem sempre são ações afirmativas ou política de cotas.

O campo do combate ao racismo lida com vários fenômenos correlacionados que exigem diferentes tipos de ações. Pode-se falar em políticas antidiscriminatórias, que não têm, necessariamente, o objetivo de garantir igualdade de oportunidades, mas têm caráter educativo ou punitivo e a médio ou longo prazo podem gerar mudanças de comportamento e mentalidade. E fala-se também em políticas de combate às desigualdades raciais, que visam a garantir igualdade de oportunidades, com as quais são identificadas as políticas de ações afirmativas – e, como uma modalidade delas, a política de cotas – que são: “instrumentos desenhados na perspectiva da promoção da igualdade, em situações concretas, geralmente tendo como unidade de implementação uma instituição pública ou privada (...) São estabelecidas metas e estratégias que provoquem o aumento do número de um determinado grupo na instituição” (Heringer, 2001).

Luciana Jaccoud e Nathalie Beghin (2002) também classificam as ações no campo do combate ao racismo na sociedade brasileira de acordo com os objetivos a serem alcançados. Tipificaram as intervenções do governo Fernando Henrique Cardoso, a partir de ações desenvolvidas e implementadas pelo vários ministérios, em ações valorizativas, repressivas e ações afirmativas. Embora tanto as ações afirmativas e repressivas se desenvolvam contra comportamentos e condutas, as políticas repressivas miram o ato discriminatório e têm caráter punitivo, enquanto que as ações afirmativas preveem uma situação de discriminação indireta “aquela discriminação que não se manifesta explicitamente por atos discriminatórios, mas sim

por meio de formas veladas de comportamento cujo resultado provoca a exclusão de caráter racial”(idem, p.51). Por fim, as ações valorizativas teriam como alvo os estereótipos negativos consolidados na forma de preconceitos e racismo, e se concretizariam por meio de políticas de valorização da pluralidade étnica e a da contribuição da comunidade afro-brasileira para a nação brasileira. Um exemplo de ação valorizativa no âmbito do poder executivo, mencionada pelas autoras, é a construção de Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para as oito séries do ensino fundamental visando à valorização da população negra e a contribuição cultural dos afro-brasileiros para a nação brasileira. Enquanto o programa de Diversidade na Universidade, que tem como o objetivo garantir o acesso de grupos socialmente desfavorecidos à Universidade, seria uma política de ação afirmativa.

Considerando o conjunto de ações implementadas pelo governo entre 1995-2002, apresentado pelas autoras, pode-se dizer que as ações e políticas iniciadas pelo executivo abrangiam tanto políticas de reconhecimento, quanto de redistribuição corretiva. Um conjunto de ações é voltado para a injustiça cultural e visa à alteração cultural ou simbólica dos modelos sociais de representação, de interpretação e comunicação no sentido de construir uma sociedade mais plural e romper com o monopólio da branquitude dominante nas instituições brasileiras. A reavaliação dos livros didáticos, em uma perspectiva de pluralidade cultural, ao procurar excluir os preconceitos ou erros formais e a apresentar positivamente os tipos brasileiros, é orientada por valores respaldados na necessidade de alterações simbólicas.

Um outro grupo de ações, que a partir das classificações propostas por Nancy Fraser (2005b) estamos chamando de redistribuição corretiva, tem como alvo as injustiças que se produzem por meio da estrutura econômica, geradora de exploração, marginalizações e privações

materiais, em razão da inserção diferenciada da população negra na ordem econômica. As ações afirmativas incidem sobre essa forma de injustiça, e procuram corrigir os obstáculos encontrados na vivência da igualdade por alguns indivíduos em razão do suposto pertencimento a grupo racial ou étnico.

No entanto, a ação sobre esses obstáculos requer que esses indivíduos sejam reconhecidos e se reconheçam como membro de um grupo, ou seja, exige a afirmação da identidade grupal que é fonte do tratamento desigual. O que instala um dilema entre a igualdade e diferença. A afirmação da identidade grupal tem sido uma das fontes geradoras de polêmica em relação a essas políticas, sob o argumento de divisão nacional, comunitarismo ou balcanização. Essas são questões que acompanham o debate sobre a institucionalização de políticas orientadas para o multiculturalismo em vários contextos sociais.

Joan Scott (2005) apresenta a tensão entre igualdade e diferença, inerente às políticas de ações afirmativas, como um paradoxo inevitável:

A ação afirmativa tem como premissa o indivíduo abstrato e a ficção de sua universalidade. Ela tentou preencher a lacuna entre o legal e o social, os direitos dos indivíduos e os limites postos sobre eles por causa de sua suposta pertença a um grupo. Mas, para acabar com o problema da exclusão, a inclusão teve de ser destinada aos indivíduos como membros desses grupos – uma posição complicada. A palavra “afirmativa” pretendia reconhecer e corrigir o problema: para se reconhecer o indivíduo, deve-se tomá-lo como membro de grupos; para reverter a discriminação, deve-se praticá-la (mas com uma diferença – uma finalidade positiva) (p.24).

Embora as políticas de reconhecimento e as políticas de redistribuição se manifestem de diferentes formas, essa distinção tem caráter analítico. Na realidade os dois tipos de injustiça, econômica e cultural, estão associados. As normas culturais traçadas em detrimento de certos grupos são institucionalizadas pelo Estado e pela economia e as dificuldades econômicas

vivenciadas por esses mesmos grupos em razão dessa institucionalização impedem que eles disponham dos recursos materiais necessários para disputarem o direito à reciprocidade nos espaços públicos. Embora as respostas do governo brasileiro pareçam considerar as duas dimensões, o cultural e o econômico, as ações que visam alterações na ordem econômica, por meio das ações afirmativas, são corretivas.

Apesar da movimentação que caracterizava o campo do combate ao racismo nesse período, nem todos estavam sintonizados com a intensidade do debate presente na sociedade brasileira. O acúmulo do governo FHC nesse campo, a aproximação vivenciada entre governo e setores do movimento social negro desde da realização da Marcha a Brasília e a da implementação do Grupo de Trabalho Interministerial para a valorização da população negra, não reflete no programa de governo de José Serra, candidato do PSDB ao cargo executivo federal nas eleições de 2002. O programa do PSDB se refere à questão racial em dois parágrafos, no momento multicultural do programa intitulado “Um só país de muitas faces”, que se dirige aos diversos grupos específicos na sociedade, mulheres, idosos, jovens, indígenas, deficientes físicos e a população negra.⁷²

O programa chega a comprometer-se com as políticas de ações afirmativas, remontando-as às experiências do governo Fernando Henrique Cardoso, contudo de forma limitada, essas deveriam ser ampliadas nos espaços dos ministérios, e também para as empresas fornecedoras do governo que participassem dos processos de licitação pública. Não faz menção à Conferência de Durban e a concepção adotada para a apresentação das dificuldades de oportunidades vivenciadas pela população negra é o passado escravocrata. O que mostra um desacordo com os avanços

⁷² Programa de governo José Serra (2002) Disponível em <https://www2.psdb.org.br/interna/biblioteca_layout.php?id=11&iddoc=31&tit=Eleições>. Acesso: 18 abr. 2008.

interpretativos da questão racial no Brasil contemporâneo e uma total ausência de sincronia com o movimento social.

Essa presença ínfima de propostas e de reflexão sobre a questão racial no programa do PSDB em 2002, em um momento tão particular de avanço desse debate e de um certo acúmulo do governo do PSDB, nos fornece indícios para afirmar que a politização desse tema e sua tradução em medidas de promoção de igualdade racial ainda têm dependido, grandemente, das sensibilidades e disposições individuais. Por isso, a eleição de Lula em 2002, colocando o PT pela primeira vez na direção nacional do país, deu um novo vigor a esse momento.

Em razão da história pessoal de Lula, havia a expectativa de que ele tivesse melhores condições de compreender as demandas desse movimento. Um presidente operário e nordestino reunia as condições subjetivas que lhe permitiriam entender a linguagem do movimento social negro. É próximo desses termos que Hélio Santos, que foi o coordenador do GTI de Valorização da População Negra, implantado em 1995, pelo governo Fernando Henrique Cardoso e que em 1984 havia sido o coordenador do Conselho de Desenvolvimento da População Negra no Estado de São Paulo, expressa as expectativas em relação ao governo Lula quando da vitória do PT em 2002:

Nenhum dos partidos políticos coloca a questão racial na dimensão que eu e outros militantes colocamos. Agora evidentemente que, na eleição de um político com a história de Lula e com a carga de esperança que essa eleição traz, temos um terreno mais propício. É importante reconhecer que foi no governo do Fernando Henrique Cardoso – **governo que mais arrasou o social em larga medida** – que a temática racial, que as políticas voltadas para a população negra ganharam força. (...) Então penso que no governo Lula, reunimos as condições políticas para promover grandes avanços nesse campo (Santos, 2002, p. 33, grifo meu).

O governo Lula respondeu à expectativa da militância negra com a criação de um órgão encarregado de dinamizar no interior do governo políticas de igualdade racial. A SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) foi criada no dia 21 de março de 2003, dia internacional para a eliminação da discriminação racial, com os seguintes objetivos: a) promover a igualdade e a proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos afetados pela discriminação e demais formas de intolerância, com ênfase na população negra; b) acompanhar e coordenar políticas de diferentes ministérios e outros órgãos do governo brasileiro para a promoção da igualdade racial; c) articular, promover e acompanhar a execução de diversos programas de cooperação com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais; d) promover e acompanhar o cumprimento de acordos e convenções internacionais assinados pelo Brasil, que digam respeito à promoção da igualdade e combate à discriminação racial ou étnica; e) auxiliar o Ministério das Relações Exteriores nas políticas internacionais, no que se refere à aproximação de nações do Continente Africano⁷³.

Os objetivos apresentados para a Secretaria contemplam as propostas do governo petista para a questão racial em seu programa de governo e representou um avanço bastante significativo em termos de tratamento político da questão racial no Brasil. Pela primeira vez criou-se um órgão como parte da estrutura do governo federal com o objetivo de dialogar com as diferentes esferas do poder executivo em uma perspectiva racial. Essa abertura assinalada pelo governo Lula teve como efeito intensificar o debate e a pressão do movimento pela implementação das políticas de ações afirmativas que passaram cada vez mais a ser identificadas como políticas de cotas.

⁷³ Cf Secretaria Especial para a Promoção da Desigualdade Racial. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/sobre/>. Acesso em: 04 de jan. de 2009.

2 Do universalismo guiado às ações afirmativas: a conversão de militantes negros no campo da esquerda às políticas específicas para a população negra

2.1 A política de cotas em questão

Lula, diferentemente de Fernando Henrique e de setores importantes de seu governo para a implementação desse tipo de política, como o ministério da educação, se mostrou favorável à política de cotas, o que teve um caráter irradiador tanto dentro do governo quanto do partido. Mesmo que seja possível afirmar que desde 1995 o governo FHC se mostrasse simpático à política de ações afirmativas, a modalidade política de cotas não agradava FHC e aos quadros de seu governo. Em entrevista à revista *Veja*, em 1998, o presidente se mostra, ambigualmente, resistente, à política de cotas, em razão das polêmicas que ela poderia gerar:

Há uma reação muito grande à idéia, porque ela implica deixar de lado a avaliação de mérito. Portanto, seria uma discriminação. A oposição à cota é muito grande, mesmo dentro do Ministério da Educação (...) Não quero entrar na discussão do sistema de cotas, pela resistência que vai provocar, mas não sou contrário. Havendo duas pessoas em *condições iguais* para nomear para determinado cargo, sendo uma negra, eu nomearia a negra (Cardoso, 1998).

O debate sobre cotas para negros na universidade vem justamente questionar o princípio do mérito dominante na concepção abstrata e formal de cidadania. Se a posição do presidente vale para a nomeação de cargos, “em condições iguais”, a oposição à política se revela quando estendemos o argumento para a reserva de vagas para alunos negros nas universidades públicas brasileiras. É o fato desses alunos não estarem em “condições iguais”, em razão dos obstáculos vivenciados pelo pertencimento a uma suposta raça e/ou a um grupo desfavorecido economicamente que justifica essas políticas.

No entanto, não só o presidente Fernando Henrique se mostrava contrário ou ambíguo em relação às cotas. O posicionamento frente à política de cotas, em 1998, não era consenso mesmo entre a militância negra. O documento que o movimento negro apresentou ao presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995, não menciona a palavra, que também não aparece no programa de governo petista em 2002. Talvez estivesse subentendida nos termos gerais do debate, políticas específicas para a população negra ou políticas de ações afirmativas. No entanto, parecia haver um temor, generalizado, sobre os impactos políticos e sociais dessas políticas. No interior do PT, esse era um debate que estava em fase de amadurecimento, provocando dúvidas e incertezas.

Vimos nos dois capítulos anteriores que a militância negra em sua ação e interlocução com o partido priorizou a politização da questão racial ancorada na articulação entre raça e classe. Essa militância, ao escolher esse caminho, que tinha respaldo em alguns setores do movimento negro, via na luta contra o racismo e as desigualdades raciais uma luta contra o capitalismo, por isso a articulação entre raça e classe deveria ser o eixo de um projeto de politização da questão racial na sociedade brasileira. A raça, entendida como um vetor revolucionário, deveria estar associada a uma concepção política que enfocasse a luta de classes. Esse é o discurso predominante entre a militância negra petista e que aparece também nos documentos por ela produzidos nos espaços partidários: relatórios de encontros nacionais de negros e negras do partido, intervenções nas plenárias gerais do partido (encontros nacionais do partido e congressos), propostas para os programas de governo petista, bem como nos discursos e demandas dos setoriais de combate ao racismo na imprensa partidária ou nos boletins internos à organização da militância negra.

O debate sobre políticas de ações afirmativas foi um tema marginal entre a militância negra petista na década de 1990. Considerando a posição da militância negra, podemos concluir que a abertura que o governo Lula deu a essa questão não refletia o estágio do debate no partido, mas o clima cultural provocado por Durban que se disseminou pela sociedade e a influência sobre o presidente eleito de uma parcela da militância que já estava convencida da legitimidade dessas políticas, como sintetiza Matilde Ribeiro:

“O encaminhamento pra a construção da política de cotas por dentro do governo foi um processo que começou pela sociedade e não pelo partido, começou por setores do movimento negro, nem foi pelo conjunto do movimento negro (...) nem todo o movimento negro, até hoje, defende a política de cotas, embora tenha um setor bem expressivo que defende e que foi contagiando setores. Então, quando nós, quando o presidente Lula ganhou as eleições em 2002, estava na efervescência da Conferência de Durban que foi em 2001. Então esse debate estava muito acalorado por parte da sociedade e não tinha como o governo virar as costas pra isso. Então o PT encampou, nós como representantes do PT encampamos esse debate e traduzimos isso pra dentro de política de governo. (...) Em 2002, nós elaboramos o programa Brasil sem racismo por dentro da coordenação do programa de governo. Eu fui a pessoa a representar os negros dentro dessa comissão do partido. E também teve o processo do governo de transição, que eu também fui a pessoa que foi responsabilizada pela coordenação desse processo: primeiro campanha, depois governo de transição. Então o PT encapou essas propostas vindas da sociedade, motivada pela Marcha de 1995, pela Conferência de Durban e todo o acúmulo histórico do movimento negro. Então, nós entendemos que o processo das ações afirmativas, e dentro dele as cotas, era o processo mais vigoroso naquele momento, e competia ao governo traduzir em ação para políticas públicas. E, aí, foi um diálogo bem caloroso e nem sempre com posições só favoráveis, foi um processo de convencimento por dentro do partido e, depois do presidente Lula ter tomado a posse, por dentro do governo. Tanto é que nós passamos três meses – após o presidente Lula ter tomado posse – negociando a existência e a estrutura dessa Secretaria. Durante três meses eu estive na condição de sociedade civil, só me tornei ministra em 21 de março de 2003. Então de janeiro

a março eu era sociedade civil e, depois, mudei de lado no balcão. Mas foi um processo de debate e negociação.”⁷⁴

A forma como Matilde Ribeiro apresenta o processo de criação da Secretária mostra que a existência desse órgão esteve em disputa e negociação. Se houvesse consenso entre os dirigentes partidário sobre a importância de um órgão como este, ele não teria que esperar três meses para ser criado, estaria no mapa de estruturação do governo.

Um certo tipo de tensão entre a militância negra petista e o governo recém formado se revela na fala de Martvs Chagas que era, na época, o Secretário Nacional de Combate ao Racismo do PT. Juntamente com Matilde Ribeiro, ele participou da formulação do programa de governo petista e foi da equipe do governo de transição. Nessa situação, se reproduz a experiência prévia da militância negra com partido. A lei 10.639/03 é interpretada, na fala de Martvs como um paliativo para acalmar os ânimos da militância negra, a princípio excluída do governo, conforme entrevista a Luiz Carlos Paixão Rocha (2006):

Particpei da equipe de transição do governo Fernando Henrique para o governo Lula. Até o dia 24 de dezembro de 2002, estava certa a criação de uma estrutura dentro do governo para tratar da questão racial. Fomos surpreendidos no dia 31 de dezembro, no anúncio dos ministérios, com a ausência da estrutura que reivindicávamos. Várias lideranças, em protesto, não foram na posse do Presidente. Na sequência fomos procurados pelo Ministro Luiz Ducci para discutir a criação da SEPPIR. Neste bojo, é assinada a Lei 10639/03. Havia necessidade de o governo demonstrar para a população negra, e principalmente para os militantes, compromisso com a questão racial. Ela não foi aprovada no Congresso, ela é um Decreto Lei (Martvs Chagas, Entrevista, apud Rocha, 2006, p. 68)

⁷⁴Entrevista realizada com a então secretária da SEPPIR (Secretaria Especial Para a Promoção da Igualdade Racial) Matilde Ribeiro, no dia 05/11/2007, no Hotel Pestana em São Paulo

Uma outra entrevistada, a então vereadora Claudete Alves, expõe as divergências e resistências que a posição sobre a política de cotas gerava entre a militância negra petista. Ela se identifica como fazendo parte de um grupo minoritário dentro do partido que se posicionava favoravelmente a essas políticas. Assim como Matilde Ribeiro, ela dissocia a incorporação da questão no governo do estágio de politização do tema no partido. Atribui a presença do tema no governo à sensibilidade de Lula, em razão de suas experiências pessoais, e à influência sobre ele de um setor da militância negra:

“(...) porque o Lula, obviamente, ele sempre foi muito sensível a todas as questões, mas ele é um ser humano não é possível dominar tudo: a questão do movimento do sem-terra, do trabalhador, política econômica mais as especificidades étnicas do país. Então ele falava muito bem, e sabia com muita propriedade falar, em relação ao preconceito ao povo nordestino, ao povo pobre, mas exigir dele um detalhamento, um conhecimento, dessa questão racial, do ponto de vista, por exemplo, do povo negro, não dava pra exigir. E o Lula era contaminado muito mais pelo discurso dos negros dentro do PT que estavam convencidos das políticas universalistas. E foi importante ele ouvir a mim, ouvir outras pessoas que o convencerem que as cotas eram necessárias. Que as cotas de reparação no Brasil não significava copiar o modelo norte-americano. (...) Então, eu acho que o Lula foi muito sensível, aliás, ele é muito sensível, e o importante foi que ele ouviu o outro lado do movimento. Não só dentro do PT, mas fora do PT e aí fez com que ele defendesse as cotas na Universidade.”⁷⁵

As resistências de parte da militância negra petista às políticas de ações afirmativas e de cotas derivam do caráter reformista e corretivo que cercam essas políticas. A direção que a politização da questão racial tomou a partir da segunda metade da década de 1990 e na virada do milênio, autonomizou a questão racial de um projeto de transformação social. A forma como foi inserida no debate político e traduzida para ação pública, permitiu que conservadores e

⁷⁵Entrevista realizada com a vereadora Claudete Alves no dia 08/10/2007, em seu gabinete na Câmara Municipal da cidade de São Paulo.

progressistas se aproximassem e desenvolvessem políticas e projetos nesse campo. Em outros termos, a questão racial se transformou na sociedade brasileira em um tema acima das clivagens ideológicas a despeito das polêmicas que as respostas concretas que estão sendo construídas nesse campo possam gerar. Mesmo as reações contrárias a essas políticas parecem estar acima dessas clivagens. As afinidades e oposições às políticas específicas para a população negra surgem, indistintamente, tanto de vozes identificadas com a esquerda⁷⁶ como com a direita. Ao se constituir dessa forma, esse momento possibilitou um maior trânsito da militância negra entre vários espaços políticos, tornando ainda mais difícil que a politização da questão racial seja associada a um campo político específico.

2.2 A conversão às políticas de ação afirmativa: o enfrentamento de um dilema

Tendo em vista essas questões, defendemos que o encaminhamento público que a questão racial começou a ter em 1995 e se concretizou em 2001 – quando da intensificação das demandas do movimento negro por ações afirmativas e por políticas de cotas – submeteu a militância negra

⁷⁶ Ver o dossiê: Racismo, cotas e lutas sociais na Revista Crítica Marxista, n.24, 2007. Nele o leitor descobre que ainda é possível encontrar no campo da esquerda o argumento de que as lutas identitárias dividem e fracionam a classe trabalhadora: “Para o gáudio do capital, a racialização fraciona o mundo do trabalho, dificultando a luta unitária por reivindicações substanciais possíveis de serem obtidas imediatamente. A proposta de identidade racial por sobre os interesses de classe apresenta como conquista a promoção de membros dos grupos étnicos, abandonando o combate da exploração pela redemocratização racial do privilégio.” (Maestri, 2007). Ou ainda: “As cotas, por uma via perversa, não abolem – apenas renovam e, assim reforçam – as várias modalidades do racismo contemporâneo, o qual se caracteriza por ter um tradicional fundamento de classe articulado a uma inédita justificativa ideológica pós-moderna. Apesar de muito sérias, estas não são as consequências mais graves do apoio às cotas por parte da esquerda. A pior consequência é o desarme ideológico das forças revolucionárias.” (Lessa, 2007, p.104). No entanto, no mesmo campo e mesmo dossiê é possível encontrar outras leituras igualmente identificadas com a esquerda: “A discussão das cotas abriu uma polêmica, alguns defendendo o princípio meritocrático, e outros defendendo políticas afirmativas. As cotas sociais e raciais no ensino superior ou nos concursos públicos são reformas que, sob o capitalismo, não poderão inverter a dinâmica decadente do capitalismo periférico. Mas, como o aumento do salário ou a estabilidade no emprego, a reforma agrária ou a vinculação de verbas no orçamento do Estado para a educação e a saúde pública, é uma reforma progressiva (...) Os marxistas insistem na centralidade da luta contra a exploração, mas não ignoram o racismo e o machismo. Reconhecem a legitimidade das lutas contra a opressão. O argumento dos que defendem a igualdade de oportunidades contra as cotas aceita o limite da igualdade burguesa.” (Arcary, Valério, 2007, p. 107)

petista a um dilema. Como legitimar o enfrentamento às desigualdades raciais na sociedade brasileira por meio da cidadania diferencialista, que alimenta as políticas de ação afirmativa, com o objetivo de criar uma elite ou burguesia negra, quando a politização da questão racial era vista como parte de uma luta contra as elites e a burguesia? E como, apesar disso, se opor a essas políticas, em uma sociedade tão racialmente hierarquizada como a brasileira, tendo em vista os aspectos simbólicos e culturais que se fazem presentes nas relações de poder e de dominação?

Esse dilema tem lugar em razão das características das ações afirmativas, ações com objetivos bastantes específicos que visam garantir o acesso de indivíduos negros nos espaços onde eles estão sub-representados e não se concretizam enquanto políticas de enfrentamento à pobreza. As políticas de ações afirmativas atingem grupos bastante reduzidos da população negra e não toda a população negra, majoritariamente, pobre. E, paradoxalmente, favorecem os negros mais capacitados que se deparam com a barreira racial em seu acesso aos espaços mais privilegiados da sociedade.

Por tudo isso, essa nova fase de enfrentamento das desigualdades raciais exigiu uma revisão, re-elaboração e ressignificação da perspectiva que tinha orientado a atuação de setores da militância negra ligados ao campo da esquerda. As políticas públicas especiais para a população negra – em sua concretização ampla como ação afirmativa ou específica como política de cotas – não questionam ou negam a forma como a sociedade capitalista se estrutura, ao contrário, se acomodam aos princípios que regem essa sociedade.

As ações afirmativas operam no nível da estratificação social e não da estrutura de classes. Mesmo que impliquem em uma visão coletiva do direito, uma vez que se direcionam a indivíduos pertencentes a grupos específicos: racial, étnico ou sexual, seu objetivo é minimizar os obstáculos

que impedem a alguns indivíduos, em razão de seu pertencimento grupal, obterem as recompensas resultantes de suas habilidades e serviços negociáveis no mercado. Em outros termos, as ações afirmativas não questionam as desigualdades inerentes à estrutura de classe, mas atuam nos aspectos que promovem os desvios do status de igualdade que cidadania deveria garantir. É por isso que para Guimarães (1999), as políticas de ações afirmativas são uma defesa da “desracialização, desetnização ou dessexualização de elites, e não num ataque a formação de elites” e preveem a formação de uma classe média ou burguesia negra:

Apesar de não parecer claro ao senso comum, o princípio da ação afirmativa encontra seu fundamento na reiteração do mérito individual e da igualdade de oportunidades como valores supremos: a desigualdade de tratamento no acesso aos bens e aos meios justifica-se, apenas, como forma de restituir a igualdade de oportunidades, e, por isso mesmo, deve ser temporária em sua utilização, restrita em seu escopo, e particular em seu âmbito [...] Já se vê, portanto, que a ação afirmativa surge como aprimoramento jurídico de uma sociedade cujas normas e *mores se* pautam pelo princípio da igualdade de oportunidades na competição entre indivíduos livres (...) (idem, p.181).

É em razão dessas características que a conversão de militantes negros socializados no campo da esquerda foi vivenciada na forma de um dilema. Defender políticas públicas específicas referenciadas à raça seria abrir mão de um projeto de transformação social? A revolução poderia ser ressignificada de forma que a conversão a essas políticas não significasse uma ruptura com o passado político? Ou seria necessário rever as posições políticas e teóricas de forma a adequar-se a fase atual de politização da questão racial? Essas são questões que aparecem nas entrevistas que realizei com os militantes negros que participaram da construção dos setoriais de combate ao racismo do PT e que podem ser encontradas também em alguns dos depoimentos coletados por Alberti & Pereira (2007).

Pode-se dizer que a ação, intervenção e diálogo da militância negra petista com o partido eram conduzidos pelo que Lívio Sansone (1998) chamou de universalismo guiado em sua oposição às políticas específicas para a população negra, sob o argumento de que a elaboração e eficiência dessas políticas dependem de grupos étnicos bem definidos. Na ausência desses grupos, na sociedade brasileira, ele propõe o universalismo guiado que “pressupõe medidas locais, regionais, para determinadas camadas sociais, intervir em algumas regiões, cidades, bairros ou no mercado de trabalho no quais se concentram a pobreza, o desespero e a injustiça. Quer dizer de forma quase automática, alcançar as grandes massas de negros sem, necessariamente, pressupor uma organização de base étnica” (1998, p.11, grifo meu).

São justamente esses princípios que norteavam a concepção de políticas especiais para a população negra entre os militantes petistas engajados com o combate ao racismo, que encontramos, por exemplo, na proposta dos negros petistas para o programa de governo do PT nas eleições presidenciais de 1989. Essa proposta foi elaborada por Hédio Silva Júnior com o objetivo de circular entre os militantes negros petistas para debates e acréscimos, podemos considerá-la, portanto, uma expressão da concepção da militância negra ligada ou organizada nos setoriais de negros e negras do partido. Assinalava-se a particularidade da população negra, mas as políticas eram pensadas segundo princípios de universalidade, como indicam os dois elementos que destacamos:

a) criar programas especiais de formação de mão de obra que privilegiem as periferias dos centros urbanos e setor rural; assegurar através de leis e fiscalização o combate ao racismo no trabalho;

b) criar programas especiais de alfabetização de jovens e adultos em especial nas periferias e setor rural; ampliar e melhorar a rede de ensino na cidade e no campo e assegurar que a

elaboração dos currículos escolares contemple e respeite as diferentes etnias que conformam a população brasileira.

Arremata o texto de proposta: “Não há dúvida quanto ao fato de que medidas como estas beneficiam negros e brancos, porém o seu impacto será maior, sem enganos, sobre os negros”⁷⁷.

Ambas as propostas, tanto da militância negra petista, quanto de Lívio Sansone, fazem uma aposta em políticas universais de combate à pobreza como forma de alterar as defasagens materiais experimentadas pela população negra. No entanto, a posição de Lívio Sansone (1998) já está inscrita nas disputas políticas e teóricas que marcariam o campo das relações raciais na segunda metade de década de 1990, enquanto a posição da militância reflete a compreensão da politização da questão racial dominante no movimento negro no final da década de 1980.

A predominância do universalismo guiado entre os militantes negros petistas foi detectada também quando eles foram indagados sobre a influência que a aprovação do percentual de 30% de cotas para mulheres na direção do partido no I Congresso em 1991 teria tido sobre a militância negra petista. A pergunta era se a experiência das mulheres teria levado a pensarem nesse caminho para a ampliação de espaços para os negros no partido:

“Não pensamos nisso não ... não pensamos. E mesmo porque, e daí? [...] No movimento negro, a gente sempre fez crítica a ausência de negros, nas várias instâncias, isto está no documento [documento da Comissão dos Negros do PT] mas nunca exigimos uma quantia x, 10%, que seja, não foi esse o nosso caminho.” (Milton Barbosa⁷⁸)

“Nós nunca fizemos essa discussão de cotas para negros. (...) Nós preferimos fazer esse embate direto com as direções. É claro que isso traz problemas, você tem menos negros nas direções, tanto nas nacionais, estaduais. Quando você pega nas eleições a nossa participação fica restrita. Mas foi uma opção, nos não fizemos ... nós, em um primeiro momento, nós,

⁷⁷ Subsecretaria Nacional de Negros do PT. Políticas sociais para a população negra no Plano Alternativo de Governo, 1989. (Documento cedido por Flávio Jorge Rodrigues da Silva)

⁷⁸ Entrevista realizada com Milton Barbosa no dia 18 de abril de 2008 em sua residência na zona oeste de São Paulo

quando as mulheres se estruturam dessa forma 30%, nós ... será que esse é o nosso caminho. Nós avaliamos que não. (Flávio Jorge⁷⁹)”

“Eu, digo a você com sinceridade, eu nunca me expressei, até porque eu nunca fui demandado, nunca houve ... pelas cotas, na minha militância, nem contra nem a favor até 1994, 1995 ... nem quando se discutiu, se consolidaram as cotas para mulheres no partido eu coloquei essa questão (...)” (Nilo Rosa⁸⁰)

“Essa discussão sempre aparece, sendo que nunca foi pra voto nesses momentos cruciais de definição, como congressos, nunca houve a apresentação de uma proposta acabada sobre a consideração de cotas para negros no partido. O que nós investimos foi na estruturação de espaços que é a Secretaria⁸¹, que existe até hoje, e também a estruturação das políticas.” (Matilde Ribeiro)

Essa posição da militância negra petista diante da deliberação de cotas para as mulheres reflete o estágio de organização do movimento negro brasileiro, que não tinha no começo da década de 1990 uma pauta em torno das ações afirmativas.

A conversão às políticas específicas para a população negra ocorreu quando de sua difusão na sociedade como ações afirmativas e exigiu o confronto com um certo tipo de identidade política construída no campo da esquerda. A militância negra petista viveu politicamente o que Nancy Fraser (2005b) elaborou, teoricamente, como o dilema entre corrigir ou transformar. Orientados politicamente por uma concepção de mundo que mirava as causas estruturais das desigualdades, a compreensão que tinham de políticas especiais visava os nichos de pobreza, considerados espaços da classe trabalhadora e entre ela os trabalhadores negros. Essa

⁷⁹ Entrevista realizada com Flávio Jorge Rodrigues da Silva no dia 06/11/2007 na Fundação Perseu Abramo.

⁸⁰ Entrevista realizada com Nilo Rosa no dia 1º de agosto 2008 em Goiânia no V COPENE (Congresso Nacional de Pesquisadores Negros)

⁸¹ Matilde Ribeiro refere-se aqui à Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT (SNCR) constituída em 1995 como um setorial do partido. Entrevista realizada com a então secretária da SEPPIR (Secretaria Especial Para a Promoção da Igualdade Racial) Matilde Ribeiro, no dia 05/11/2007, no Hotel Pestana em São Paulo.

concepção não se afinava com a orientação que está subentendida na política de ações afirmativas, pelo fato dessas iniciativas não atingirem o nível no qual a divisão do trabalho é racializada ou implicarem em impactos materiais diretos para os setores mais pobres da população, sejam brancos ou negros.

Esse dilema aparece de uma forma bastante intensa no depoimento de Hédio Silva Júnior CPDOC (Alberti & Pereira, 2007). Ele participou dos setoriais de combate ao racismo do PT e fez parte do Comitê responsável pela preparação da participação brasileira na Conferência de Durban, sendo o relator do documento que o Brasil levou à Conferência. Em relação a esse documento, Hédio Silva Júnior se expressa da seguinte maneira: “Quem ler o documento que o Brasil levou para a África do Sul vai ver que tem um monte de proposições. Mas a mídia destacou ‘cota na Universidade’. Para nós foi bom inclusive. Olhando com o olhar de hoje não foi tão ruim, foi bom” (Silva Júnior, Hédio, 2007, p.378, grifo meu).

Na sequência, evidencia as tensões, dramas e resistências dessa militância em relação à direção que a política de combate ao racismo ganhou com e após a Conferência de Durban:

Em muitas reuniões, o Hélio Santos era uma voz solitária a favor das ações afirmativas. Também o Carlos Medeiros, no Rio de Janeiro. Enfim, algumas figuras sacaram bem antes de nós que isso era importante. E depois eu fui me interessando por esse tema. Foi uma maturação muito lenta e também muito dolorosa. Porque em vários momentos estava em questão se a adesão a um tipo de reivindicação como esta significaria ou não uma rendição ideológica: nós que amávamos tanto a revolução, agora, estaríamos, digamos assim, contentes de partilhar o bolo sem a transformação social. Até que alguém disse que nós estávamos fazendo uma extraordinária transformação social das relações do cotidiano, das relações dos microespaços de poder. E a própria questão do empoderamento da população negra e a coisa mais altiva, mais ousada na política, nas relações intersubjetivas. Alguém precisou dizer que a gente estava fazendo a revolução, que cotas no Brasil é revolução. E a história está mostrando que é revolução. Possivelmente na República não houve um tema que tenha mobilizado tanta energia quanto a questão das cotas, a favor e contra. Então a

gente começou a pensar que era legal, que era uma revolução. Acho que isso é mesmo sinal de ruptura com um certo pensamento bastante ‘rastaquêra’ e bastante precário, mal sintetizado, que é a leitura que a esquerda propunha que nós fizéssemos da realidade brasileira. Então eu acho que a nossa geração deu passos, está dando passos, porque foi capaz de romper. Mas a ruptura foi dolorosa, custou caro pra muita gente.⁸² (idem, p.397).

A adesão às políticas de ações afirmativas como um enfrentamento ideológico com a trajetória militante anterior aparece também nas entrevistas que fiz com Milton Barbosa (Miltão) e Flávio Jorge (Flavinho). Ambos mostraram-se reticentes, resistentes ao revelarem suas posições pessoais diante dessas políticas tendo como referência um suposto perfil político-ideológico da elite negra norte-americana formada por meio dessas políticas. Flávio Jorge afirma que precisou ser convencido da legitimidade dessas políticas para se posicionar favoravelmente a elas:

“É... até por eu ter vindo de um agrupamento desse tipo, um agrupamento ligado a Convergência Socialista, num primeiro momento a gente rechaça essa discussão de cotas, com uma visão, que hoje eu considero equivocada, mas um pouco comparando à política de cotas nos EUA. A gente compreendia que nos EUA nós criamos uma elite negra cujas figuras estão aí até hoje, eles já vêm lá de trás. Então isso era muito... como a gente tinha

⁸² Hédio Silva Júnior tem um histórico de engajamento intenso no campo do combate ao racismo, a partir de sua atuação nos setoriais de combate ao racismo do PT e de sua ligação com o movimento sindical e 1991 com a criação da ONG CEERT. Em 1988 fez parte da Comissão do Centenário, formada por militantes negros petistas e foi uma das vozes críticas ao tratamento dispensado pelo PT à questão racial (ver capítulo I). A partir de 1990 não se filia mais ao PT, mas continua apoiando os candidatos petistas (Dep. Fed. Vicentinho, Vereadora Claudete Alves, Dep. Est. Tiãozinho) e continua a ser identificado politicamente no campo do combate ao racismo como petista. Em 2005 foi convidado pelo Gov. Geraldo Alckmin a assumir a Secretaria de Justiça do estado de São Paulo. Em 2006 foi candidato a deputado federal pelo PFL, atual DEM, conforme informações prestadas na entrevista que me concedeu por e-mail. Em entrevista à Revista Isto é em 2005, justifica a sua indicação para Secretário da Justiça como uma estratégia de aproximação do governo Alckmin dos movimentos sociais. Nessa mesma entrevista, Hédio Silva Júnior diz que entende que houve alterações na relação entre os movimentos sociais e os partidos. “Durante muito tempo, essa idéia de movimento social no Brasil estava vinculada à esquerda. Hoje, esse quadro pode estar sofrendo alterações. A Associação da Parada Gay de São Paulo, por exemplo, não tem explicitamente uma inclinação para esse ou aquele lado do espectro político. É possível que a esquerda tenha perdido uma certa hegemonia que deteve durante muito tempo em algumas formas de organização social. O próprio movimento negro não traz mais o selo partidário de 20 anos atrás. Naquela época, seria uma heresia admitir um vínculo com um partido tido como liberal ou mesmo conservador. Hoje, é absolutamente normal que isso aconteça.” Disponível em <http://www.terra.com.br/istoe/1876/1876_vermelhas_01.htm>. Acesso em: 11 mar. 2008.

uma visão dita internacionalista, você fazia uma ponte com o que ocorreria no movimento negro americano, principalmente. E nós discordávamos de você importar uma política do movimento negro americanos pra cá. Com o tempo eu fui sendo convencido, e não só eu como quase toda a nossa geração, de que a política de cotas ela é necessária no Brasil, dado o grau de desigualdade que você tem, principalmente na educação. Mas foi, foi um processo, tenho que ser honesto em falar isso. Num primeiro momento a gente não concorda com a política de cotas.”

Em seu depoimento ao CPDOC (Alberti & Pereira, 2007), Flávio Jorge expõe a preocupação com o caráter individualista dessas políticas: “ Se ela não for acompanhada de um processo de formação política muito grande – e aí a ação do movimento negro é fundamental -, a gente pode construir uma elite política no país, mas uma elite política individualizada” (p. 409).

A negatividade da experiência norte-americana é ressaltada também na fala de Milton Barbosa, quando afirma que ainda guarda desconfianças em relação a essas políticas: “A opção das cotas ... eu, particularmente, ando muito cabreiro com as cotas, entendeu?” Milton Barbosa justifica essa posição tendo em vista que o resultado dessas políticas nos EUA foi a formação de uma elite negra acomodada ao *stablishment* norte-americano. Se ele não se opõe publicamente a elas é por entender que essas políticas têm desempenhado a função de promover o debate na sociedade e de acordo com suas próprias palavras “tirar os racistas do armário”:

“Mas aqui no Brasil, você tem que de fato partir de alguma coisa pra estar alterando essa realidade extremamente desigual que quase 100% das cotas são dos brancos, em tudo na universidade, no trabalho (...) lógico que levando em conta o salário, o grau de insalubridade, aquelas coisas todas. Aquele trabalho, muito pesado, mal remunerado ... Então, o que gente percebeu também é que os racistas saíram do armário aqui e começaram a atacar as cotas. Os racistas, porque eles querem os privilégios, eles querem o privilégio pra

eles de 100%. Então, não tem como você, a gente tem que defender cotas. Mas nós [MNU] somos por reparações⁸³. Na verdade é uma discussão que a gente tem.”

Os resultados negativos da política de cotas são nomeados em alguns desses depoimentos em frases como “o risco de criação de um Colin Powell ou de uma Condeleezza Rice”. A ideia de que a política de cotas pode favorecer a um grupo de pessoas que não tem compromisso com nada a não ser com a ascensão social, se repete nos depoimentos daqueles que foram convencidos ou daqueles que ainda guardam desconfianças em relação à legitimidade dessas propostas.

As representações dos Estados Unidos têm ocupado um lugar especial nas disputas sobre as relações raciais no Brasil, seja entre a militância, influenciando posições políticas, seja no debate teórico quando se trata de definir a validade ou não do conceito social de raça. A influência da experiência norte-americana como um balizador, ora positivo, ora negativo das políticas de ações afirmativas resulta da cristalização da concepção de que o modelo de política racial brasileiro – a democracia racial – se construiu em oposição ao modelo norte-americano, caracterizado pela separação e identificação racial dos indivíduos. Para os que defendem essas políticas, o lado positivo do modelo americano foi ter gerado um contexto de solidariedade racial e de organização política orientada pela identidade grupal e como resultado dessa organização a implementação de políticas especiais para a população negra.

Para os que se opõem às políticas de ações afirmativas, falar em políticas específicas para a população negra no Brasil trata-se de mera importação da experiência norte-americana para

⁸³ O conceito de reparação utilizado no campo do combate ao racismo no Brasil carece de definições, alguns entendem que a reparação deve ser feita por meio de indenizações econômicas. Na Conferência de Durban a reivindicação permeada pela ideia de reparações pressupunha perdão de dívidas externas dos países africanos com os países europeus em razão da colonização e do tráfico de escravos.

uma realidade que se constituiu por meio de outros princípios. A radicalização dessa concepção chega a apontar o debate brasileiro contemporâneo sobre as relações raciais como um projeto das instituições e de intelectuais norte-americanos visando a racialização das relações sociais na sociedade brasileira.⁸⁴

No caso da posição da militância negra petista, a influência dos Estados Unidos está relacionada também à representação que se tem desse país no campo da esquerda. A oposição ao Estados Unidos é um elemento constitutivo do imaginário da esquerda latino-americana. Por isso, para alguns dos militantes negros, uma política identificada com esse país é avaliada por meio dos valores geralmente associados à sociedade norte-americana: individualismo, competitividade, consumismo, etc.

Para outros militantes, a direção que a política de combate ao racismo ganhou no Brasil exige uma revisão das bases teóricas que alimentaram a formação do movimento negro contemporâneo. É essa a perspectiva que está presente no depoimento de Nilo Rosa, ao referir-se ao Movimento Negro Unificado. Ele próprio, em um momento da entrevista, diz que hoje ele não é mais revolucionário, que a defesa que faz das políticas de cotas é reformista, mas aponta isso como algo positivo, a necessidade de ver outros caminhos:

⁸⁴ Sobre as disputas teóricas em torno das relações raciais na sociedade brasileira ver BOURDIEU, Pierre ; WACQUANT, Loïc. Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, nº 1, 2002. O artigo de Bourdieu e Wacquant, originalmente publicado na Revista Francesa *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, em 1998, é uma crítica ao livro de Hanchard *Orpheus and Powuer* (1994), que trata do movimento negro no Rio de Janeiro e em São Paulo. Hanchard é acusado pelos atores franceses de transformar conceitos particulares à realidade norte-americana em universais ao aplicar as categorias raciais norte-americanas para explicar as relações raciais no Brasil. Mais do que isso, enquadram as reflexões de Hanchard em projeto de influência intelectual norte-americana, denominado por eles de imperialismo cultural ou intrusão etnocêntrica. Ver os desdobramentos desse debate nesse número dos *Estudos Afro-Asiáticos* que conta com a contribuição de importantes especialistas em Brasil e relações raciais com o objetivo de debater as questões apresentadas no artigo de Bourdieu e Wacquant e uma resposta de Hanchard (2002).

“Eu me lembro como se fosse hoje um dia que eu perguntei a Luis Alberto⁸⁵ o que ele achava das cotas, das ações afirmativas. Eu perguntei, ele desconversou, disse que era contra, disse que era um negócio complicado, ele desconversou. O MNU nunca colocou, isso tem que ser bem claro, pra ninguém depois dizer que é o pai das cotas, nunca colocou claramente cotas para negro na universidade. Por um motivo muito simples, a base teórica do Movimento Negro Unificado é uma base marxista. É uma base marxista. Então se é uma base marxista acredita em classe, né? Eu não sei como a gente convive com isso, mas essa é a verdade. Ou assume essa realidade e passa a discutir outros paradigmas teóricos ou a gente vai ficar fingindo que está fazendo política.”⁸⁶

Apesar de as ações afirmativas significarem uma inflexão na direção construída por aqueles setores da militância negra influenciados pela perspectiva de transformação da sociedade, a aceitação dessas políticas, também por esses segmentos, se faz a partir do entendimento que o sexo, a raça/etnia “são construções sociais, usadas, precisamente, para monopolizar recursos coletivos” (Guimarães, 1999, p.158) e que a quebra desse monopólio, por meio de políticas públicas específicas, é legítima. É essa ideia que encontramos na posição de Benedita da Silva – e que está também na visão de Milton Barbosa que foi relatada acima:

Para finalizar, com relação à questão de cotas, reparações e ações afirmativas, temos de garantir o debate com a sociedade, e não podemos manipular seu pensamento majoritário. Acho que enriquecemos o debate e crescemos com ele, pois somos capazes de defender nosso ponto de vista na sociedade. E a sociedade discute cotas sim; discute reparações e ações afirmativas, que chamo de ação de inclusão e de equidade. Não é possível que o Partido dos Trabalhadores não faça verdadeiramente essa discussão, sob pena de termos um encaminhamento, uma diretriz política que não tenha absolutamente nada a ver com o Estado que queremos. Quero ver se com Lula governando este país não teremos ações afirmativas.

⁸⁵ Nilo Rosa faz referência ao deputado federal pelo PT e militante do MNU da Bahia, Luiz Alberto Silva dos Santos, deputado federal (2007-2011) licenciado para exercer o cargo o cargo de Secretário de Promoção da Igualdade do Estado da Bahia, de 6 de fevereiro de 2007 a 11 de agosto de 2008. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/internet/deputados/biodeputado/index.html?nome=LUIZ+ALBERTO&leg=53>>. Acesso em: 09 nov.2008.

⁸⁶ Entrevista realizada no dia 1º de agosto 2008 em Goiânia no V COPENE (Congresso Nacional de Pesquisadores Negros).

Enquanto não construirmos esse tal socialismo, que tanto esperamos, e queremos, temos de construir algo que dê condição ao trabalhador negro, à trabalhadora negra, de pensar que podem, sim, e que têm sim, direitos. E para isso é preciso implementarmos políticas com viés de corte racial. Por isso as políticas públicas que defendo têm esse recorte (Silva, 2005, p.55).

A militância negra foi levada pela conjuntura a ter que definir um posicionamento diante das políticas afirmativas e de cotas. Como efeito da inserção da proposta de cotas no documento que o Comitê brasileiro levou a Durban e da cobertura que imprensa conferiu ao tema nos meses que precederam a Conferência, alguns projetos de leis começaram a ser votados e sancionados tendo como objeto cotas para negros nas universidades públicas. Em novembro de 2001, Antony Garotinho, então governador do Rio de Janeiro, sancionou a lei 3708/01 de autoria do deputado José Amorim do Partido Progressista (PP), aprovada por unanimidade pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro em outubro de 2001. O projeto de lei de Amorim estabelecia cota mínima de 40% para estudantes negros e pardos nos cursos de graduação da UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) e da UENF (Universidade Estadual Norte Fluminense). Em sua dissertação de mestrado Michelle Peria (2004) descreve, com riqueza de detalhes, o processo de aprovação dessa lei, proposta por um político sem histórico de ligação com as organizações do movimento social negro e, surpreendentemente, acolhida unanimemente pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e, um mês depois, sancionada pelo governador Antony Garotinho. Junto com ela, Garotinho sancionou outra lei, a 3.524, que reservava 50% das vagas da UERJ e da UENF para estudantes oriundos da escola pública. Ambas foram aplicadas no vestibular de 2003⁸⁷.

⁸⁷ Em 2003, diante das reações às reservas de vagas, expressas nos números de liminares judiciais contra as Universidades, especialmente a UERJ, representantes do governo propuseram um debate com algumas organizações

Em 2002, foi a vez de a UNeB (Universidade Estadual da Bahia) estabelecer a cota mínima de 40% para a população afrodescendente, oriunda das escolas públicas, nos cursos de graduação e pós-graduação. Apesar das polêmicas que essas ações provocaram, o estabelecimento de uma cota para negros nas universidades públicas começou também a ser debatido pelas universidades federais.

Também em 2002 o Senado recuperou o projeto de Lei nº 650/1999, originalmente do senador José Sarney, que institui cota mínima de 20% para os afro-brasileiros nos serviços públicos e nos cursos de nível superior⁸⁸, que tramita como PL 6912/2002. Essa proposta estava em sintonia com outro projeto, nº 3.198, apresentado em junho de 2000 pelo então deputado, hoje senador, Paulo Paim do PT do Rio Grande do Sul. O projeto de Paim institui o Estatuto da Igualdade Racial em defesa dos que sofrem preconceito ou discriminação em função de sua etnia, raça, e/ou cor, e também conta com a proposição de cotas para negros na educação, serviços públicos e mercado de trabalho. Em 2002, ambos os projetos foram apensados para tramitarem em conjunto.

Esses são alguns exemplos de ações que passaram a ser propostas e debatidas, e algumas implementadas pelo poder público nas esferas nacionais, estaduais e municipais e tiveram como consequência levar o tema das ações afirmativas e das cotas para a disputa na sociedade. Essa

do movimento negro e representantes das universidades implicadas para o aperfeiçoamento da lei de cotas. Desse processo resultou a lei n. 4161/03 que se caracteriza pela diminuição percentual de cotas e uma substituição dos termos negros e pardos para afrodescendentes. Além de uma ênfase no critério econômico, inexistente no projeto anterior. Ver Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão da UERJ. Acesso à universidade por meio de ações afirmativas (2004). Disponível em: <http://lpp-uerj.net/olped/documentos/0824.pdf>.> Acesso: 14 de jan. 2009.

⁸⁸ Ver Rosana Heringer. Ação Afirmativa, estratégias pós-Durban. Observatório da Cidadania, 2002. Disponível em: < http://www.socialwatch.org/es/informeImpreso/pdfs/panorbrasileirob2002_bra.pdf >. Acesso: 18 de jan. 2009. Nesse artigo Heringer (2002) apresenta um quadro com várias iniciativas e propostas de ações afirmativas, nas três esferas do poder público e nas diversas instâncias do poder federal, entre as quais se sobressai a política de cotas.

realidade conferiu legitimidade à noção de cidadania diferencialista que estava no cerne das demandas por ações afirmativas e forçou a adesão pública da militância negra a essas políticas.

Apesar da rapidez com que o debate sobre ações afirmativas publicizou-se, a demanda por essas políticas não resultou de um projeto político do movimento negro. Ela foi sendo pontuada em situações particulares, por um ou outro militante, aparecendo em uma ou outra ação dos ministérios, em uma ou outra proposta política, sem que representasse um consenso no movimento negro, sem que ele estivesse organizado em torno de sua implementação.

Um exemplo disso é a dificuldade que encontramos nos discursos da militância em precisar a gênese desse salto do movimento negro brasileiro das políticas públicas diferencialistas para a política de cotas em especial: quem propôs, quando, respaldado em quê, ou mesmo, quando, individualmente eles passam a defender essas políticas. Elas parecem ter se constituído em uma modalidade de política pública sem que houvesse uma organização do movimento em prol delas. Nessa situação, o debate público, as polêmicas, as primeiras iniciativas e o processo de conversão a elas ocorreram simultaneamente, a partir da popularização dessas políticas. Considerando a trajetória de politização da questão racial na sociedade brasileira, não havia expectativa por parte da militância negra de que a distância entre a proposição de cotas no documento de Durban em 2001 e a implementação dessas políticas fosse tão curta.

A rapidez com que essas políticas foram acontecendo apresentou novos desafios para a militância negra, o que Hédio Silva Júnior (2007) sintetiza ao afirmar que a

(...) luta contra o racismo no Brasil andou mais rápido do que a organização (...) A proposta de ação afirmativa, por exemplo, não resultou de nenhum planejamento adrede, calculado, planejado e tal. A gente ousou propor e, um conjunto de fatores contribuiu para que isso emplacasse. Mas não é razoável que luta ande mais rápido do que a organização. Você tem que ter uma organização capaz de gerir, digamos assim, esse novo momento, que é um

momento absolutamente rico, em que nunca se discutiu tanto o tema do racismo. Mesmo a mais conservadora das instituições, ou a mais conservadora das três esferas de poder, que é o Judiciário, está tendo que debruçar sobre isso (p.453).

Resta esclarecer que a conversão da militância negra petista às ações afirmativas por meio da aceitação da perspectiva de cidadania diferencialista não se contrapõe ao universalismo guiado que alimentava o entendimento dessa militância do que deveriam ser as políticas especiais para a população negra e que estava difundido pelas organizações do movimento social negro. Não se trata de uma escolha entre o universal e o particular. A proposição de ações afirmativas está associada às demandas por ampliação e intensificação de políticas universalistas, mesmo que as disputas em torno das relações raciais na sociedade brasileira tendam a ofuscar essa dimensão. Talvez seja necessário, em algum momento, nos determos sobre os significados desse silêncio.

Se voltarmos ao documento que o movimento negro entregou ao presidente Fernando Henrique Cardoso em 1995, veremos que as propostas são bastante amplas e guiam-se também pelo princípio de universalidade. Entre as propostas para a educação o movimento reivindica, por exemplo, a “recuperação, fortalecimento e ampliação da escola pública, gratuita e de boa qualidade; desenvolvimento de programa educacional de emergência para a eliminação do analfabetismo; concessão de bolsas remuneradas para adolescentes negros de baixa renda para o acesso e conclusão do primeiro e segundo graus”⁸⁹. Assim como são diversas as propostas contra a discriminação e a intolerância que o Brasil levou a Durban⁹⁰.

⁸⁹ Documento apresentado ao Sr. Presidente da República do Brasil, em 20 de novembro de 1995, fruto da Marcha Zumbi dos Palmares, contra o racismo, pela cidadania e pela vida. Disponível em: <http://www.ileliagonzalez.org.br/material/Marcha_Zumbi_1995_divulgacaoUNEGRO-RS.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2009.

⁹⁰ Cf. Plano Nacional de Combate ao Racismo e a Intolerância. Carta do Rio. Rio de Janeiro, 8 de julho de 2001. Disponível em: <<http://lpp-uerj.net/olped/documentos/ppcor/0212.pdf>>. Acesso em: 18 de mai. 2008.

As políticas de ações afirmativas e a políticas de cotas são elementos constitutivos de uma proposta que tem várias dimensões e visam diferentes caminhos para eliminar os processos de subordinação aos quais estão submetidos a população negra.

A dimensão crítica das políticas específicas reside no fato de elas problematizarem a visão de igualdade presente na concepção liberal clássica, que confunde igualdade com homogeneidade e de desvelarem os vínculos existentes entre universalidade e branquitude. Apesar da aparência de neutralidade que encobre o universal, nós sabemos que ele é produto de configurações históricas que favoreceram determinados grupos que se constituíram enquanto dominantes, universais, neutros.

As análises da realidade, por meio de dados estatísticos, mostram que apesar das políticas públicas universais na área da educação saúde, emprego, habitação, a população negra mantém um déficit em relação a esses direitos quando comparada com a população branca. Os dados estatísticos que passaram a ser produzidos e analisados visando a detectar o grau de desigualdade racial existente na sociedade têm tido cada vez mais um papel legitimador das políticas diferencialistas em razão de mostrarem que existem aspectos na interação social que funcionam como um obstáculo à vivência da universalidade.

O desnudamento dessa realidade tem favorecido a legitimação dessas políticas entre os setores da militância negra de esquerda, assim como em outros espaços da sociedade, também em razão de ganharem visibilidade no contexto de refluxo dos projetos de transformação da sociedade, que já não conseguem ter ressonância junto à maioria da população, seja ela branca ou negra. Essa realidade tornou a articulação entre raça e classe como estratégia para a politização

da questão racial muito débil politicamente e, portanto, incapaz de produzir resultados concretos para a população negra.

No entanto, se ainda é possível encontrar resistências ou oscilações entre alguns militantes em relação a essas políticas, quando são chamados a definir um posicionamento público ou a militar em prol delas, não é só a trajetória passada que está em questão, mas também a compreensão dos limites dessa abertura do Estado e da sociedade brasileira para a diferença em um momento de ameaças aos benefícios universais que favorecem a maioria da população negra, majoritariamente pobre.

A bandeira da diferença tem sido utilizada pelo movimento negro como uma estratégia política que tem como meta a ampliação da cidadania e a constituição de uma cultura de direitos na sociedade brasileira. No entanto, a conjuntura na qual isso ganha relevo mostra que os significados da cidadania e da própria política da diferença só podem ser definidos no campo da luta política. Uma vez que o projeto de ampliação dos direitos tem se debatido na sociedade contemporânea com o projeto neoliberal, caracterizado pela política de regressão de direitos, sustentado em uma visão de cidadania contrária àquela construída pelos movimentos sociais, que na prática implica regressão dos direitos já conquistados. A incorporação da diferença à cidadania e a sua institucionalização tem como pano de fundo a restrição da ampliação da cidadania o que Gurza Lavalle (2003) denomina de ironia histórica: “o reconhecimento da diferença, porém, sem equidade”.

Esse contexto justifica a apreensão de parte da militância sobre a possibilidade de surgimento de uma elite, classe média ou burguesia negra sem solidariedade racial com a população negra pobre e sem compromissos políticos com a ampliação da igualdade. Outro

elemento que aparece no dilema vivido pela militância e que está relacionado a essa conjuntura é o fato dessas políticas se desenvolverem em um momento de refluxo dos movimentos sociais. Embora se fale em entidades e organizações do movimento negro, o campo do combate ao racismo e às desigualdades raciais tem sido marcado pela ação e intervenção mais de militantes e menos de organizações e entidades. Nos relatos e depoimentos, são pessoas e não organizações que são citadas como intervindo nos processos políticos. O que nos coloca diante das contradições do momento atual, apesar de ser um momento ímpar na história do movimento negro brasileiro e do debate sobre as relações raciais, isso não se traduz em processos de mobilizações amplas orientados pela identidade e solidariedade racial, e no fortalecimento das organizações do movimento negro. Ao contrário, estamos diante de um campo marcado por uma intensa fragmentação, no qual as ONGs ganham cada vez mais espaço como interlocutoras privilegiadas junto aos poderes públicos.

No entanto, o fato de essas políticas terem um alcance restrito não as invalida. É verdade que elas não têm efeitos diretos sobre os processos de subordinação econômica da grande maioria da população negra e pobre e não atingem as raízes da divisão racial do trabalho. Além de acontecerem em um momento crítico dos processos de mobilização política. Todavia, elas beneficiam também esses setores da população quando incidem sobre o autoritarismo social característico das relações sociais na sociedade brasileira. Os ganhos dessas políticas para toda a população negra, e não somente para os grupos que delas se beneficiam, advêm das alterações que provocam no modelo de representação cultural dominante. Ao produzirem uma sociedade mais plural nos vários espaços de interação social e não somente naqueles onde está concentrada a pobreza, ao colocarem essa mesma sociedade diante de suas diversas fontes de desigualdades,

essas políticas contribuem para o enriquecimento dos valores democráticos e para o reconhecimento do outro enquanto sujeito de direitos, não só em uma perspectiva do alcance das alterações legais, definidas pelo Estado, mas também na sociedade.

Está em andamento na sociedade brasileira o questionamento da concepção autoritária pautada na ideia de lugar social do negro, que redefinido pelo mito da democracia racial, restringi-se a espaços culturais bem específicos: o futebol, a música, a capoeira, a malandragem e na dimensão econômica aos espaços mais subalternizados e de pior remuneração. Se aceitarmos que a cultura é também fonte de dominação, essas políticas, ao problematizarem os modelos de representação cultural dominantes e desnudarem as relações de poder que eles escondem, tendem a beneficiar toda a população, pois inserem novos significados culturais nas práticas sociais cotidianas.

Não é incoerente apontar os seus avanços e ao mesmo tempo admitir que esse reconhecimento não basta para a população negra, porque não se trata de uma minoria. O compromisso com políticas específicas para a população negra e de sua valorização cultural, em uma perspectiva de radicalização da democracia deve estar combinado com políticas de combate à pobreza e de promoção do bem estar social. Caso contrário, corre-se mesmo o risco de criar no interior da população negra uma fragmentação entre uma elite com acesso ao conteúdo da vida civilizada, para voltarmos a Marshall, e a grande maioria da população negra, que, submetida a processos de exclusão cada vez mais severos, pode ficar a mercê da solidariedade neoliberal que visa somente aos mais pobres entre os pobres.

Considerações finais

Ao explorarmos a presença e a politização da questão racial no e pelo Partido dos Trabalhadores, nos vimos diante da necessidade de fazer uma discussão sobre a trajetória do debate nacional sobre a questão racial por meio de alguns momentos-chaves: o Centenário da Abolição em 1988, a Marcha a Brasília em 1995 e a Conferência de Durban em 2001, cruzando esse momento com as alterações no projeto político petista, e a ação, intervenção e concepção política da militância negra no PT.

A visibilidade nacional da questão racial no Brasil tem dependido, grandemente, desses momentos conjunturais. Eles têm sido capazes de reunir as organizações do movimento social negro, apesar das divergências, em torno de alguns consensos geradores de novos significados na cultura política dominante.

Apesar de a nossa reflexão ter como ponto de partida a análise da trajetória do debate racial no PT, em alguns momentos foi preciso alargar o campo de análise para outros atores e espaços também implicados na trajetória da politização da questão racial no Brasil, com os quais o partido estava em disputa política e alguns setores do movimento negro em diálogo.

Constatamos pelas nossas análises uma dificuldade do PT em incorporar o tema da questão racial como parte de seus projetos políticos tanto na década de 1980 quanto na década de 1990. Chamamos de incorporação e politização o processo pelo qual alguns temas são considerados como próprios, inerentes e fundamentais à estratégia partidária, sendo passíveis de debate e objetos de proposições e elaborações de políticas.

Parte dessa dificuldade é atribuída ao comportamento político partidário diante das lutas sociais que, na década de 1980, eram classificadas em lutas contra a opressão e lutas contra a

exploração. O partido ao privilegiar essa última elegia como seus principais interlocutores as forças políticas identificadas com esse princípio. É recorrente nos documentos internos ao partido a queixa, por parte dos grupos com ligação com os movimentos sociais, de que o PT priorizava em sua organização as lutas sindicais em detrimento de outros movimentos.

No entanto, a dificuldade do PT em lidar com a especificidade da temática racial não pode ser atribuída tão somente à tendência a secundarizar as lutas específicas. Vimos no decorrer do texto que a questão de gênero encontrou espaços no projeto político petista já na década de 1980, quando o partido guiava-se pela centralidade da lutas de classes. E no começo da década de 1990, quando o partido passa a priorizar em sua concepção política a cidadania, tendo em vista um projeto de radicalização da democracia, o setorial de mulheres conseguiu aprovar a cota de 30% para as mulheres na direção partidária. Isso ocorreu não somente por causa das mudanças no projeto partidário, que estavam em processo, mas, sobretudo, em razão do acúmulo político do movimento de mulheres/feministas que refletia no setorial dedicado à questão de gênero no partido.

Além disso, são significativamente diferentes as avaliações sobre o partido realizadas pelas militantes ligadas ao setorial de mulheres e as realizadas pelos militantes negros ligados aos setoriais de combate ao racismo. Mesmo que seja possível encontrar nos materiais produzidos pelo setorial de mulheres críticas que apontem os limites do partido e os pontos nos quais ele poderia avançar em sua posição política frente às questões que tocam as mulheres, há uma tendência a avaliá-lo positivamente enquanto espaço de politização dos interesses específicos desse grupo social. Ao contrário, o que caracteriza o discurso da militância negra petista sobre o PT é a crítica ao pouco avanço do partido em direção à politização da questão racial, à

indiferença dos dirigentes partidários em relação ao tema e à subalternização dos militantes negros nas relações cotidianas do partido. Diante dessa realidade, poderíamos nos perguntar se as avaliações da militância negra são mais condescendentes quando se trata de outras organizações partidárias. E a resposta é negativa. Se fôssemos inventariar a posição dessa militância sobre as organizações partidárias, tal qual ela aparece em suas organizações específicas ou na imprensa nos depararíamos com objeções semelhantes também aos demais partidos. Assim como vamos encontrar uma apreciação desfavorável às organizações que antecederam o PT na cultura política de esquerda e à tradição intelectual que se formou nesse campo, por terem se calado sobre o papel da raça nos processos de dominação.

No entanto, o PT não é qualquer partido, ele emergiu na cultura política brasileira sob o signo da novidade, da originalidade, da diferença, como tributário das organizações de esquerda que surgiram e se fragmentaram durante a ditadura militar e ao mesmo tempo como a expressão partidária da força da sociedade civil – então identificada com os novos movimentos sociais. Como o espaço de todos os excluídos da arena política, era também cortejado pela intelectualidade progressista brasileira.

Foi, em parte, por essas características – presentes em sua origem – que o escolhemos como o lugar de análise da politização da questão racial fora dos espaços que se convencionou chamar de movimento negro. Também foram essas as características que seduziram e produziram uma identificação entre o partido e vários dos movimentos que estavam entrando em cena no processo de abertura política, entre eles o movimento de mulheres/feministas e o movimento negro. Outros partidos, nesse momento, também conseguiram atrair um setor da militância negra vinculada ao movimento social. Contudo, a ligação com outros partidos dependia, sobretudo, de

vínculos individuais com líderes partidários que apresentavam uma maior sensibilidade à questão racial: a exemplo de Leonel Brizola (PDT) e Fernando Henrique Cardoso (PMDB).

A identificação de um setor da militância negra com o PT não dependia de vínculos individuais, mesmo porque o partido estava em fase de consolidação e a sua sobrevivência como força política permaneceu uma incógnita até a primeira metade da década de 1980, como nos apresenta Margaret Keck (1991). A fragilidade política do partido, nesse período, também aparece nos relatos da militância. É possível encontrar nas entrevistas narrativas sobre as dificuldades estruturais do partido nos primeiros anos da década de 1980 no sentido de apontar como isso moldava um tipo de relação entre o partido e a militância de base. O partido dependia do militante de base tanto para a realização da propaganda política, como para gerar recursos financeiros, por meio da venda de produtos diversos.

A militância negra que escolheu o PT como uma expressão partidária de seus interesses políticos gerais e específicos o fez em razão de identificar-se com o projeto político de um Partido dos Trabalhadores e pelo o que ele representava em termos de contestação à ordem e de ruptura com a tradição política brasileira. Apesar do número reduzido de entrevistas que foram realizadas, as informações obtidas com esses relatos, mais o acesso a entrevistas e depoimentos em outros espaços e o contato com os documentos, apontam para uma identificação política entre um setor bastante significativo da militância negra, organizada nas entidades do movimento negro, com os princípios que guiaram o surgimento do PT. Essa identificação foi produzida por meio da emergência de mulheres e homens negros nos espaços que estariam nas bases de formação do PT: a participação no movimento sindical, o envolvimento com o movimento

estudantil, a experiência em organizações de esquerda, o intercâmbio com os movimentos sociais diversos que estavam politizando as relações do cotidiano.

Se em alguns momentos a nossa ênfase – quando tratávamos da década de 1980 – recaiu sobre o MNU é em razão dessa organização ser portadora de uma proposta de unificação da luta contra o mito da democracia racial e a invisibilidade da raça nos processos de interação social por meio da constituição e fortalecimento da identidade racial que era ímpar na história organizativa do negro no Brasil. A sua contestação assumiu um caráter contra-hegemônico à concepção dominante sobre as relações raciais no Brasil, mas também à ordem vigente. Em razão do seu significado simbólico, que advém das circunstâncias históricas em que se formou, o MNU influenciou e motivou o surgimento de várias outras entidades negras no Brasil e continua a ser uma referência política no campo do movimento social negro. Vários dos militantes negros que iniciaram sua trajetória política no contexto da abertura política e que hoje atuam em outras organizações foram ou flertaram com o MNU.

Apesar de ser possível afirmar que tanto o MNU como o PT e os militantes negros, que priorizaram a sua militância apenas no partido, fizessem parte de um mesmo campo político e que isso tenha possibilitado ao partido atrair para si setores amplos dessa militância, seja como filiados ou militantes de base, a relação da militância negra com o partido é caracterizada por um duplo movimento: de atração e tensão.

Ao mesmo tempo em que nos deparamos com uma visão negativa do partido nos documentos do setorial de combate ao racismo, em razão dele se mostrar indiferente ao papel desempenhado pela raça nos processos de dominação, é possível encontrar nas entrevistas relatos como o de Nilo Rosa que afirmam que o MNU não queria que se aprovasse uma Secretaria de

negros no PT de Salvador, porque o MNU “não queria que aquela discussão fosse feita dentro do partido”. Essa tensão é revelada também na fala de Edson Cardoso quando diz que seus laços com o MNU de Brasília se esmaeceram em razão de seus vínculos com o PT do Distrito Federal.

Esses são exemplos isolados e servem tão somente para ilustrar o grau de complexidade que envolvia a relação da militância negra com o partido, assim como da militância negra entre si e suas entidades. Somente poderiam ser generalizados por meio de uma investigação a partir das organizações do movimento negro, que problematize os vínculos que elas procuraram manter com as demais organizações políticas e o papel atribuído a elas em suas estratégias de politização da questão racial. Ademais é preciso lembrar que homogeneidade não combina com política, também as organizações do movimento negro – assim como o PT – são cortadas por divergências que geram posições plurais com consequências para a prática política.

Não obstante, podemos afirmar que a autonomia política era um valor bastante caro ao movimento negro. Foi por se sentirem feridos em sua autonomia que alguns militantes negros fundadores do MNU se retiraram da Liga Operária antes mesmo da formação do MNU em 1978. Mesmo que, por caminhos diversos, alguns deles tenham estreitado laços com o PT, a orientação de que a luta pela emancipação dos negros deveria ser feita pelos próprios negros, continuava condicionando a relação do movimento com o partido e vice-versa, e, em algumas situações, transformando a dupla militância em um campo de tensões. Essa tensão se revela quanto o militante negro partidário, ou o militante com uma dupla militância – no partido e no movimento – têm suas práticas políticas postas sob suspeição pelo movimento.

Intimamente relacionada à questão da autonomia está a disputa pela hegemonia que atinge e fragmenta o campo político do movimento social negro. A tentativa de consolidação de espaços

de politização da questão racial a partir do PT estava rivalizando não somente com os setores do movimento que não consideravam o espaço partidário como legítimo para a politização da questão racial, em razão disso ameaçar a autonomia do movimento negro, como também com a militância negra que fez outras escolhas partidárias.

Esses elementos somados ao peso da democracia racial, que não pode ser minimizado nos processos de politização da questão racial no Brasil, impossibilitaram a construção, por parte da militância negra petista, de um projeto de politização da questão racial a partir do PT e no PT. Em razão da força da ideologia da democracia racial como crença popular, como senso comum, para lembrarmos Gramsci, um novo comportamento do partido diante das relações raciais dependia da ação da militância negra, imbuída da missão de produzir uma nova concepção de mundo que evidenciasse a raça como condicionante dos processos de dominação e subordinação e alterasse, portanto, a concepção dominante no partido, que por sua vez se nutria da concepção dominante na sociedade. Por isso, a politização do tema no PT não podia prescindir do acúmulo político do movimento negro e de seu reconhecimento como uma força política na sociedade.

Em nossa comparação entre a politização de raça e gênero, destacamos que as feministas tinham um projeto político para o PT que visava transformar as concepções dominantes no partido por meio da identidade do feminismo com as lutas populares e com o socialismo e uma visão crítica da relação histórica da esquerda com as lutas das mulheres. Esses pontos aparecem, por exemplo, nas intervenções das mulheres na Revista *Teoria e Debate*, conforme os títulos dos artigos nos fazem antever (ver anexo II). Em sua intervenção política as feministas se respaldaram na produção teórica de uma parte do feminismo internacional que se desenvolvia no campo da esquerda, bem como de seu acesso aos espaços de produção de conhecimento locais

(universidades), o que conferiu unidade e coerência a suas intervenções políticas. Contaram também com a força vinda da mobilização política das mulheres nos movimentos sociais populares.

A militância negra teve que lidar com todas as desvantagens a que está submetida a população negra em seus processos organizativos. A militância negra petista também procurou direcionar a luta por espaços no interior do partido utilizando uma estratégia semelhante à das mulheres, mas sem o mesmo grau de coerência teórica. Assim como a questão de gênero para mulheres no PT, a questão racial era apresentada pela militância negra como parte de um projeto político que visava transformações estruturais, por isso a insistência nos vínculos entre raça e classe.

No entanto, a vantagem no acesso ao conhecimento, que as mulheres brancas experimentaram, permitiu, a uma corrente do feminismo, evidenciar esses nexos por meio de estudos empíricos e de elaboração teórica com uma ênfase, bastante acentuada, na especificidade de gênero. Essa ênfase reforçava a necessidade de sua politização e a formulação de uma identidade para as mulheres como um grupo social que demandava um tratamento diferenciado na arena política, que extrapolava os territórios partidários.

As intervenções da militância negra, por seu turno, também ancorada na perspectiva que politizava raça e classe, permaneceram fechadas nos muros partidários e poderíamos dizer, sem exageros, aos territórios conquistado pelos negros petistas em sua organização específica. São poucos os momentos em que é possível identificar uma ação da militância negra sobre o partido, no sentido de contestar as concepções dominantes, embora ela o faça constantemente em seus espaços específicos. Quando ocorrem seguem a dinâmica dos momentos conjunturais que tem

caracterizado o debate nacional sobre as relações raciais no Brasil, mas que têm como efeito a descontinuidade.

Outro aspecto, relacionado a este, é o fato de que na articulação entre raça e classe proposta pela militância negra, a especificidade da subordinação racial tendia a subsumir-se na classe. Isso aparece no documento produzido pela primeira Comissão de Negros do PT: “Entendemos perfeitamente que outros segmentos também sofrem esse processo [desemprego, moradia etc] e que a luta central é entre pobres e ricos”. E na proposta de políticas especiais para a população negra, entendida como política de combate à pobreza, o que, utilizando a denominação de Sansone (1998), denominamos de universalismo guiado.

Essas posições mostram os obstáculos na elaboração teórica e política da especificidade da subordinação racial. A militância compartilhava a concepção dominante no partido: a luta central era contra o capitalismo. Prevalecia, portanto, a compreensão do racismo como um epifenômeno dos processos de exploração entre as classes; o fim da sociedade de classes, por meio da concretização de uma sociedade socialista, eliminaria todas as outras fontes de desigualdades, entre elas o racismo e machismo.

O que incomodava a militância negra era a incompreensão por parte dos dirigentes e formuladores da política partidária do potencial crítico e contestador que a luta contra o racismo poderia inserir na luta fundamental. O esforço da militância era “construir as condições para acabar com o racismo, entendendo que o racismo era retro-alimentado sempre pelo capitalismo, que o máximo que ele ia fazer é um incorporar um pequeno grupo, uma elite (...). Mas que só com o fim do capitalismo nos podemos criar uma sociedade que não fosse racista, machista”⁹¹.

⁹¹ Entrevista com Gevanilda Gomes dos Santos, 07/11/2007, na Soweto Organização Negra, na cidade de São Paulo.

Essa compreensão contava com o respaldo intelectual e simbólico de Florestan Fernandes que sempre empregou sua voz no interior do partido visando o fortalecimento da militância negra. Para ele a raça – um “fator revolucionário específico” – e a classe eram duas polaridades que se interpenetram como elementos explosivos. “Se a classe tem de ser forçosamente o componente hegemônico, nem por isso a raça atua como um dinamismo coletivo secundário”.

Não havia, ainda, entre a militância negra uma elaboração que pudesse evidenciar os vínculos entre o cultural e o econômico nos processos de dominação e subordinação. As respostas a essas duas dimensões eram pensadas separadamente.

Na década de 1990, o PT firmou-se como uma força política, ocupando espaços em várias administrações municipais e algumas estaduais e colocando-se como objetivo político alcançar o governo federal. Esse novo momento, aliado às alterações significativas na esfera política tanto nacional quanto internacional, resultou em reformulações no projeto político partidário. A oposição à ordem, dominante na década de 1980, expressa na centralidade da luta de classes, foi suavizada por um projeto que elegeu a radicalização da democracia como o caminho de interlocução do partido com a sociedade e em de oposição ao avanço da ideologia e políticas neoliberais. É nesse contexto que as lutas contra a opressão se equiparam às lutas contra a exploração em grau de importância no discurso partidário. Estava também em jogo a ampliação dos interlocutores partidários em um quadro de enfraquecimento político das lutas referidas à exploração e de declínio dos projetos políticos socialistas.

Se, na década de 1980, a identificação do partido com as lutas contra a exploração, a partir de uma concepção homogênea de classe trabalhadora, foi apontada pela militância negra como

um obstáculo à politização da questão racial, as alterações no projeto político partidário, a partir do fortalecimento da cidadania, podem levar a crer que houve modificações substanciais no comportamento do partido em relação ao tema. Contudo, não foi bem assim. Embora a militância tenha conseguido ampliar os espaços institucionais no partido por meio da criação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo, o tema manteve-se invisível na política partidária mais ampla. As menções ao tema tornaram-se mais frequentes, no entanto dentro de uma perspectiva que podemos chamar de “consciência culpada”, que expressa a capacidade dos militantes negros petistas de forçar um discurso de reconhecimento da importância da questão racial, por um lado; e por outro, leva o partido a admitir a sua debilidade no tratamento da questão e a comprometer-se a fazer diferente.

Além de modificações nos rumos do partido, a década de 1990 trouxe também novidades para o campo do movimento social negro. O movimento inaugurou com Marcha a Brasília (1995) um novo momento para a politização das relações raciais, ao introduzir na agenda política o tema das ações afirmativas, com base em uma perspectiva de cidadania diferencialista. Nessa acepção, a população negra é apresentada com um grupo social específico que se insere de forma particular nos processos de interação social, cultural, política e econômica em razão dos significados simbólicos atribuídos a sua diferença.

Essa abordagem trouxe uma nova interpretação para a questão racial no Brasil, diferente daquela dominante nos setores do movimento social negro, que elaboraram suas concepções no processo de abertura política e se identificaram com o projeto político do PT. Diferença que pode ser percebida em uma certa receptividade do governo FHC às demandas do movimento negro, ao acolhê-las a partir de uma perspectiva de política multicultural, e na resistência dos

militantes negros petistas às políticas específicas, classificadas como mais uma manobra neoliberal. Embora tanto o espaço partidário quanto o campo do movimento social estivessem passando por transformações que pareciam apontar para uma mesma direção: a ênfase na cidadania para um e na cidadania diferencialista para outro, a militância negra petista mantinha a linguagem política que a atraía para o partido.

Isso porque esses processos não atingem a todos os que estão inseridos no campo político com a mesma intensidade, as novas interpretações tanto no PT quanto no campo do movimento negro estavam em disputa. A militância negra petista, apesar das transformações em curso, continuava a interpelar o partido por meio da articulação entre raça e classe e a inserir a politização da questão racial em um campo maior de oposição à sociedade capitalista.

Cabe ressaltar que o novo posicionamento político do movimento negro diante do Estado, a apresentação de demandas por meio de uma concepção de políticas públicas reflete a complexização do campo do movimento social, marcado pela disputa entre as organizações tradicionais e as novas, representadas, principalmente, pelas ONGs. Essas novas organizações portam outras abordagens do fazer político e elegem novos parceiros e aliados no encaminhamento público da questão racial. Pelo grau de importância que ganharam na realidade contemporânea merecem uma investigação específica.

Se na década de 1980 era possível identificar no MNU uma organização que pretendia direcionar a luta de combate ao racismo no Brasil, na década de 1990, isso se diluiu. O leque de organizações ampliou-se e as estratégias de luta e contestação no campo do combate ao racismo tornaram-se mais diversas. Alguns militantes, por intermédio das ONG's, começaram a estabelecer vínculos institucionais e diálogos com o poder público apostando em caminhos que se

traduzissem em políticas concretas. Algumas dessas ONG's são dirigidas por militantes negros que se formaram politicamente na década de 1970 e atualmente direcionam a sua formação e atuação profissional para o campo do combate ao racismo.

Esses processos enfraqueceram ainda mais o espaço partidário como um espaço de organização política da militância negra, pois a luta no campo do combate ao racismo ganhou certa autonomia em relação aos espaços partidários em geral e ao PT em particular, estando, no atual estágio, acima das clivagens ideológicas definidoras dos campos partidários.

O fato de o partido não elaborar uma resposta partidária à questão racial levou os militantes – que fizeram a aposta no projeto partidário de transformação da realidade – em alguns casos ao distanciamento do cotidiano partidário e em outros a ruptura com o partido. Mesmo entre os que mantêm vínculos de filiação o engajamento militante é muito tênue. Esse fica, muitas vezes, restrito ao militante profissional, com cargo e com remuneração para fazer a política partidária. Assim como o partido, parte da militância também experimentou mutações em seu entendimento da política que afetou a sua identificação com o PT, levando-a para outros espaços de atuação.

Além de todas essas questões, existe o próprio contexto político que deixou de ser favorável aos movimentos sociais. A década de 1990 representou um refluxo no poder dos movimentos sociais e um distanciamento do partido desses movimentos em direção ao poder institucional. A sociedade civil, outrora identificada com os movimentos sociais, tem sido cada vez mais vista como sinônimo de organizações não governamentais.

É no processo de intensificação dos elementos que compõem essa realidade que a Conferência de Durban, realizada em 2001, teve como resultado principal introduzir a política de

cotas na agenda política brasileira, retirando o debate da questão racial dos espaços restritos e específicos e levando-o para a disputa na sociedade. É essa a conjuntura que vai exigir que a militância negra adote uma posição pública diante dessas políticas, pois ela deveria se preparar para travar o debate e a disputa na sociedade. O fato de no Brasil as ações afirmativas terem se popularizado por meio da política de cotas, tornou a tomada de decisão mais urgente e mais difícil para a militância que tinha construído a sua trajetória referenciada ao pensamento de esquerda. O debate avançaria rapidamente, em razão das propostas ameaçarem alterar o cotidiano e os processos de sociabilidade com a presença de alunos negros cotistas nas universidades públicas. Os encaminhamentos em direção a essas políticas tiveram como efeito positivo provocar e despertar a sociedade para um tema habituado à invisibilidade. De repente todos passaram a se interessar pelas relações raciais no Brasil: o Estado, as universidades, a mídia, a esfera jurídica, os intelectuais, a direita e a esquerda etc.

É nessa conjuntura que captamos o desafio que a definição de uma posição favorável às políticas afirmativas, via política de cotas, significou para um setor da militância negra brasileira. Embora esse trabalho tenha tomado o PT como referência, temos evidências que nos autorizam a crer que o dilema vivido pela militância negra petista foi compartilhado por militantes negros em outros espaços. Se, por um lado, a filiação a essas políticas colocava em questão a forma como historicamente – desde o ressurgimento do movimento negro na década de 1970 – fora concebida a luta política no campo do combate ao racismo, por outro, deixava pouco espaço para a oposição ou o silêncio. Seja pela evidência do papel desempenhado pela raça na manutenção de hierarquias sociais, ou ainda em razão do refluxo das agendas políticas construídas pela esquerda – que enfraquecia a ressonância de um eixo organizativo centrado em raça e classe – também esses

setores se convenceram ou foram convencidos da legitimidade de políticas específicas e da política de cotas para a população negra. A militância negra petista, como quase todos os setores do movimento negro, se converteu a essas políticas. No entanto, sua posição vem sempre acompanhada de justificativas e contextualizações. O fato de o governo Lula as ter encampado tornou a posição a favor mais palatável e politicamente necessária.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena ; PEREIRA, Amilcar Araújo (org). *Histórias do Movimento Negro: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV, 2007.

ALVAREZ, Sônia E. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: STEPAN, A. (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

ALVAREZ, Sônia. ; DAGNINO, Evelina. ; ESCOBAR, Arturo. (orgs.). Introdução. In: ____ (org.) *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos (novas leituras)*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2001.

AMADOR, Zélia. Depoimento. In: ALBERTI, Verena ; PEREIRA, Amilcar Araújo (org). *Histórias do Movimento Negro: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV, 2007.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDERSON, Perry. Le sens d'être à gauche. *Revue Mouvements*, n.9, mai, 2000

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo 1888-1988*. Bauru: Edusc, 1998.

ANTUNES, Ricardo. A classe que vive do trabalho hoje: a forma de ser da classe trabalhadora hoje. In:____. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo. 1999.

ARAUJO, Joel Zito. Ondas brancas nas pupilas negras. *Teoria e Debate*, n. 23, 1994.

ARCARY, Valério. Por quê as cotas são uma proposta mais igualitarista que a equidade meritocrática? *Crítica Marxista*, n.24, 2007.

AZEVEDO, Clovis Bueno de. *A estrela partida ao meio: ambigüidades do pensamento petista*. São Paulo: Entrelinhas. 1995.

BATISTA, Jurema. Depoimento. In: ALBERTI, Verena ; PEREIRA, Amilcar Araújo (org). *Histórias do Movimento Negro: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV, 2007.

BENDIX, Reinhard. A extensão da cidadania às classes inferiores In: _____. *Construção Nacional e Cidadania*. São Paulo: Editora da USP, 1996.

BOBBIO, Norberto. Au début d l’histoire. *Revue Mouvements*, n. 9, mai, 2000.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda*. São Paulo: Unesp, 2001.

BOITO Jr, Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. *Crítica Marxista*, n. 3, São Paulo, Editora Brasiliense, 1996.

BOURDIEU, Pierre ; WACQUANT, Loïc. Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n.1, 2002.

BRITO, Benilda Regina Paiva. Mulher, negra, pobre. A tripla discriminação. *Teoria e Debate*, n.36, 1997.

CARDOSO, Hamilton. História recente: dez anos do movimento negro. *Teoria e Debate*, n. 2, 1988.

CARDOSO, Edson. Depoimento. In: ALBERTI, Verena ; PEREIRA, Amilcar Araújo (org). *Histórias do Movimento Negro: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV, 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique. Entrevista. Os negros segundo o presidente. *Revista Veja*, n.1545, 06 maio, 1998. Disponível em <http://veja.abril.com.br/060598/p_050.html>. Acesso em: 03 jan. 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique. O negro na sociedade de classes em formação. In: _____. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARDOSO, Marcos. Depoimento. In: ALBERTI, Verena ; PEREIRA, Amilcar Araújo (org). *Histórias do Movimento Negro: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV, 2007.

CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, jan. 2002.

CARNEIRO, Sueli. Depoimento. In: ALBERTI, Verena ; PEREIRA, Amilcar Araújo (org). *Histórias do Movimento Negro: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV, 2007.

CARNEIRO, Sueli. Entrevista. *Revista Caros Amigos*. ano III. n. 35. fev. 2000.

CHAUÍ, Marilena. PT leve e suave. In: SADER, Emir (Org.). *E agora PT?* São Paulo: Brasiliense, 1986.

COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. Rio de Janeiro, 2005. Tese de doutoramento. Universidade Federal Fluminense, 2005.

CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO da UERJ. Acesso à universidade por meio de ações afirmativas (2004). Disponível em: < <http://lpp-uerj.net/olped/documentos/0824.pdf>.> Acesso: 14 de jan. 2009.

COSTA, Sérgio. Formas e dilemas do anti-racismo no Brasil. In: Silva, Josué Pereira da SANTOS, Myriam Sepúlveda dos; Rodrigues, Jácome Iran. *Crítica Contemporânea*. Annablume: Fapesp, 2002.

COUTINHO, Carlos Nelson. Crise e reconstrução do projeto socialista. In: ALMEIDA, Jorge; CANCELLI, Vitória. *Estratégia: a luta política para além do horizonte visível*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

DAGNINO, Evelina. Cultura, cidadania e democracia: a transformação no discurso e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs). *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: Novas Leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (coord.) *Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil en tiempos de globalización*. Caracas, Venezuela: Faces, Universidad Central de Venezuela, 2004.

DIRETÓRIO NACIONAL do PT. *Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

EVERS, Tilman. Identidade, a face oculta dos novos movimentos sociais. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 4, 1984.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. v 2. São Paulo: Dominus, 1965.

FERNANDES, Florestan. Luta de raças e de classes. *Teoria e Debate*. n. 2, p.7-9, mar. 1988

FERNANDES, Florestan. O negro e a luta eleitoral. *Raça & Classe*, ano 2, n.06, 1989.

FERNANDES, Florestan. *O PT em movimento*. São Paulo: Autores Associados, 1991.

FERREIRA, Yedo. Depoimento. In: ALBERTI, Verena ; PEREIRA, Amilcar Araújo (org). *Histórias do Movimento Negro: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV, 2007.

FRASER, Nancy. Multiculturalisme, anti-essentialisme et démocratie radicale. *Les cahiers du genre*, n. 39, octobre, 2005a.

FRASER, Nancy. Qu'est-ce que la justice sociale ? Reconnaissance et redistribution. La Découverte, Paris, 2005b.

GENRO, Tarso. Um debate estratégico. In: MAGALHÃES, Inês; BARRETO, Luiz; TREVAS, Vicente. *Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

GIDDENS, Anthony. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GODINHO, Tatau. O PT e o feminismo In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau. *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

GONZALEZ, Lélia.; HASENBALG, Carlos. *Lugar do Negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero: 1982.

GRIN, Mônica. Esse ainda obscuro objeto de desejo: políticas de ação afirmativa e ajustes normativos: o seminário de Brasília. *Novos Estudos Cebrap*, n.59, 2001.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Argumentando pela ação afirmativa. In:____. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34/FUSP. 1999.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Depois da Democracia Racial. *Tempo Social. Rev. Sociol. USP*. v. 18, n.3, p.121-142, nov. 2006.

GURZA LAVALLE, Adrián. Cidadania, Igualdade e Diferença. *Lua Nova*, n.59, 2003.

HANCHARD, Michael George. Política Transnacional Negra, Antiimperialismo e Etnocentrismo para Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant: Exemplos de Interpretação Equivocada. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, nº 1, 2002.

HANCHARD, Michel George. *Orfeu e o poder*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2001.

HANCHARD, Michel George. *Orpheus and Power. The Movimento Negro of Rio de Janeiro and São Paulo, Brazil, 1945-1988*. Princeton: Princenton University Press, 1994.

HASELBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HERINGER, Rosana. Mapeamento de ações e discursos de combate às desigualdades raciais no Brasil. *Estudos Afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, 2001.

HERINGER, Rosana. Ação Afirmativa, estratégias pós-Durban. Observatório da Cidadania, 2002.

Disponível

em:

<

http://www.socialwatch.org/es/informeImpreso/pdfs/panorbrasileirob2002_bra.pdf >. Acesso: 18 de jan. 2009

IANNI, Octávio. *As Metamorfoses do Escravo*. São Paulo, Difel, 1962.

JACOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília: Ipea, 2002.

KECK, Margaret E. *PT a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991

KYMLICKA, Will. *La citoyenneté multiculturelle : une théorie libérale du droit des minorités*. Trad. Patrick Savidam. Paris: La Découverte, 2001.

LESSA, Sérgio. Cotas e renascimento do racismo. *Crítica marxista*, n. 24, 2007.

MAESTRI, Mário. Raça, classe e política. *Crítica marxista*, n. 24, 2007.

MAGGIE, Yvone; MELLO, Kátia Sento Sé. O que se cala quando se fala do negro no Brasil. In: SILVA, Jaime; BIRMAM, Patrícia; VANDERLEY, Regina. *Cativeiro e Liberdade*. Rio de Janeiro: UERJ/Timbre, 1989.

MARSHALL, Tomas Humphrey. Cidadania e classe social. In: _____. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTUCCELLI, Danilo ; COUPER, Kristin. L'expérience britannique. In : Wieviorka, Michel (dir) *Racisme et xénophobie en Europe*. Paris: La Découverte. 1994.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. *A crise do governo Collor e a tática do PT*. Campinas, 2005. Dissertação (mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp. 2005.

MENDOÇA, Luciana Ferreira Moura. *Movimento Negro: da marca da inferioridade racial a construção da identidade étnica*. São Paulo, 1996. Dissertação (mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.

MENDONÇA, Maisa; BENJAMIM, Medea. *Benedita*. Rio de Janeiro: Mauad, 1997.

MENEGUELLO, Raquel. *PT: formação de um partido: 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MORAES, Reginaldo C. Correa de. Liberalismo e neoliberalismo: uma introdução comparativa. Primeira Versão, n. 73: IFCH-Unicamp, março de 1997

MOURA, Clovis. Organizações Negras. In: SINGER, Paul; BRANT, Vinicius Caldeira (orgs). *São Paulo: o povo em movimento*. São Paulo, 1980.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. 1978-1988. *10 anos de luta contra o racismo*. São Paulo: Confraria do Livro, 1988.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Quilombismo*: documento de uma militância pan africanista. Petrópolis: Vozes, 1980.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *O PT faz história*. Caderno de Formação. Secretaria Nacional de Formação Política/Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2001.

PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político In: HELMANN, Michaela (Org), *Movimentos sociais e democracia no Brasil*, S. Paulo: Marco Zero, 1995.

PAUGAM, Serge (Dir.). *L'exclusion: l'état des savoirs*. Paris : La Découverte, 1996.

PERIA, Michelle. Ação afirmativa: um estudo sobre reserva para negros nas universidades públicas brasileiras: o caso do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Museu Nacional. Programa de pós-graduação em Antropologia Social, 2004.

PINTO, Regina Pahim. *O movimento negro em São Paulo*: luta e identidade. São Paulo, 1993. Tese de doutoramento. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1993.

PONTE, Víctor Manuel Durand. Estruturas e sujeitos na análise da América Latina. In: LARANGEIRA, Sônia (Org.). *Classes e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: 1990.

PROCACCI, Giovanna. Excluídos ou cidadãos ? Os pobres diante das ciências sociais. *Archives Européennes de sociologie* n. 2, 1996.

RAÇA & CLASSE, Brasília, ano 2, n.º 6, mai, jun. 1989.

REIS, Elisa Pereira, SCHWARTZMAN, Simon. Pobreza e Exclusão Social: Aspectos Sócio Políticos. (s/d).

RIBEIRO, Matilde. Entrevista. *Caros Amigos*, ano 13, n. 145, abr., 2009.

ROCHA, Luiz Carlos Paixão. *Políticas afirmativas e educação: a lei 10639/03 no contexto das políticas educacionais no Brasil contemporâneo*. Curitiba, 2006. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Educação e Trabalho. Universidade Federal do Paraná. 2006.

ROEMER, John . Les stratégies égalitaires. *Revue Mouvements*, n.9, mai, 2000.

SABOIA, Gilberto Vergne; PORTO, Alexandre José Vidal. A Conferência Mundial de Durban e o Brasil Disponível em <<http://www.mre.gov.br/dc/temas/DH-Portugues03.pdf>>. Acesso em: 07 de março de 2009.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena - Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAES, Décio. A. M de. Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania. *Crítica Marxista*. n. 16, p. 9-38, 2004.

SANSONE, Lívio. Racismo sem etnicidade, políticas públicas e discriminação racial em perspectiva comparada. *Dados*, v. 41, n.4, Rio de Janeiro 1998.

SANTOS, Gevanilda, Gomes dos. *A visibilidade mercadológica*, *Revista Teoria e Debate*, n. 35. 1997.

SANTOS, Gevanilda, Gomes dos. Comentários In: Ianni et al. O negro e o socialismo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

SANTOS, Gevanilda, Gomes dos. *Partidos políticos e etnia negra*. São Paulo, 1992. Dissertação (mestrado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.

SANTOS, Hélio. Entrevista. *Caros Amigos*. ano 6, n.69, dez, 2002.

SANTOS, Ivair Alves dos. Depoimento. In: ALBERTI, Verena ; PEREIRA, Amilcar Araújo (org). *Histórias do Movimento Negro: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV, 2007.

SCHNAPPER, Dominique. Intégration et exclusion dans les sociétés modernes. In: Serge Paulgan (dir) *L'exclusion : l'état des savoirs*. Paris: La Découverte, 1996.

SCHWARCZ, Lilia M. De festa também se vive: reflexões sobre o centenário da Abolição em São Paulo. *Estudos Afro-Asiáticos*, n°18, mai, 1990.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*. v.13, n.1, jan-abr, Florianópolis. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a02v13n1.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2005.

SILVA Jr, Hédio. Depoimento. In: ALBERTI, Verena ; PEREIRA, Amilcar Araújo (org). *Histórias do Movimento Negro: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV, 2007.

SILVA Jr, Hédio. *Entrevista*. Disponível em < <http://www.ceert.org.br>> Acesso em: 16 de janeiro de 2009.

SILVA Jr, Hédio. Uma conversa que não pode ficar só entre negros. *Boletim Nacional*, n° 27, maio, 1987.

SILVA Jr, Hédio. Uma possibilidade de implementação da Convenção 111: o caso de Belo Horizonte. In: Kabengele Munanga (org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Edusp, 1996.

SILVA, Benedita da. Entrevista. *Boletim Nacional*, n. 54, 1991.

SILVA, Benedita. Comentários In: IANNI, Octávio et al. O negro e o socialismo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

SILVA, Flávio Jorge Rodrigues da. Depoimento. In: ALBERTI, Verena ; PEREIRA, Amílcar Araújo (org). *Histórias do Movimento Negro: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV, 2007.

SILVA, Flávio Jorge Rodrigues da. Os negros no PT: organizar e transformar. *Boletim Nacional*, nº 35, maio, 1988.

SILVA, Ozai Antônio da. As organizações e o PT: uma concepção do caráter socialista da revolução brasileira. In: ____ *História das tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas)*. São Paulo: Proposta Editorial, 1987.

SILVÉRIO Valter. A (re)configuração do nacional e a questão da diversidade. In: Abromowics, Anete; Silvério, Valter (orgs.) *Afirmando diferenças: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola*. Papirus: Campinas, 2005.

SOARES, Vera. Militância feminina: maturidade ao poder. *Teoria e Debate*, n.06, 1989.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

TEIXEIRA, Elenaldo. A participação cidadã na sociedade civil global. In: _____. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadão*. São Paulo: Cortez, 2003.

TELLES, Vera da Silva. Os Sentidos da Destituição In: ____ *Cidadania e pobreza*. S. Paulo: Editora 34, 2001.

THOMAZ, Omar R; NASCIMENTO, Sebastião. Entre a intenção e o gesto: a conferência de Durban e a elaboração de uma pauta de políticas compensatória nos Brasil. Documento de Trabalho. NUPES/USP: São Paulo, 2003.

TILLY, Charles. O acesso desigual ao conhecimento. *Tempo Social*. Rev. Sociol. USP. v. 18, n.2, nov. 2006.

TOLEDO, Caio Navarro de. A Modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução? *Crítica Marxista*, vol. 1 nº 1/27-38. São Paulo : Brasiliense, 1994

VALENTE, Ana Lúcia. *Política e relações raciais*: os negros e as eleições paulistas de 1982. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

VIEIRA, Liszt. Rumo à sociedade civil global. In: _____. *Cidadania e Globalização*. Rio de Janeiro: Record. 1997.

Entrevistas por ordem alfabética

Celso Ribeiro de Almeida, 08/04/2008, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Claudete Alves, 08/10/2007, Câmara Municipal da cidade de São Paulo.

Edson Cardoso, 18/11/2008, por telefone.

Flávio Jorge Rodrigues da Silva, 06/11/2007, na Fundação Perseu Abramo, São Paulo.

Gevanilda Gomes dos Santos, 07/11/2007, na Soweto Organização Negra, São Paulo.

Hédio Silva Júnior, 27/01/2009, por e-mail.

Matilde Ribeiro, 05/11/2007, no Hotel Pestana, São Paulo.

Milton Barbosa, 18/04/2008, em sua residência na zona oeste de São Paulo.

Nilo Rosa, 01/08/2008, em Goiânia no V COPENE (Congresso Nacional de Pesquisadores Negros).

Rafael Pinto, 20/08/2008, na AFUBESP (Associação dos Funcionários do Grupo Santander Banespa, Banesprev e Cabesp), na cidade de São Paulo.

Waltecy Alves dos Santos, 01/10/2007, Câmara Municipal da cidade de São Paulo.

Documentos por ordem cronológica

Programa de Ação do MNU, I Congresso Nacional, dez 1979, Rio de Janeiro. (Arquivo Edgard Leuenroth-Unicamp).

Comissão de Negros do PT- Partido dos Trabalhadores. O negro e o Partido dos Trabalhadores, 1982. (Documento cedido por Milton Barbosa em entrevista no dia 18/04/2008).

Boletim Informativo da Comissão de Negros do PT/MG, 01 de setembro de 1989 (Sede Nacional do PT em São Paulo, caixas SNCR).

Subsecretaria Nacional de Negros do PT. Políticas sociais para a população negra no Plano Alternativo de Governo, 1989. (Documento cedido por Flávio Jorge Rodrigues da Silva).

Bases do programa de governo de 1989. Disponível em < <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/wfdownloads/viewcat.php?op=&cid=38>>. Acesso em: 23 jul. de 2006.

Bases do programa de governo de 1994 Disponível em <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/wfdownloads/viewcat.php?op=&cid=38>>. Acesso em: 23 jul. de 2006.

Marcha Zumbi dos Palmares, contra o racismo, pela cidadania e pela vida (1995) http://www.eliagonzalez.org.br/material/Marcha_Zumbi_1995_divulgacaoUNEGRO-RS.pdf >. Acesso em: 27 de mai. 2007.

Discurso proferido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso na Cerimônia de Instalação do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra Palácio Do Planalto, 27 de fevereiro de 1996 In: Atos e palavras do Presidente Fernando Henrique Cardos 1995 a 1998 Disponível em < http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/RACIAL1.HTM>. Acesso em: 27 de maio de 2007.

IV Encontro Nacional de Negros e Negras do PT: ‘300 anos de Zumbi e perspectivas 96’ realizado entre 26 a 28 de janeiro de 1996. (Sede Nacional do PT em São Paulo, caixas SNCR).

Seminário nacional de relações raciais e políticas públicas, 09, 10, 11, de maio de 1997, Campo Grande-MS (uma síntese dos painéis e alguns indicadores de ação apresentados), (Sede Nacional do PT em São Paulo, caixas SNCR).

Relatório do V Encontro Nacional de Negras e Negros do PT, realizado em 8 a 10 de agosto de 1997, no Instituto Cajamar (Sede Nacional do PT em São Paulo, caixas SNCR).

Combate ao Racismo para o programa governo Lula/98, GT Eleições/SNCR e outros. In: Caderno de Textos Encontro Nacional Extraordinário, São Paulo 23 e 24 de maio de 1998. (Arquivo Fundação Perseu Abramo).

Manifesto Mostrar a Cor Mudar o Brasil, Juiz de Fora, 18 e 19 de julho de 1998. (Sede Nacional do PT em São Paulo, caixas SNCR).

O combate ao racismo no PT é outra história In: Caderno de contribuição do VI Encontro Nacional de Negros e Negras. II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1999. (Sede nacional do PT em São Paulo, caixas SNCR).

O combate ao racismo no PT é outra história (1999) Disponível em < http://www.pt.org.br/teses/combate_ao_racismo.html>. Acesso em: 20 mai. 2003.

Resoluções do II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1999. Disponível em < <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/wfdownloads/viewcat.php?op=&cid=38>> Acesso em: 15 ago. 2007.

Resoluções do XII Encontro Nacional do PT, 2001. Disponível em <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/wfdownloads/viewcat.php?op=&cid=38>> Acesso em: 15 ago. 2009.

Plano Nacional de Combate ao Racismo e a Intolerância. Carta do Rio. Rio de Janeiro , 8 de julho de 2001. Disponível em: <<http://lpp-uerj.net/olped/documentos/ppcor/0212.pdf>>. Acesso em: 18 de mai. 2008.

Programa de governo José Serra (2002) Disponível em < https://www2.psd.org.br/interna/biblioteca_layout.php?id=11&iddoc=31&tit=Eleicoes>. Acesso: 18 abr. 2008

Brasil sem Racismo. Programa de governo do PT, 2002
Disponível em < <http://www.lpp-uerj.net/olped/documentos/ppcor/0154.pdf>>. Acesso em: 08 de mar. 2009.

ANEXO I: APRESENTAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Por ordem alfabética

Celso Ribeiro de Almeida é militante do setorial de combate ao racismo do PT de Campinas, atualmente secretário de combate ao racismo do PT dessa cidade, foi do MNU entre 1986 a 1989. Graduado em licenciatura química na Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) é doutor em Ciências (Energia Nuclear na Agricultura) na Universidade de São Paulo. Desde 1983 é funcionário da Unicamp, exercendo a função de químico. A época da entrevista ocupava o cargo de presidente da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) da Unicamp.

Claudete Alves, 50 anos, era na época da entrevista a única mulher negra na câmara municipal de São Paulo. É formada em pedagogia na PUC de São Paulo, com mestrado em ciências sociais na mesma instituição. Participou do movimento de mulheres por creche na zona leste de São Paulo, em meados da década de 1970. Em 1985 ingressou no funcionalismo público municipal como auxiliar de desenvolvimento infantil, espaço a partir do qual iniciou a militância sindical que caracteriza a sua trajetória. Foi diretora do sindicato dos servidores públicos municipais do Estado de São Paulo entre 1996-1999. Nas eleições municipais de 2000 ficou como terceira suplente com 15 mil votos. Assumiu o cargo dois anos depois e se reelegeu nas eleições de 2004.

Edson Cardoso, 60 anos, nasceu em Salvador, mas atualmente vive em Brasília. Graduado em Letras e com mestrado em comunicação social na UNB, é responsável pela edição do jornal negro Írohin que fundou em 1995. Entre 1981 e 1995 foi militante do MNU de Brasília

e em 1984 fundou a Comissão dos Negros no PT do DF. Integrou a coordenação executiva da Marcha a Brasília em 1995. Na Câmara dos Deputados, foi chefe de gabinete do deputado Florestan Fernandes (1992-1995) e do deputado Ben-Hur Ferreira (1999-2002) e também assessor de relações raciais no senado federal quando o senador Paulo Paim foi o primeiro vice-presidente da casa (2003-2005).

Flávio Jorge Rodrigues da Silva, 56 anos, formado em Ciências Contábeis pela PUC de São Paulo, começou a sua militância política no movimento estudantil, a partir de seu ingresso na PUC em 1974. A atuação no movimento estudantil o levou à Liga Operária, que mais tarde se fundiria na Convergência Socialista, um dos agrupamentos de esquerda que estiveram na formação do PT. Foi o primeiro secretário nacional de Combate ao Racismo do PT (1995) permanecendo nesse cargo por dois mandatos. Criou, junto com outros militantes negros ligados ao PT, a Soweto Organização Negra, uma organização não governamental e à época da entrevista era diretor da Fundação Perseu Abramo e um dos dirigentes da CONEN (Coordenação Nacional de Entidades Negras), a qual a Soweto é vinculada.

Gevanilda Gomes dos Santos, 51 anos, foi uma das fundadoras da Soweto Organização Negra em 1991. Iniciou sua militância no movimento estudantil a partir de seu ingresso no curso de História da PUC de São Paulo em 1977. Nessa universidade fez parte do Grupo Negro da PUC, criado em 1979 por estudantes negros preocupados com questão racial.

Hédio Silva Júnior, 49 anos. Advogado e doutor em direito constitucional na PUC de São Paulo, em 1986 integrou o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, criado em 1984 pelo governo Montoro. A sua atuação militante está vinculada à formação do PT e da CUT em São José dos Campos e no Vale do Paraíba. Em

1991 criou a organização não-governamental CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade). Fez parte do Comitê criado pelo governo brasileiro em 2000 para a preparação da participação brasileira na Conferência de Durban. Entre maio de 2005 a março de 2006, foi secretário de Justiça e Cidadania no governo estadual de Geraldo Alckmin. Em 2006 foi candidato a deputado federal pelo PFL, atual DEM.

Matilde Ribeiro, 49 anos, respondeu pela SEPPIR (Secretária Especial para a Promoção de Políticas de Igualdade Racial), órgão criado no governo Lula, entre março de 2003 a agosto de 2008. É formada em Serviço Social pela PUC de São Paulo. Trabalhou na SOF (Sempreviva Organização Feminina). Participou dos coletivos dirigentes da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT em seus dois primeiros mandatos. No período de 1995 a 1997 foi coordenadora da Assessoria dos Direitos da Mulher de Santo André na gestão de Celso Daniel e integrou a coordenação do programa de governo do PT em 2001 como responsável pela questão racial.

Milton Barbosa, 61 anos, foi um dos fundadores do MNU (Movimento Negro Unificado) em 1978, movimento ao qual continua vinculado, como coordenador de relações internacionais. Em 1973 ingressou no curso de economia da USP, onde atuou no movimento estudantil e vinculou-se à Liga Operária. Em 1982 fundou, com outros militantes negros do partido, a primeira Comissão de Negros do PT, nesse ano lançou-se candidato a deputado federal pelo PT, experiência que repetiu em 1986. É funcionário aposentado do metrô de São Paulo.

Nilo Rosa, 57 anos, graduou-se em administração de empresas em 1979 e em 2005 doutorou-se em Sociologia. É auditor fiscal da receita da federal e professor da universidade estadual de Feira de Santana na Bahia. Iniciou sua militância no PT de Salvador em 1985 e

quatro anos depois entrou para o MNU (Movimento Negro Unificado). Os primeiros contatos com o movimento negro ocorreram em Niterói-RJ, aos vinte e dois anos, com a participação em algumas atividades. No entanto, não se tratava ainda de uma militância, essa começaria de fato com a sua ida para Salvador.

Rafael Pinto, 59 anos, é funcionário aposentado do Banespa, foi um dos fundadores do MNU em 1978. É formado em ciências sociais na Universidade de São Paulo, a atuação no movimento estudantil, a partir do ingresso na USP em 1974, também o levou para a Liga Operária. Atualmente é vinculado à ONG Soweto-Organização Negra e um dos dirigentes da CONEN (Coordenação Nacional de Entidades Negras). À época da entrevista era o segundo secretário da AFUBESP (Associação dos Funcionários Do Grupo Santander Banespa, Banesprev e Cabesp)

Waltecy Alves dos Santos, 30 anos, começou sua militância com uma rápida passagem pelo UJS (União da Juventude Socialista) do PC do B (Partido Comunista do Brasil). Foi diretor do sindicato dos bancários com 16 anos de idade e a sua filiação ao PT ocorreu um pouco antes disso, aos quatorze anos. Foi secretário estadual de combate ao racismo no PT em 1997 e no momento da entrevista era assessor da vereadora Claudete Alves (PT-SP) na câmara municipal de São Paulo. Formado em Matemática e em Letras, à época da entrevista, concluía um mestrado em letras. É também professor.

ANEXO II: LISTA DE ARTIGOS SOBRE RAÇA E GÊNERO/REVISTA TEORIA E DEBATE (1987-2002)

DECADA DE 1980

Nº/Ano	Sessão/Título	Autor	Identificação do autor
Nº 01 - 1987	<i>Sociedade: A mulher e a discussão de um tema-tabu: o aborto</i>	Comissão de mulheres do PT de São Paulo	
Nº 02 - 1988	<i>Sociedade: Luta de raças e de classes</i>	Florestan Fernandes	Professor universitário, sociólogo e deputado federal pelo PT-SP.
Nº 02 - 1988	<i>Sociedade: História recente, dez anos do movimento negro</i>	Hamilton Cardoso	Jornalista. Milita no Movimento Negro Unificado (MNU) e é filiado ao PT.
Nº 06- 1989	<i>Sociedade: Militância Feminina - Maturidade ao poder</i>	Vera Soares	Militante do movimento de mulheres, SP
Nº 08- 1989	<i>Trabalhadores: Mulheres - Mais-Valia Feminina</i>	Elisabeth Souza Lobo	Pertence ao Departamento de Sociologia da USP.

DECADA DE 1990

Nº/Ano	Sessão/Título	Autor	Identificação do autor
Nº 14— 1991	<i>Memória: Homenagem: Beth Lobo</i>	Helena Hirata & Ivete Garcia	Helena Hirata é pesquisadora do CNRS da França e professora visitante da USP Ivete Garcia é assessora dos Direitos da Mulher da Prefeitura de Santo André.
Nº 14 – 1991	<i>Opinião: Feminismo: Mulher na direção</i> abril/maio/junho de 1991	Tatau Godinho	Membro da executiva Estadual do PT-SP.

nº 16 – 1991	<i>Sociedade: Anticoncepcionais - A saúde da mulher</i>	Maria José de Oliveira Araújo	Membro do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde e Coordenadora do Programa de Saúde da Mulher da Prefeitura de São Paulo.
Nº 17- 1992	<i>Sociedade: Contracepção: Planejamento familiar e atraso</i>	Fernanda Carneiro & Jurema Werneck	Fernanda Carneiro é Pesquisadora do Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador e da Ecologia Humana da Fiocruz e membro do Fórum Contra a Esterilização de Massa do RJ. Jurema Werneck é militante do Centro de Articulação da População Marginalizada- CEAP.
Nº 19 - 1992	<i>Trabalhadores: Disparidade- Mulheres invisíveis</i>	Paola Cappellin	Professora de Sociologia na UFRJ – IFSC – Núcleo de Pesquisas Sindicais
Nº 19 – 1992	<i>Mulheres: Sexo forte - Máximo divisor comum</i>	Ângela Borba e Dulci Pereira	Ângela Borba é membro da Subsecretaria Nacional de Mulheres do PT. Dulci Pereira é 2º suplente de senador PT/SP.
Nº 21- 1993	<i>Comportamento: Vestidas para mandar - Política de Saias Justas</i>	Maria Rita Kehl	Membro do Conselho de Redação de Teoria e Debate
Nº 22- 1993	<i>Opinião: Aborto - Em cinco anos, nada de novo</i>	Eva Blay	Senadora da República pelo PSDB/SP.
nº 23- 1994	<i>Comportamento: Mulheres sindicalistas</i>	Maria Rita Kehl & Luíza Costa	Maria Rita Kehl (texto final) é membro do Conselho de Redação de Teoria e Debate . Luíza Costa (entrevistas) é

			coordenadora da Secretaria de Mulheres do DR-PT/SP.
Nº 23-1994	<i>Sociedade: Ondas brancas nas pupilas negras</i>	Joel Zito Araújo	Videomaker e mestre em Sociologia da Educação
Nº 28 - 1995	<i>Debate: Sua cadeira ainda está vazia?(Não se fazem homens como antigamente/Não se fazem mais mulheres como antigamente)</i>	Flavio Aguiar & Maria Rita Kehl	Flavio Aguiar é jornalista e professor de Literatura. Maria Rita Kehl é psicanalista e membro do Conselho de Redação de <i>Teoria e Debate</i> .
Nº 29-1995	<i>Debate: Assédio - Uma questão de classe?</i> nº 29 - junho/julho/agosto de 1995	Maria Rita Kehl	Psicanalista e membro do Conselho de Redação de <i>Teoria e Debate</i> .
Nº 29-1995	<i>Debate: Limites da intolerância [Assédio]</i>	Samuel Mac Dowell	Advogado.
Nº 29-1995	<i>Debate: Legislando contra o assédio</i>	Marta Suplicy	Psicanalista e deputada federal pelo PT-SP.
Nº 31 – 1996	<i>Memória: Mulheres - O que está no ar</i>	M. Lúcia Silveira	Socióloga, doutoranda da PUC/SP.
Nº 32 – 1996	<i>Videvídeo: Vida de mulheres</i>	Maria Otilia Bocchini	Professora na ECA da USP e editora de Mulher e Saúde , da SOF
Nº 35-1997	<i>Comportamento: A visibilidade mercadológica (sobre a Revista Raça)</i>	Gevanilda Gomes dos Santos	Socióloga, especializada nas relações sócio-raciais brasileiras e militante da Soweto - Organização Negra
Nº 36 - 1997	<i>Sociedade: Mulher, negra e pobre - A tripla discriminação</i>	Benilda Regina Paiva de Brito	Militante do Nzinga-Coletivo de Mulheres Negras e coordenadora do Benvinda-Centro de Apoio à Mulher da Prefeitura de Belo Horizonte e da

			Regional Brasil na Rede de Mulheres Afrocaribenhas e Afrolatinas.
Nº 39 – 1998	<i>Memória: Ângela Borba - bandeira de estrelas afiadas</i>	Graciela Rodriguez	Presidenta do Ser Mulher e membro do coletivo da Sec. de Mulheres do PT/RJ. Lígia Dabul é prof. de Sociologia da UFF e membro do Núcleo de Mulheres do PT-RJ.

2000 - 2002

Nº/Ano	Sessão/Título	Autor	Identificação do autor
Nº 46 – 2001	<i>Cultura: Entrevista com Mano Brown</i>	Spensy Pimentel	Assessor de comunicação do Instituto Cidadania, jornalista e mestrando em Antropologia na USP
Nº 50 – 2002	<i>Sociedade: Afinal, o que querem as mulheres?</i>	Gustavo Venturi e Marisol Recamán	Gustavo Venturi e Marisol Recamán são sociólogos, coordenador e coordenadora-assistente do Núcleo de Opinião Pública da FPA
Nº 49- 2002	<i>Sociedade: Racismo no mundo - a caixa de Pandora</i>	Edna Maria Santos Roland	Presidente da "Fala Preta!" organização de Mulheres Negras, e relatora-geral da III Conferência Mundial contra o Racismo, discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata.

ANEXO III: O PT e AS TENDÊNCIAS EM 2002

FOLHAONLINE – ESPECIAL- GOVERNO LULA - 2002

[HTTP://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA/ESPECIAL/2002/GOVERNOLULA/PARTIDO-LIDERES_E_TENDENCIAS.SHTML](http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/governolula/partido-lideres_e_tendencias.shtml)

PARTIDO

PT no poder | Cronologia | Líderes e tendências

LIDERES E TENDENCIAS



Nascido da união de sindicalistas, setores da igreja progressista e de diversos grupos de esquerda de orientação socialista, o PT abriga até hoje, 22 anos depois, tendências resultantes dessas correntes ideológicas. A presença de grupos distintos bem demarcados interna e externamente faz do partido um espaço constante de debates, e de divergências.

A tendência majoritária do PT atualmente, que detém o controle do partido na Executiva Nacional, é o grupo "Articulação". Na composição do atual Diretório Nacional do PT, eleito em setembro de 2001, a Articulação possui 55% das vagas. A esquerda do partido, 32%, e os independentes, 13%.

Articulação

Principal tendência do partido, tem o maior número de quadros em administrações do PT -católicos, intelectuais e integrantes do movimento sindical, um de seus berços. A Articulação domina a máquina do partido e é formada por políticos mais moderados, constituindo-se no "centrão do partido". Tem proximidade com as idéias sociais-democratas, doutrina inspirada no socialismo, mas que passou a defender políticas de compensação aos segmentos mais carentes da sociedade.



Lula, José Dirceu, Antonio Palocci, Rui Falcão, Telma de Souza, João Paulo Cunha, **Aloizio Mercadante** (foto), Patrus Ananias, Fernando Pimentel, Jaques Wagner, José Eduardo Dutra, Marta Suplicy, Luiz Favre, Luiz Gushiken, Wellington Dias, Benedita da Silva, Jorge Bittar, Ângela Guadagnin, Vicentinho, Jair Meneguelli, Luiz Eduardo Greenhalgh, Geraldo Magela, Ricardo Berzoini

Democracia Radical

Resultado da fusão da Vertente Socialista com o PRC (Partido Revolucionário Comunista), grupo saído do PC do B, a Democracia Radical se aproximou muito nos últimos anos da Articulação, que controla a direção do partido. As duas compõem o chamado Campo Majoritário, dominante no PT. Originalmente influenciada pelo marxismo-leninismo, chegou a ser taxada de "a direita do PT" ao trazer para o partido idéias da social-democracia e defender a ampliação do diálogo com outros partidos e lideranças políticas.



Jorge Viana (foto), Tião Viana, Marina Silva, José Genoíno, Roberto Gouveia, José Aírton Cirilo, Tarso Genro

Democracia Socialista

De perfil e discurso radical, a DS, como é chamada, mantém bom diálogo com a cúpula do partido. Tem em Olívio Dutra, governador do Rio Grande do Sul e amigo de Lula, sua principal força. Mas conta também com a senadora Heloísa Helena, mais contestadora e menos contemporizadora. Trotskista, é fruto da Organização Revolucionária Marxista - Democracia Socialista, editava o jornal "Em Tempo".



Walter Pinheiro (BA), Heloísa Helena, **Olívio Dutra** (foto), Raul Pont, Dr. Rosinha, Avenzoar Arruda

Força Socialista

Posicionou-se contra à aliança com o PL na reunião do diretório nacional, em março de 2002, chegando a redigir um documento criticando as negociações. O documento foi assinado também pela Articulação de Esquerda e pela Democracia Socialista. Defende ideais marxistas-leninistas _subdivisão do marxismo, adotada por Josef Stálin (1897-1953)_, que prega que o socialismo pode ser implantado de no primeiro momento em um só país.



Edmilson Rodrigues (foto), Nelson Pellegrino, Jorge Almeida, Ivan Valente, Milton Temer, Chico Alencar

Articulação de Esquerda

Tendência marxista-leninista que tem grande proximidade com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e faz a "ponte" com movimentos de base.



Valter Pomar (foto), Marlene Rocha, Luci Choinacki, Adão Pretto, Luciano Zica
O Trabalho

Corrente mais à esquerda do partido, tem nas idéias de Leon Trostky (1879-1940) sua principal fonte de inspiração. Adversário de Josef Stálin, Trostky é um dos líderes da Revolução Russa (1917) e achava que somente uma revolução mundial para se implantar o socialismo. Durante o processo de formação do PT chegou a divulgar textos classificando Lula como "agente da burguesia". É formado por remanescentes do movimento estudantil Libelu (Liberdade e Luta).



O Trabalho hoje conta com baixa representação e influência dentro do partido, tendo hoje em **Markus Sokol** (foto) sua principal referência. No entanto, nomes próximos a Lula atualmente já fizeram parte do Trabalho. Entre eles estão Antonio Palocci, Clara Ant, Luiz Gushiken, Luis Favre, Helena Kerr e Glauco Arbix.

Lideranças Independentes

Políticos do partido com voz própria ou circulação e diálogo com diversas tendências. Têm grande expressão e base de apoio no eleitorado. Alguns eventualmente se agrupam com outros integrantes do partido para formar grupos menores.



Entre eles estão **Eduardo Suplicy** (foto), Paulo Paim, Paulo Delgado, Fernando Gabeira, Eduardo Jorge, Arlindo Chinaglia